



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AS PRIMEIRAS CADEIRAS DE FRANCÊS DO IMPÉRIO BRASILEIRO:
PRIMÓRDIOS DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1831-1837)

JOSELMA DUARTE SANTIAGO NUNES

SÃO CRISTOVÃO (SE)

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AS PRIMEIRAS CADEIRAS DE FRANCÊS DO IMPÉRIO BRASILEIRO:
PRIMÓRDIOS DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1831-1837)

JOSELMA DUARTE SANTIAGO NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira

SÃO CRISTOVÃO (SE)
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Nunes, Joselma Duarte Santiago
N972p As primeiras cadeiras de francês do Império Brasileiro :
primórdios de uma disciplina escolar (1831-1837) / Joselma Duarte
Santiago Nunes ; orientador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. –
São Cristóvão, 2018.
112 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Educação - História - Brasil. 2. Língua francesa – Estudo e
ensino. 3. Currículos. 4. Língua francesa – Brasil – 1831-1837. I.
Oliveira, Luiz Eduardo Meneses de, orient. II. Título.

CDU 37.016:811.133.1(091)



JOSELMA DUARTE SANTIAGO NUNES

**"AS PRIMEIRAS CADEIRAS DE FRANCÊS DO IMPÉRIO BRASILEIRO:
PRIMÓRDIOS DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1831-1837)"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 23.02. 2018

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Programa de Pós- Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Ester Fraga Vilas Boas Carvalho do Nascimento
Universidade Tiradentes/UNIT

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

A Renildo, porque somos um.

AGRADECIMENTOS

Após dois anos intensos de estudo e pesquisa, finalizo mais esta etapa com muitos agradecimentos a fazer. Primeiro, a Deus, pela vida e por ter direcionado meus passos nessa jornada desafiadora em busca de conhecimento. Ao meu esposo, Renildo, pela parceria, companheirismo e compreensão. Meus sinceros agradecimentos também ao Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, meu orientador, pelas orientações sempre muito precisas e objetivas e pela motivação que sua consolidada carreira profissional concede a todos que conhecem a seriedade e compromisso que ele dedica à pesquisa na área da História do Ensino de Línguas no Brasil.

À minha mãe, que com sua simplicidade e carinho sempre me motiva a seguir firme e confiante. Devo também muitos agradecimentos ao exemplo de força e determinação que meu saudoso e querido pai nos deixou. Muito grata também sou por todas as risadas e momentos de descontração que minhas três irmãs, meu irmão, cunhada e meus sobrinhos me proporcionaram ao longo dessa caminhada, vocês foram fundamentais para tornar esse momento, de tantas cobranças e tensões, mais leve.

Nunca poderei deixar de agradecer à minha amiga Kate, pela motivação e incentivo que me acompanham desde a graduação, quando éramos apenas duas alunas sonhadoras e encantadas com aquele universo imenso de tantas oportunidades, desafios e descobertas que surgia diante dos nossos olhos. Naquele tempo, nem poderíamos imaginar que um dia atravessaríamos o Atlântico juntas e realizaríamos o sonho pessoal e profissional de frequentar uma das mais importantes universidades do Norte da França. Ao lembrar disso, deixo aqui um agradecimento especial à professora da Université Lille III, Dr^a Annick Rivens Mompean, pela simpatia e competência profissional com que nos conduziu no projeto de desenvolver parcerias entre a universidade em que leciona e a UFS. Não posso deixar de agradecer também ao saudoso prof. Dr. Dominique Marie Boxus, que motivou meus primeiros passos como pesquisadora na Universidade Federal de Sergipe.

Ao casal de amigos Cláudia e Marcos Andrade, que conhecem minha trajetória de vida desde que eu era uma adolescente e me motivam, através do seu exemplo de fé, a sonhar sempre mais alto, meus sinceros agradecimentos. Agradeço também à professora Cremildes Maria Barbosa Lessa, que inspira a todos com sua didática exemplar e com a paixão pelo ensino da Língua Francesa.

Agradeço a todos os meus colegas e companheiros de pesquisa do NEC, em especial à professora Elaine Santos, por suas importantes contribuições ao meu trabalho e a Rodrigo e Emmerlly pela parceria.

A todos os colegas e amigos da UFS, principalmente a Isa, Adriana e Thatiana que me acompanharam nessa caminhada de tantos desafios e superação. Um agradecimento especial às minhas colegas de trabalho da SEED, principalmente a Maryvan, pela agilidade em resolver tudo quanto precisei ao longo desse processo.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse dia pudesse finalmente chegar.

Toda a gente quer saber falar francês; considera-se isso como uma prova de boa educação; causa espanto a predilecção que se tem por esta língua, e todavia não se lhe resiste (HAZARD, 1971, p. 55).

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise do processo de criação das primeiras Cadeiras de Língua Francesa do Império brasileiro, no período de 1831-1837, nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Para tanto, realizamos a análise e comparação das fontes coletadas – Legislação Educacional da época, Relatórios Ministeriais, Falas dos Presidentes das Províncias, jornais referentes ao período recortado, Regulamentos de Instrução Pública e Relatórios de Inspeção – bem como da historiografia referente à matéria. Com o objetivo de aprofundar o trato das fontes anteriormente citadas, nos embasamos nos pressupostos teóricos relacionados à Disciplina e à Cultura escolar, de Chervel (1990) e Julia (2001). A pesquisa nos permitiu concluir que a criação das Cadeiras de Língua Francesa no Império brasileiro apresentou desafios semelhantes e particulares nas três Províncias analisadas, e que o ensino das Aulas Públicas de Francês, centrado nos Exames Preparatórios, impediu que novas metodologias e outras habilidades da Língua fossem desenvolvidas no período, uma vez que apenas a leitura, escrita e tradução eram ensinadas. Por outro lado, houve também aspectos positivos: primeiro, a gratuidade, que tornava a aprendizagem da Língua Francesa e das outras Disciplinas Preparatórias mais acessível, levando em consideração que tanto o Colégio de Pedro II quanto os melhores liceus do período estudado eram muito caros. Segundo, a contribuição dessas aulas para o desenvolvimento da Disciplina, pois, atendendo aos anseios da comunidade estudantil da época, ela ganhava espaço na sociedade, que cada vez mais a enxergava como instrumento fundamental para o acesso ao ensino superior, até tornar-se uma Disciplina constante no currículo da Escola Secundária brasileira, algo instituído desde 1837, com a fundação do Colégio de Pedro II, até, pelo menos, a Reforma de 1971, quando as Línguas Estrangeiras deixaram de fazer parte do conteúdo obrigatório e a hegemonia da Língua Inglesa na escola já era incontestável.

Palavras- Chave: Disciplina escolar. Ensino de Línguas. História da educação. Império. Língua Francesa.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the process of creating the first French-language programs of the Brazilian Empire, between 1831 and 1837, in the provinces of Minas Gerais, Pernambuco and Sergipe. For this, we analyze and compare the collected sources – educational legislation of the time, ministerial reports, speeches from the provincial presidents, newspapers referring to the selected period, public instruction regulations and inspection reports – as well as the historiography about the subject. Aiming to deepen the treatment of the aforementioned sources, we base in theoretical assumptions related to school discipline and culture, of Charvel (1990) and Julia (2001). The research allowed us to conclude that the creation of the first French-language programs in Brazilian Empire had similar and specific challenges in the three provinces that were analyzed. And that the teaching of public classes of French, centered in preparation exams, avoided the development of new methodologies and other skills of this language in this period, since that only the reading, the writing and the translation were taught. On the other hand, there were also positive aspects: first, the gratuity, which made the learning of French language and other preparatory disciplines more accessible, considering that both the College of Peter II and the best high schools of the studied period were too expensive. Second, the contribution of these classes to the development of the discipline, because, given the wish of student community of the time, it gained space in society, which increasingly saw it as a fundamental instrument to access higher education. Until it became a constant discipline in the Brazilian secondary school curriculum, instituted since 1837 with the foundation of College of Peter II, until at least the 1971 reform, when foreign languages were no longer part of the mandatory content and English language hegemony in schools was incontestable.

Keywords: School discipline. Language teaching. History of education. Empire. French language.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Estrutura Administrativa do Liceu de São Cristóvão em 1833.....	57
QUADRO 2 Aulas Preparatórias da Província de Sergipe.....	59
QUADRO 3 Ordenados dos Professores de Francês de Sergipe (1833-1835).....	61
QUADRO 4 Professores de Francês de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe: 1826-1837....	65
QUADRO 5 Número de alunos mineiros, pernambucanos e sergipanos matriculados nas instituições de ensino superior do império (1833-1834).....	70
QUADRO 6 Número de alunos mineiros, pernambucanos e sergipanos matriculados nas instituições de ensino superior do império (1835-1836).....	71

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
2- A INSTRUÇÃO PÚBLICA E O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX	18
2.1- O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA: A INFLUÊNCIA DA FRANÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX	22
2.1.1- O ensino de Língua Francesa na Corte	25
2.2- O ENSINO DE FRANCÊS NOS CURSOS PREPARATÓRIOS	30
2.3- O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA NO SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM E NO COLÉGIO DE PEDRO II	34
3- AS PRIMEIRAS CADEIRAS DE FRANCÊS NAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1831-1837).....	38
3.1- PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS.....	40
3.2- PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO.....	48
3.2.1- Ensina-se Francês: breve análise dos anúncios de ofertas de ensino de Língua Francesa no jornal Diário de Pernambuco (1830-1836).....	54
3.3- PROVÍNCIA DE SERGIPE	56
3.4- COMPÊNDIOS E PROFESSORES DE FRANCÊS.....	64
3.5- AS CADEIRAS PREPARATÓRIAS E OS OBJETIVOS DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS, PERNAMBUCO E SERGIPE.....	67
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS.....	85

1. INTRODUÇÃO

A Língua Francesa, a história da sua metodologia de ensino, sua literatura e cultura sempre foram paixões que nortearam minha vida acadêmica e profissional, motivo pelo qual fui levada a, logo após a graduação, prestar concurso para professor substituto de Língua Francesa na Universidade Federal de Sergipe e obter êxito, ficando com a tão sonhada vaga. A partir desse passo importante, tive a oportunidade de vivenciar os desafios e dificuldades do ensino superior no tocante à língua estrangeira. Além da oportunidade de ensinar Língua Francesa na Universidade Federal de Sergipe, durante dois anos, também tive experiências significativas como professora de Língua Portuguesa, primeiro na rede particular, durante a graduação, e atualmente como professora efetiva da Rede Estadual de Sergipe.

Tais experiências não foram desanimadoras, mas despertaram a vontade de aprender e pesquisar mais sobre a História do Ensino das Línguas, e foi com essa motivação que comecei a participar do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS), grupo de pesquisa coordenado pelo professor Dr. Luiz Eduardo de Oliveira. Os encontros do grupo e suas excelentes publicações tiveram um papel fundamental na decisão de tornar-me uma pesquisadora nessa área, pois através dele fui motivada a pesquisar sobre o ensino de Língua Francesa no Império brasileiro e as leituras e pesquisas sobre esse assunto conduziram-me à elaboração do meu projeto de pesquisa, intitulado “As primeiras ¹Cadeiras de Francês do Império brasileiro: primórdios de uma Disciplina escolar (1831-1837)”, o qual, em 2015, foi aprovado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) e hoje é tema da presente dissertação, que tem o objetivo de investigar como se deu o processo de criação das primeiras Cadeiras de Francês nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, no período de 1831-1837, e de compreender quais foram as finalidades do ensino desse idioma no contexto analisado.

¹ Com o objetivo de enfatizar alguns termos relacionados ao universo da História da Educação e das Disciplinas Escolares, nesta dissertação optou-se por escrever com inicial maiúscula as seguintes palavras: Francês, Língua Francesa, Cadeira, Disciplina escolar, Inglês, Língua Inglesa, e o nome de todas as Disciplinas escolares citadas. A escrita de Aulas Preparatórias, Avulsas, Régias e Públicas recebeu o mesmo tratamento. Enfatizou-se também termos relacionados ao contexto histórico, aos documentos e às instituições políticas como: Província, Império, Corte, Assembleia Provincial, Relatórios Ministeriais, Fala, Decreto, Leis, Legislação, Presidente, Ministro, Reformas Pombalinas e Iluminismo.

Sendo assim, esta pesquisa norteou-se através das seguintes questões: qual o contexto histórico da Instrução Pública e do ensino de Língua Francesa nas primeiras décadas do século XIX? Como o processo de criação das Cadeiras de Francês se desenvolveu nas Províncias em estudo? Esse processo apresentou aspectos semelhantes nas três Províncias, ou apenas particulares? Quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelos professores da época? Havia regulamentação para o ensino da Língua Francesa nessas Províncias? Quais seriam os possíveis compêndios utilizados no período recortado? Qual a finalidade do ensino de Francês no contexto em análise?

Vale ressaltar que o marco temporal deste trabalho, (1831-1837), foi selecionado com base em dois momentos importantes para o desenvolvimento do ensino da Língua Francesa no Brasil: 1831, ano de criação das primeiras Cadeiras de Francês nas Províncias, e 1837, ano de fundação do Colégio de Pedro II, período em que o Francês entra para o currículo, tornando-se uma Disciplina escolar.

Dessa maneira, em busca de responder aos questionamentos anteriormente levantados, percebi que a temática em questão conta com uma significativa revisão bibliográfica: teses, dissertações, livros e projetos de pesquisa. Vale ressaltar, aqui, os produzidos na Universidade Federal de Sergipe, através do Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil (GPHELB), dentre os quais destacamos os livros “*Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das Línguas no Brasil (1757-1827)*” e “*A Legislação Pombalina sobre o ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*”, ambos de autoria do professor Luiz Eduardo Oliveira.

Outros trabalhos importantes também fazem parte da revisão bibliográfica desta dissertação, principalmente os relacionados à História da Educação: a tese de doutoramento *A instituição das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809 – 1890)*, de Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, produzida em 2006, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A referida tese investiga o processo de institucionalização do ensino das Línguas Vivas no Brasil, bem como de sua configuração como Disciplina escolar, observando o caso específico da Língua Inglesa, de 1809 a 1890, no intuito de estabelecer uma periodização relacionada às principais finalidades assumidas pelo ensino daquelas línguas no sistema de Instrução Pública do país; os trabalhos defendidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe: a tese de doutorado da professora Elaine Maria Santos, intitulada: *Entre a tradição e a*

inovação: professores e compêndios de Inglês do século XIX, defendida em fevereiro de 2017, que teve como objetivo, identificar no cenário educacional do Brasil oitocentista, as lutas por um espaço para o ensino do Inglês; e a dissertação da pesquisadora Aristela Aristides de Lima, intitulada: *A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na província de Sergipe: (1847-1855)*, defendida em 2005, na qual a autora faz uma análise detalhada sobre o primeiro Liceu sergipano, nos permitindo conhecer, em conjunto com o trabalho da professora Maria Thetis Nunes: *História da educação em Sergipe*, sobre o processo de criação das Cadeiras de Língua Francesa e o Ensino Secundário na Província sergipana.

Em relação à institucionalização do ensino do Francês no Brasil, outras importantes fontes bibliográficas para esta pesquisa foram: a dissertação e a tese da pesquisadora Rita Cristina Lima Lages, intituladas, respectivamente, *O ensino de Francês na Instrução Pública em Minas Gerais entre 1831 e 1855* e *As Vitrines da civilização: referências estrangeiras na Instrução Pública em Minas Gerais do século XIX*. O primeiro trabalho, defendido na Faculdade de Educação da UFMG em 2007, investigou o contexto em que a Língua Francesa foi proposta e instituída como Disciplina escolar na Instrução Pública, em 1831, e o processo de escolarização dessa Língua na Província de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, período no qual se evidenciava uma ambiência cultural marcada por forte influência francesa que se dava, sobretudo, pela circulação e usos de impressos, o que apontava a França como grande produtora e comerciante de conhecimentos. O segundo, sua tese de doutorado, que apresenta resultados de uma pesquisa sobre experiências dos países estrangeiros, consideradas bem sucedidas, que serviam como parâmetros para os dirigentes políticos e educacionais na elaboração de propostas para o ensino público da Província de Minas Gerais, no período compreendido entre a independência, em 1822, e a proclamação da República, em 1889. Importante também, para uma melhor compreensão do ensino de Língua Francesa no Brasil, foi a dissertação da pesquisadora Kate Constantino Pinheiro de Andrade Oliveira, intitulada: *A institucionalização do ensino do Francês no Brasil: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810-1832)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, no ano de 2016 em Aracaju, que investiga o processo de institucionalização do ensino de Francês no Brasil, buscando delinear suas representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais no início do século XIX.

Já para a compreensão do contexto histórico, político e educacional do Império brasileiro, no que tange às Aulas Preparatórias e ao processo de criação das Cadeiras de

Língua Francesa, foram fundamentais os trabalhos de Hilsdorf (2003) e Haidar (1972). Vale destacar que o desenvolvimento desta pesquisa contou também com a análise de fontes diversificadas como: Relatórios Ministeriais, Falas dos Presidentes das Províncias, Regulamentos da Instrução Pública, Legislação Educacional, Relatórios de Inspeção e jornais da época, as quais contribuíram para a construção de uma análise crítica do período, nos permitindo a confrontação de dados, para identificar as finalidades do ensino de Francês e compreender como se deu o processo de criação das Cadeiras desse idioma, no contexto de estruturação do Ensino Secundário nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe.

Tais fontes foram coletadas em meios virtuais, como os sites da Biblioteca Nacional e Hemeroteca Digital Brasileira, nos quais foram localizados jornais das três Províncias estudadas, Regulamentos da Instrução Pública e Relatórios de Inspeção, referentes ao período recortado, assim como os sites Center for Research Libraries e Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Do primeiro foi realizada a coleta de Falas, Discursos e Relatórios Presidenciais e Ministeriais, do segundo a das Cartas de Leis, Alvarás, Decretos, Cartas Régias e das Leis do Império do Brasil. Além da coleta em ambientes virtuais, também houve visita e coleta em acervos físicos, como: o Arquivo Público Estadual e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca Epifânio Dória e o Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Sergipe, que foram de suma importância para a análise do processo de criação das Cadeiras de Língua Francesa na Província sergipana, uma vez que, nos referidos locais pude ter acesso à teses e dissertações sobre o Ensino Secundário em Sergipe; Regulamentos de Instrução Pública e Relatórios de Inspeção da referida Província e à Legislação educacional sergipana concernentes ao período estudado.

Nessa perspectiva, levamos em consideração os pressupostos teóricos de Chervel (1990):

Não podemos, pois nos basear unicamente nos textos oficiais para descobrir as finalidades do ensino. Considerar, com Louis Trénard, que as finalidades são “definidas pelo Legislador” significa envolver-se na história das políticas educacionais, não na das disciplinas escolares. A definição das finalidades reais da escola passa pela resposta à questão “por que a escola ensina o que ensina?”, e não pela questão à qual muito frequentemente nos apegamos: “o que é que a escola deveria ensinar para satisfazer os poderes públicos?”(CHERVEL, 1990, p.190).

Sendo várias as peças legislativas citadas ou analisadas, é importante destacar que em relação às Coleções de Leis do Brasil, apenas o ano da publicação é indicado, diferentemente

das outras peças, nas quais é indicado também o número da(s) página(s). O motivo da omissão deve-se ao fato de que, no corpo do texto, são já mencionados o ano de cada lei, seu número, artigos e parágrafos respectivos.

No que se refere ao ensino da Disciplina de Língua Francesa e à criação das suas primeiras Cadeiras, os pressupostos teóricos de Julia (2001) e Chervel (1990) embasaram as análises realizadas, uma vez que ambos rejeitam a ideia da Disciplina escolar como mera transposição didática e concebem as Disciplinas escolares como entidades epistemológicas relativamente autônomas, fruto do casamento de saberes e métodos pedagógicos, sendo a escola concebida como uma instituição que obedece a uma lógica particular e específica e da qual participam vários agentes, tanto internos, como externos, mas que deve ser entendida como lugar de produção de um saber próprio.

Basta dizer o quanto é recente o termo que utilizamos atualmente: no máximo uns sessenta anos. Mas, ainda que esteja enfraquecido na linguagem atual, ele não deixou de se conservar e trazer à língua um valor específico ao qual, nós, queiramos ou não, fazemos inevitavelmente apelo quando o empregamos. Com ele, os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história (CHERVEL, 1990, p. 180).

Nessa perspectiva, é importante lembrar que, segundo Chervel (1990), o termo Disciplina, tal qual conhecemos hoje, só passou a ser utilizado no sentido de matérias de ensino a partir dos primeiros anos do séc. XX. Sendo assim, durante o período estudado, no contexto escolar, esse termo era utilizado no sentido de ordem, obediência, sujeição e respeito às normas. Já o que concebemos hoje como disciplina escolar, durante o recorte temporal em análise, recebeu diversas nomenclaturas: Curso, Matérias de Ensino, Aulas, Cadeiras.

Em relação à metodologia, esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas: na primeira, foi realizada a leitura, análise e interpretação da Legislação referente à matéria, buscando suas relações com o processo de criação das primeiras Cadeiras de Língua Francesa nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Nessa fase, também foi realizada a seleção das referidas Províncias. Para tanto, foram levados em consideração os seguintes motivos: a escolha de Minas Gerais, pela motivação da leitura dos trabalhos de Lages (2007), que despertou o interesse em buscar e aprofundar as informações existentes sobre o ensino e a

criação das primeiras Cadeiras de Francês na Província mineira. A de Pernambuco, pelo conhecimento prévio adquirido nas reuniões do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS) e nas indicações de leitura do professor Dr. Luiz Eduardo de Oliveira, meu orientador, sobre a História do ensino das Línguas no Brasil, assim como sobre a instituição dos Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo e a obrigatoriedade da aprendizagem da Língua Francesa para o acesso aos referidos estabelecimentos. Por sua vez, a seleção da Província sergipana teve como motivação o aprofundamento das informações relacionadas à criação das primeiras Cadeiras de Francês, presentes nos trabalhos de Nunes (1984) e de Lima (2005), e a facilidade de acesso aos acervos locais, como o Arquivo Público Estadual e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca Epifânio Dória e o Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Sergipe.

Na segunda etapa desta pesquisa, houve o levantamento das fontes, referentes ao período em análise: Relatórios Ministeriais, Falas dos Presidentes das Províncias, jornais referentes ao período recortado, Regulamentos de Instrução Pública e Relatórios de Inspeção, selecionando informações relacionadas às Cadeiras de Francês, aos Cursos Preparatórios e ao Ensino Secundário nas três Províncias. E na a terceira e última etapa, foi realizada a confrontação das informações e dados levantados anteriormente, buscando, a partir daí, identificar como se deu o processo de criação das Cadeiras de Francês nas Províncias em estudo e quais as finalidades do seu ensino, no contexto de estruturação do Ensino Secundário no Império.

A presente dissertação foi estruturada em duas seções de desenvolvimento argumentativo e em uma seção conclusiva. Sendo assim, o primeiro capítulo faz uma análise da Instrução Pública, do ensino de Língua Francesa e da influência da França no Brasil, durante as primeiras décadas do século XIX, e o segundo investiga o processo de criação das primeiras Cadeiras de Francês nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, no período de 1831 a 1837, apresenta reflexões sobre a situação dos compêndios e dos professores nas referidas Províncias e analisa os objetivos das Aulas Preparatórias de Francês e do Ensino Secundário nas primeiras décadas do Império brasileiro. É importante ressaltar que, nos anexos desta dissertação, estão presentes os Relatórios Ministeriais da Assembleia

Geral Legislativa de 1834 a 1838², os quais foram fontes importantes para a compreensão das finalidades do ensino da Língua Francesa no recorte temporal selecionado.

² Os Relatórios Ministeriais de 1838 foram consultados porque continham informações referentes ao ano de 1837.

2. A INSTRUÇÃO PÚBLICA E O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA NO BRASIL, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

A Instrução Pública brasileira do início do século XIX foi fortemente influenciada pelas importantes e intensas transformações ocorridas no âmbito educacional do século anterior, período em que o Iluminismo tornou-se a mentalidade dominante. Segundo Hilsdorf (2003), com a subida do Marquês de Pombal ao poder, o controle da educação escolar foi transferido da Companhia de Jesus para o Estado Português, o que resultou na reformulação do sistema de ensino da metrópole e das colônias. Sendo assim, em meados de 1750, Pombal criou um conjunto de medidas para afastar os jesuítas dos seus cargos nas cúpulas administrativas e eclesiásticas do reino e instituiu reformas que trouxeram novas práticas pedagógicas nas instituições e no cotidiano da população.

Tais reformas, analisadas por Oliveira (2010), no livro *“Legislação Pombalina sobre o ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira”*, foram responsáveis, em linhas gerais, por toda a organização do ensino, que saía das mãos da Companhia de Jesus e passava para a Coroa Portuguesa. A partir de então, houve a divulgação de medidas específicas para todas as ações educacionais, como a regulamentação dos concursos e contratação de professores régios, divisão de tempos de aula e diretrizes para os Diretores Gerais de Estudos.

Em relação ao ensino de línguas, Pombal e seus assessores tomaram decisões significativas. Isso fica evidenciado no ensino do Latim, que ao invés de focalizar o estudo da língua, como faziam os jesuítas, que enfatizavam os cânones estéticos de clareza, simplicidade, racionalidade e economia do classicismo pré-jesuítico dos séculos XV e XVI, passou a utilizar gramáticas que deveriam ser escritas em vernáculo e conter explicações claras e concisas, sem muitas regras e exceções. Por esse motivo, a Real Mesa Censória, criada em 1768, foi utilizada por Pombal para fiscalizar as publicações do século XVIII e liberar para a circulação somente aquelas obras consideradas condizentes com as deliberações reais e preceitos estabelecidos pelas reformas da época.

Como podemos perceber, o pensamento Iluminista que influenciou a reforma do ensino no período Pombalino foi capaz de dar um novo rumo à educação, tanto na metrópole quanto na colônia, promovendo uma renovação na metodologia utilizada, nos conteúdos de ensino e na organização do sistema educacional. Sendo assim, é possível afirmar que, entre 1770 e 1820, período em que o sistema colonial estava em crise, o Brasil vivenciou a

existência de uma escola embasada nos ideais do Iluminismo, uma vez que foi resultante e promotora do pensamento Iluminista português em sua colônia.

Vale lembrar que, de acordo com Oliveira (2010), a vinda do príncipe Regente D. João e sua Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, foi sinônimo de desenvolvimento para a Colônia, que rapidamente passava à condição de sede do Governo Português e das diretrizes estabelecidas pelas Reformas Pombalinas. Apesar de ser legítimo falar que tais Reformas promoveram uma fragmentação do ensino, em razão da expulsão dos jesuítas, do ponto de vista curricular, elas podem ser entendidas como um progresso, uma vez que a paisagem educacional do país se altera com a chegada de novas matérias, dentre as quais estava também a Língua Francesa:

Entre as aulas criadas, posteriormente, para suprir a falta dos colégios jesuítas, há algumas que expressam a tendência à modificação da tradição pedagógica, pelo aparecimento de novas matérias, em resposta a novas exigências de ordem prática ou de natureza cultural. Assim, desde os fins do século XVIII, ao lado das matérias do ensino literário e religioso- o latim, a retórica, o grego, o hebraico, a filosofia, a teologia- a paisagem escolar do Brasil inclui as matemáticas e outras disciplinas, como o desenho, o francês, o inglês (SILVA, 1969, p.189).

Todas as transformações citadas anteriormente contribuíram para a formação do novo sistema educacional que se desenvolveria no Império, sendo assim, para uma melhor compreensão desse sistema, faz-se necessário entender o contexto sociopolítico do momento estudado.

De acordo com os estudos de Chagas (1980), nos anos seguintes à partida do Rei D. João VI, em 26 de abril de 1821, e ao grito de Independência proclamado pelo príncipe regente D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, o recém-fundado Império brasileiro passou por um conturbado período de crises político-econômicas, tanto de ordem interna, com o crescente fortalecimento das oligarquias locais, que se consolidaria com o Ato Adicional de 1834, quanto externa, devido aos constantes atritos com a antiga metrópole portuguesa. Diante desse contexto, a Instrução Pública não experimentou grandes avanços durante as primeiras décadas do Império brasileiro. Porém, de acordo com Azevedo (1971) e Almeida (1989) houve nesse período, a criação de leis que foram determinantes para os rumos do ensino primário e secundário no país: a primeira delas, apresentada pela Assembleia Constituinte em 20 de outubro de 1823, instituiu a liberdade de ensino sem restrições, abolindo o privilégio do Estado para dar educação. Tal princípio consagrou-se no artigo 179, n.º XXXII, da Constituição outorgada pelo imperador, em 11 de dezembro do mesmo ano, que

também garantia a Instrução Primária gratuita a todos os cidadãos. A partir daí, todos passaram a ter o direito de abrir uma escola elementar no Império, sem qualquer exigência de exame, autorização ou licença. O dispositivo legal que facultava essa liberdade, por sua vez, havia sido estimulado pela propagação do famoso sistema de ensino mútuo, introduzido no país pelo próprio Governo e transformado em método oficial pela Lei de 15 de outubro de 1827.

A segunda lei, de 11 de agosto de 1827, de acordo com Oliveira (2010b), ao determinar a criação dos dois primeiros Cursos Jurídicos do Império, um em São Paulo e outro em Olinda, exigiu o estabelecimento de novas Cadeiras em todas as províncias, as quais foram criadas com o objetivo de preparar candidatos às vagas das recém-fundadas instituições, uma vez que estas passaram a desempenhar o papel de fornecedoras do pessoal qualificado para preencher os quadros administrativos e políticos existentes nas Províncias Imperiais. Dessa maneira, percebemos que a fundação das primeiras Faculdades de Direito está diretamente relacionada ao processo de organização do Ensino Secundário, cujo conteúdo passou a ser condicionado pela estrutura curricular desses novos cursos.

As Academias de Direito de Olinda e São Paulo apontam para a influência dos interesses da classe política nas questões educacionais, uma vez que, os estudantes formados nelas, eram instruídos e preparados para manter a unificação e centralização do Império, pois os acadêmicos tornavam-se também escritores, políticos, professores, magistrados e jornalistas que ascendiam aos cargos políticos e administrativos, sendo influenciadores a serviço da construção de uma sociedade educada, segundo a ordem hierárquica e conservadora, demonstrando que o liberalismo moderado funcionava somente para os socialmente iguais, pois a classe senhorial e proprietária, considerada como “povo” brasileiro pela Constituição de 1824, dedicava-se à defesa dos seus próprios direitos. (Hilsdorf, 2003).

Sendo assim, podemos perceber com (OLIVEIRA, 2006, p.213-218), que a instrução pública, durante as primeiras décadas do império, pretendia formar os futuros cidadãos ativos, e, para tanto, era necessário difundir as luzes e a Civilização por todas as classes de pessoas, o que no vocabulário da época tinha uma conotação muito precisa: para os brancos, ou a “boa sociedade”, a Instrução Secundária, e para o “povo mais ou menos miúdo”, a Instrução Primária. Quase naturalmente, estavam excluídos os escravos, como estabelecia o § 3.º do artigo 69 do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854), e a população indígena, além das mulheres.

O Ato Adicional de 1834 também reflete a influência dos interesses políticos dominantes, pois foi através dele que houve a criação das Assembleias Legislativas nas Províncias, permitindo que elas criassem novas escolas elementares, secundárias e superiores, porém os conservadores interessados em manter a ordem escravista e seu poder centralizador, praticaram uma partilha das competências entre a Assembleia Legislativa Geral, as Assembleias Legislativas Provinciais e a iniciativa privada, deixando o Ensino de Primeiras Letras e os cursos de formação de seus professores a cargo das Assembleias Provinciais.

É importante lembrar que, com a referida lei, o Ensino Superior em geral e as aulas da própria capital do país ficaram sob a responsabilidade da Assembleia Geral e dos Ministros do Império, já em relação ao Ensino Secundário, segundo a análise de Haidar (1972), houve uma pseudocentralização, pois era aparentemente entregue às Províncias, mas na prática, era controlado pelo poder central. Sendo assim, para conseguir este controle, o Governo criou apenas um estabelecimento de Ensino Secundário: o Colégio de Pedro II, criado na Corte em 1837, e impediu que os liceus e ginásios secundários, criados pelas Províncias e pela iniciativa privada, dessem acesso direto às Academias, como era o caso do colégio citado anteriormente, obrigando os alunos das outras instituições secundárias a fazerem exames de ingresso aos cursos superiores.

De acordo com Haidar (1972), sem a equiparação dos seus estabelecimentos ao Colégio da Corte, as Províncias abandonaram seus liceus e ginásios, desobrigando-se do Ensino Secundário, dessa maneira, o ensino voltou a ser realizado através das Aulas Avulsas Preparatórias que ofereciam uma preparação rápida e específica para os exames de acesso às instituições de ensino superior do Império. Segundo os estudos de Oliveira (2006), embora uma parte da historiografia da educação brasileira enxergue a criação dos liceus como uma forma de sanar o problema das Aulas Avulsas, e defenda que a existência delas impedia a organização da Instrução Secundária no país, tais Aulas ampliaram o alcance do Ensino Secundário no Império, e foi a partir delas que esse ensino passou a ser acessível à população menos favorecida, uma vez que tanto o Colégio de Pedro II quanto as escolas de iniciativa privada eram muito caras. Essa mesma ideia também está presente em Macedo (1991), que não considerava a extinção das Aulas Avulsas como um aspecto positivo, pois, segundo ele, tal medida não seria benéfica para os meninos pobres da capital do Império, que não tinham condições financeiras de pagar o Colégio de Pedro II, e a extinção dessas Aulas tiraria a oportunidade deles de desenvolverem suas capacidades intelectuais:

Havia antes dessa data, espalhadas pela cidade algumas aulas avulsas de instrução pública secundária, uma de latim, uma de filosofia, e alguma outra ainda, e os meninos pobres que não podiam seguir o curso de estudos do Imperial Colégio de Pedro II achavam ao menos naquelas aulas alguns recursos, embora mesquinhos, para cultivar suas inteligências. Era um benefício já feito, um benefício antigo, a que as classes pobres tinham adquirido um certo direito (MACEDO, 1991, p. 166).

Como podemos observar, a educação no Império brasileiro foi intensamente influenciada pelas transformações políticas e educacionais do século XVIII, principalmente pelas Reformas Pombalinas e pelo pensamento iluminista, que proporcionaram ao Brasil do século XIX um novo olhar sobre a instrução pública, suas metodologias e seu sistema educacional. É importante ressaltar que, de acordo com (OLIVEIRA, 2010b, p.159-160), assim como ocorreu em Portugal, no período Pombalino, as Línguas Estrangeiras no Brasil, acompanharam o processo de institucionalização dos estudos matemáticos, representados principalmente pelas Academias Militares, centros formadores da elite local. Seu estudo era justificado como meio de acesso às “Ciências Matemáticas”, pela tradução de obras e autores que escreviam nos idiomas de suas respectivas nações, e não mais em latim. Sendo assim, não foi por acaso que as primeiras Cadeiras Públicas de Inglês e Francês no Brasil, em 1809, foram declaradas no mesmo documento em que a Mesa do Desembargo do Paço concedeu provimento a uma Cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria, assim como não é de se estranhar que os Colégios e Academias Militares e da Marinha, em Portugal e no Brasil tenham sido as primeiras instituições responsáveis pela inserção das Línguas Estrangeiras em seus currículos.

Vale lembrar que, nas primeiras décadas do Império brasileiro, o poder central passou a exercer um maior controle do Ensino Secundário, e a partir da instituição dos Cursos Jurídicos, criou Cadeiras Preparatórias para o acesso aos referidos cursos, dentre elas, as de Língua Francesa, que estiveram voltadas para o acesso às Instituições de Ensino Superior.

2.1. O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA: A INFLUÊNCIA DA FRANÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

De acordo com Santos (2017), havia na Legislação das primeiras décadas do século XIX uma tentativa de desmerecer tudo que estivesse associado à França, como contrapartida à proteção que a Inglaterra concedeu a Portugal, através da escolta dos seus navios e do auxílio na expulsão das tropas napoleônicas. Esse esforço em deter a influência francesa no Brasil fica evidenciado na Decisão de Guerra N. 51, de 14 de dezembro de 1809, que proibia a

Imprensa Régia de imprimir qualquer obra não autorizada pela Mesa do Desembargo do Paço, pois estas poderiam estar associadas a alguma sociedade secreta e os ensinamentos transmitidos poderiam ser altamente prejudiciais ao Império, por terem sido encontradas “provas authenticas da sua adesão aos abomináveis e subversivos principios do Governo Francez” (BRASIL, 1891).

Apesar de haver na legislação brasileira do início do século XIX uma tentativa de evitar a influência francesa, é importante esclarecer que tal atitude estava apenas no âmbito legislativo, uma vez que o Brasil do século XIX absorvia muito da cultura francesa, principalmente a elite do Império, que desde a chegada da Missão Artística Francesa em 1816, passou a ser fortemente influenciada em termos sociais, culturais e intelectuais. Destaca-se, nesse contexto, o pintor francês Jean Baptiste Debret, cujas obras expressavam o cotidiano da Corte brasileira. Sendo assim, não era por acaso que, nas primeiras décadas do século XIX, na rua do ouvidor, no centro do Rio de Janeiro, se costumava dizer que as pessoas se vestiam, comiam, liam e pensavam como os franceses. Para os brasileiros de posses, inclusive o imperador, Paris era a paixão cosmopolita dominante ao redor de todos eles (SCHWARCZ, 2012, p.153).

Vale ressaltar que as marcas francesas deixadas em terras brasileiras vão além da arquitetura, das obras literárias, das pinturas e dos costumes dos brasileiros, pois uma forte influência chegou através da Língua Francesa que, durante quase todo o século XIX, foi considerada universal e conseguiu atravessar o Atlântico, não só como um novo idioma, mas também como símbolo de poder e dominação cultural de uma nação que, desde séculos anteriores, influenciava a vida ocidental, principalmente a europeia, como nos mostra Hazard (1971):

Tanto assim é, que para a aristocracia intelectual da Europa as traduções já não são necessárias, e o francês tende a tornar-se a língua universal. É o que diz Gruy Miège, genebrês residente em Londres, que publica um dicionário francês-inglês e inglês francês, “porque a língua francesa, em certo sentido, vai-se tornado universal”; é o que diz Gregório Leti, que em Amesterdão traduz para francês a sua *Vida de Cromwell*; para francês, porque a língua francesa tornou-se, neste século, a mais geralmente conhecida de toda a Europa, quer por grandeza da França a tornar mais florescente, tal como se viu outrora o poderio dos Romanos espalhar a sua língua por todo o universo, quer porque a língua francesa, trabalhada como está, tenha belezas particulares, na nitidez desafectada que nela se observa”. Mas de todos os testemunhos que seria fácil acumular aqui, nenhum é mais significativo,

decerto, que o de Bayle: “ A língua francesa é doravante o ponto de contacto de todos os povos da Europa e uma língua que se poderia chamar transcendental (HAZARD, 1971, p. 54-55).

Desse modo, a Língua Francesa, nas primeiras décadas do século XIX, é considerada como o principal idioma a ser estudado e ensinado no Brasil, havendo a preocupação em criar leis que regulamentassem seu ensino. É importante ressaltar que, segundo Oliveira (2010), em seu livro “*Gramatização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*”, a forte influência da Língua e da cultura Francesa no Brasil, durante as primeiras décadas do século XIX, dificultou a institucionalização do ensino de Inglês e que durante esse período, a Língua Francesa tinha seu status assegurado, sendo reconhecida como língua de acesso ao conhecimento e à cultura, o que fez com que o ensino desse idioma não precisasse de maiores explicações e justificativas. Porém, o mesmo não acontecia com o Inglês, que, segundo a análise de Santos (2017), embora tivesse uma utilidade comprovada, ainda disputava espaço educacional junto ao Francês.

Ao observar a análise de Santos (2017) sobre os prefácios de alguns compêndios de Língua Inglesa desse período, percebe-se que a influência francesa, através da língua, era tão forte que havia uma necessidade de convencimento para a legitimação e divulgação do ensino de Inglês. Isso fica evidenciado no prefácio do compêndio *Arte Inglesa*, publicado por Guilherme Tilbury, em 1827, no qual o autor se mostra preocupado com a valorização do Inglês frente a um grande crescimento da Língua Francesa no Brasil, tornando-se um árduo defensor das questões inglesas. Ele declarava que seu desejo era ver sua obra servindo de “antídoto” contra a filosofia francesa, que deveria, a todo custo, ser combatida, sendo de sua autoria a célebre frase: “se, como dizem, a França e a Inglaterra são os dois olhos da Europa, para que contentar-se em ver por hum delles só? Ou quando assim se fizer, escolha-se ao menos aquelle que contenha a vista mais comprida” (TILBURY, 1827, p.i, apud SANTOS, 2017, p.71-72). Sendo assim, é possível afirmar que a preocupação de Tilbury não era sem razão, uma vez que, de acordo com Oliveira (2010), a supremacia da Língua Francesa se mostrava pela sua maior procura nos Exames de Preparatórios e na maior disponibilidade de professores públicos e particulares.

2.1.1. O ensino de Língua Francesa na Corte

Em 1808, a família real portuguesa, fugindo do ataque francês, foi transferida para o Brasil. Dessa conturbada transferência, surgiu a necessidade de criação de instrumentos políticos e administrativos que dessem suporte à emergente metrópole. Muitas medidas para a organização do Estado do Brasil foram traçadas antes mesmo da chegada da Coroa Portuguesa. A exemplo, podemos citar a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, a criação do Supremo Conselho Militar e de Justiça e do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a publicação de um manifesto declarando guerra ao Imperador dos franceses, a regulamentação do Corpo da Brigada Real da Marinha, o estabelecimento da Real Fábrica de Pólvoras, a criação do Erário Régio e do Banco do Brasil, sendo nomeadas pelo rei as autoridades que tomariam os cargos administrativos, judiciários e eclesiásticos da Corte e das Capitânias (OLIVEIRA, 2010b, p. 101).

Vale destacar que é nesse contexto que se inicia o ensino de Língua Francesa na Corte, que de acordo com os estudos do mesmo autor, ocorreu através da Decisão de N. 29 de 14 de julho de 1809, a qual criava uma Cadeira Pública de Aritmética, Álgebra e Geometria, uma de Língua Francesa e outra de Inglesa. A Decisão, decorrente de uma Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 22 de junho do mesmo ano, foi motivada por um requerimento do Padre João Baptista, Bacharel formado pela Universidade de Coimbra, que havia pedido àquele Tribunal para ser provido na “cadeira de geometria” do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2010b, p.125-126). Destarte, depois de nomear o padre João Baptista como professor público e estipular-lhe o salário de “500\$000 anuais”, a lei dispõe minuciosamente sobre o conteúdo da cadeira em questão, estabelecendo a sequência em que seus elementos deveriam ser ensinados:

E sendo outrossim tão geral, e notoriamente conhecida a necessidade, e utilidade das linguas franceza e ingleza, como aquellas que entre as linguas vivas teem o mais distincto logar, é de muito grande utilidade ao Estado, para augmento, e prosperidade da instrucção publica, que se crêe nesta capital uma cadeira de lingua franceza, e outra de ingleza (BRASIL, 1891).

No ensino das duas Línguas, os professores deveriam seguir, quanto ao “tempo”, “horas das lições” e “atestações” do aproveitamento dos discípulos, o mesmo que se achava

estabelecido, “e praticado”, pelos de Gramática Latina. A lei se referia à “Instrução para os professores de Grammatica Latina” publicada com o Alvará de 28 de junho de 1759, também conhecido como Lei Geral dos Estudos Menores, em cujo preâmbulo Pombal acusava os jesuítas de serem os grandes causadores do estado calamitoso em que se encontravam as Letras Humanas, “base de todas as Sciencias”, no Reino de Portugal e seus Domínios, ordenando que se restituísse “o methodo antigo, reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade que se pratica atualmente nas nações mais polidas da Europa” (OLIVEIRA, 2006, p.80-81).

Em relação aos professores públicos de Língua Francesa, em 1809 foram feitas, e assinadas por D. João, as Cartas que os nomeavam para essa função. A primeira, datada de 26 de agosto, nomeava o padre René (Renato) Boiret professor da Língua Francesa com o ordenado de 400\$000 réis por ano (ALMEIDA, 2000, p.42). Boiret era Presbítero Secular e lecionava no Real Colégio dos Nobres, tendo sido provido interinamente na mesma função com o Decreto de 13 de abril do ano anterior. Assim dispunha sua Carta: “a Língua Francesa sendo a mais difundida e, por assim dizer, universal, a criação de uma cadeira desta língua é muito necessária para o desenvolvimento e prosperidade da instrução pública” (apud ALMEIDA, 2000, p. 42). Boiret se manteve no exercício de suas funções de Professor Público de Francês até 1817, quando, por Carta Régia de 2 de julho, foi nomeado o reverendo Luiz Carlos Franche para substituí-lo, em virtude de sua demissão, com o mesmo ordenado de seu antecessor (OLIVEIRA, 2010b, p.137).

É importante ressaltar que, no período de estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, houve uma valorização do ensino da Língua Francesa, principalmente na Academia Real Militar, nas Aulas de Comércio e nos Cursos Médico-Cirúrgicos.

De acordo com Teles (2003), a Academia Real Militar, fundada no Rio de Janeiro em 1810, foi uma das primeiras ações da administração portuguesa na recente metrópole americana e a primeira instituição de ensino de orientação militar a funcionar na América, sendo a terceira no mundo ocidental. Este vanguardismo no campo da educação só teve como antecedentes as instituições de Ensino Militar Francesa e Portuguesa, criadas em janeiro de 1751 e março de 1761, respectivamente. Seu ensino não estava voltado apenas para a formação de oficiais para as armas, mas também para a formação de engenheiros, geógrafos e topógrafos com a finalidade de conduzir estudos e elaborar trabalhos em minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas. A criação dessa Academia acompanhava o

movimento das Reformas Pombalinas de Instrução Pública iniciadas em Portugal. Sendo assim, ela valorizava o conhecimento científico moderno como parte dos saberes da formação intelectual de sua oficialidade.

É importante ressaltar que havia na Academia Real Militar uma valorização da aprendizagem das Línguas Vivas, pois os alunos que as soubessem deveriam ter maior destaque que os outros: “Os que souberem a Lingua Latina, Grega, e as Linguas vivas, occuparão os primeiros logares nas aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da sua matricula, e quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade” (BRASIL, 1891). Apesar de ter sua importância reconhecida, pelo fato de as referências bibliográficas estrangeiras estarem escritas, sobretudo, em Língua Francesa, o ensino de Línguas na referida instituição era considerado facultativo, uma vez que a Junta poderia propor que fossem estabelecidos professores de Língua Francesa, Inglesa e Alemã tendo a obrigação de substituírem uns aos outros em caso de ausência segundo nos orienta a Carta de Lei, em seu Título Segundo:

Julgando-o necessario a Junta poderá propor que se estabeleçam Professores da Lingua Franceza, Ingleza e Allemã; e será obrigação dos Professores substituírem-se uns aos outros, quando succeda não bastarem os Substitutos, de maneira que jámais se dê caso de haver cadeiras que deixem de ser servidas, havendo alumnos que possam ouvir lições (BRASIL, 1810).

É importante ressaltar ainda, que segundo Oliveira (2016), nos anos iniciais à fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, sob o regimento da Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, os cursos para os postos de oficiais de engenharia e de artilharia adotavam como material didático para todas as Disciplinas, obras de escritores renomados, que eram, em sua grande maioria, compêndios escritos em Língua Francesa e publicados na França. De acordo com a mesma autora, apesar da ausência de referências para o ensino de Línguas no Estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, os compêndios de Francês selecionados para estudo eram adotados pelos programas de instrução das instituições de ensino mais renomadas da França como as *Écoles Centrales*, o *Conseil de l'Université* e as *Écoles Normales*, estabelecimentos que serviam de parâmetro para as demais instituições de formação dos países ocidentais, significando que o ensino de Francês na Academia Real Militar teve um caráter utilitarista, pois como Língua do comércio e da diplomacia, assumiu um caráter instrumental para o exercício da função de oficial em missões de paz e guerra, servindo, portanto aos propósitos do Soberano.

Outra criação importante do período joanino, em terras brasileiras, foram as Aulas de Comércio, sendo o Alvará de 15 de julho de 1809 a primeira Peça Legislativa a fazer referência a elas. De acordo com os Relatórios Ministeriais de Bernardo Pereira de Vasconcelos, do ano de 1837, essas Aulas estavam sob a direção e inspeção do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas, e Navegação que, segundo o referido relatório, não era apto para supervisionar a maneira como os Mestres desempenhavam suas funções, nem para fiscalizar a conduta e desempenho dos alunos. Além disso, os ordenados pagos aos lentes dessas Aulas eram mesquinhos.

A Aula do Comercio está debaixo da direcção, e inspecção do Tribunal da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação, o qual não me parece adaptado nem para vigiar a maneira, por que os Mestres desempenhão as suas funcções, nem para fiscalisar a conducta, e a applicação dos discipulos. As materias, que nessa Aula se ensinão, são distribuidas em hum Curso de dous annos, confiado a hum Lente, e a hum Substituto. Este ensina no primeiro anno os principios da Arithmetica, Geometria, e Algebra, e substitue o proprietario, que ensina a Contabilidade, a escripturação mercantil, e alguns elementos de Geographia. Esta distribuição é em extremo defeituosa, não cabendo nas forças de hum homem ser Lente de hum anno, e Substituto ao mesmo tempo do segundo. Os ordenados são por tal modo mesquinhos, que apenas pagarião um zelo ordinario, e nunca o verdadeiro desempenho do Magisterio (BRASIL, 1838).

Tais críticas foram também reforçadas pelo Ministro Francisco Ramiro d'Assis Coelho, que apesar de reconhecer a melhora do “antigo Systema”, criticou a falta do ensino das Línguas Vivas, fato que, segundo ele, comprometia a aprendizagem dos alunos, uma vez que não conseguiam compreender os compêndios e nem as explicações dos professores. Diante disso, o referido Ministro propõe a exigência do conhecimento das Línguas Vivas, principalmente do Francês, e da Gramática da Língua Nacional para que os estudantes pudessem ingressar na Aula de Comércio. Sendo assim, podemos perceber uma forte influência da França na Instrução Pública brasileira desse período, uma vez que a maioria dos compêndios utilizados nas Aulas de Comércio era escrito na Língua desse país.

Sendo a leitura, a escripta, e as quatro operações Arithmeticas, as unicas habilitações, que se exigem dos meninos, para se poderem matricular na Aula do Commercio, resulta daqui que muitos delles não entendem os

Compendios, nem as explicações dos Professores. Mais alguma cousa portanto he necessario que elles saibão, para que possam tirar proveito dos meios de instrucção, que naquelle Estabelecimento se lhes proporciona: o Governo quisera que o conhecimento das Linguas Ingleza, e Franceza, fosse condição essencial para a admissão delles; mas, quando isto pareça excessivo, não se lhes dispense ao menos a versão da Lingua Franceza, e a Grammatica da Nacional (BRASIL, 1840).

Além da valorização do ensino da Língua Francesa nas instituições de ensino citadas anteriormente, houve também o reconhecimento da importância desse idioma nos Cursos Médico- Cirúrgicos. Segundo Oliveira (2006), a Escola de Cirurgia da Bahia foi fundada a partir da Decisão n.2 de 18 de fevereiro de 1808, assinada por D. Fernando José de Portugal, ministro responsável pela pasta dos Negócios do Brasil, e endereçada ao Governador e Capitão General da Bahia, D. João de Saldanha da Gama de Melo e Torres. Tal Decisão solicitava que o referido governador desse poder ao Dr. Picanço para fundar o estabelecimento, ficando sob seu critério a escolha dos professores. Sendo assim, no dia 23 de fevereiro do mesmo ano, foram publicadas as instruções para o Lente de Cirurgia, as quais dispunham sobre o espaço para o exercício das Aulas, sua economia e estabeleciam as obrigações do Lente, que iam desde o assento das informações sobre os praticantes em livro próprio, incluindo a cobrança das taxas de matrícula (6.400 réis) e de cada certidão passada (1.400 réis), até o dever de que “não admitirá praticantes sem ter conhecimento da Lingua Franceza (CAMPOS, 1941, p. 36).

Vale ressaltar que os candidatos a cirurgiões deveriam ter conhecimento da Língua Francesa, exigência justificada, ao que tudo indica, pela necessidade que os praticantes teriam de consultar volumosos compêndios escritos em Francês, ou de entender as explicações do Lente na mesma Língua. A dispensa do Latim, por sua vez, aponta para uma distinção bem marcada entre as formações do cirurgião e do médico. Com efeito, se para os cirurgiões do Reino e Domínios Ultramarinos o conhecimento da Língua Latina era dispensável, bastando-lhes o da Língua Francesa, tal não era o caso dos Médicos (OLIVEIRA, 2006, p.51).

Tambem he para desejar, que os Estudantes Medicos se instruem nas Linguas vivas da Europa; principalmente na Ingleza, e Franceza, nas quaes estam escriptas e se escrevem cada dia muitas Obras importantes de Medicina. Porém não Obrigo a que o estudo destas Linguas preceda necessariamente á matricula do Primeiro anno, nem que dellas se faça exame. Somente encarrego aos Lentes, que as recomendem muito aos seus

Ouvintes, dos quaes Espero, que, sem prejuizo das lições, a que são obrigados, se instruem nelas por todo o tempo do Curso Medico, para se fazerem mais dignos da estimação publica, e exercitarem melhor a sua Profissão (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772).

De acordo com o mesmo autor, a segunda Escola de Cirurgia criada no Brasil foi estabelecida no Hospital Real Militar do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, por Decreto de 5 de novembro de 1808. Ao que parece – pois o autor não teve acesso ao Decreto –, ela foi criada nos mesmos termos, e sob as mesmas condições de ingresso, da Escola de Cirurgia da Bahia, tendo sido escolhidos dois cirurgiões para nela ministrarem suas aulas: Joaquim José Marques (1765-1841), cirurgião-Mor do Reino de Angola, que assumiu a Aula de “Anatomia teórica e prática e Fisiologia”, e José Lemos de Magalhães, nomeado para a de “Terapêutica Cirúrgica e Particular” (CAMPOS, 1941, p. 129).

Ao observar o processo de criação da Academia Real Militar, das Aulas de Comércio e dos Cursos Médico- Cirúrgicos, percebemos que a Instrução Pública na Corte foi priorizada, principalmente por causa da preocupação do Príncipe Regente em criar instrumentos políticos e administrativos que dessem suporte à metrópole. Dessa maneira, o ensino era então uma questão comum aos três Ministérios que compunham o Governo de D. João VI, não sendo estabelecido por ele um órgão específico para o trato com a matéria. Seu Ministério era composto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 – 1812), o conde de Linhares, como Ministro da guerra e dos estrangeiros; D. Fernando José de Portugal, depois Conde e Marquês de Aguiar (1752 – 1817), na pasta dos Negócios do Brasil; e João Rodrigues de Sá e Melo, o visconde de Anadia (1755 – 1809), depois Conde do mesmo título, no Ministério da Marinha e Ultramar (OLIVEIRA, 2010b, p. 103). Destarte, podemos concluir que o desenvolvimento educacional ocasionado pela vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, também trouxe um novo olhar sobre o ensino de línguas, o que contribuiu para a criação de Leis que regulamentassem o ensino delas em terras brasileiras.

2.2. O ENSINO DE FRANCÊS NOS CURSOS PREPARATÓRIOS

A instituição dos Cursos Jurídicos, em 1827, despertou a preocupação dos parlamentares em relação às Aulas Preparatórias e, a partir de então, houve muitos debates

sobre a criação de Cadeiras e o provimento de professores. Essas Aulas eram desenvolvidas nos Cursos Preparatórios para o ingresso no Ensino Superior e ensinavam, de forma parcelada e avulsa, apenas os conteúdos oficiais que seriam verificados nos exames controlados pelo Poder Público Central.

Ao observar os Estatutos dos Cursos Jurídicos, no que se refere à admissão de estudantes, constata-se que para matricular-se nas referidas instituições, era necessário apresentar certidão que comprovasse ter idade igual ou superior a 16 anos e a comprovação de aprovação nos exames de: Língua Latina e Francesa; Retórica; Filosofia Racional e Moral; Aritmética e Geometria. Vale destacar aqui dois pontos importantes, a justificativa da instituição em exigir os conhecimentos das Línguas Francesa e Latina para a admissão no estabelecimento e como eram realizados os exames para comprovar a competência dos estudantes referente ao domínio desses dois idiomas. Em relação à importância das duas Línguas citadas anteriormente, o Estatuto diz que o conhecimento delas seria necessário para que os alunos tivessem uma boa instrução literária, uma vez que, nesses idiomas estão escritas obras clássicas e importantes para os estudos jurídicos. A Língua Latina deveria ser estudada, pelo fato de haver nela livros de Direito Romano, Novelas, o Código e as Institutas, além de obras de autores de grande relevância para os estudos jurídicos. A Língua Francesa, por sua vez, teria sua importância por que nela estariam escritos os melhores livros de Direito Natural Público e das Gentes, do Direito Marítimo e Comercial, além de muitos livros que serviriam de compêndios para o curso.

O conhecimento perfeito das linguas latina e franceza, sobre dever entrar no plano de uma boa instrucção litteraria, para conhecimento dos livros classicos de toda a litteratura, é peculiarmente necessario para os estudantes juristas. Na primeira está escripto o digesto, o codigo, as novellas, as institutas, e os bons livros de direito romano, o qual, posto que só há de ser elementarmente ensinado neste Curso Juridico, deve de força ser estudado, bem como as instituições de Pascoal José de Mello, e algumas outras obras juridicas de autores de grande nota, que andam escriptas na mesma lingua. E na segunda se acham tambem escriptos os melhores livros de direito natural publico, e das gentes, maritimo, e commercial, que covem consultar, mormente entrando estas doutrinas no planno de estudos do Curso Juridico, e sendo escriptos em francez muitos dos livros, que devem por ora servir de compendios (BRASIL, 1878).

Em relação a como eram realizados os exames de Língua Francesa e Latina, vale ressaltar que eles tinham um caráter instrumental, uma vez que os examinadores deveriam avaliar os alunos sobre os preceitos gerais da gramática e sobre a competência que os mesmos teriam em traduzir textos em verso ou prosa.

2º Os examinadores haver-se-hão nos exames das línguas perguntando pelos preceitos geraes de grammatica de cada uma dellas, em que fôr feito o exame, e fazendo traduzir os melhores livros em prosa, e verso, por ser este o meio de se conhecer exactamente o aproveitamento dos examinandoss na intelligencia da mesma língua (BRASIL, 1878).

Além da exigência da Língua Francesa para o ingresso nos Cursos Jurídicos, ao analisar também os Estatutos de criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, percebemos que havia exigências em relação ao conhecimento de outras línguas, dentre elas, a Francesa. Dessa maneira, os estudantes que quisessem ser admitidos para obter o título de Doutor em medicina deveriam ter, no mínimo, dezesseis anos completos; saber além do Latim, o Francês ou Inglês; Filosofia Racional e Moral; Aritmética e Geometria.

Art. 22. O estudante, que se matricula para obter o titulo de Doutor em Medicina, deve: 1º Ter pelo menos dezaseis annos completos: 2º Saber Latim, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Ingleza, Philosophia Racional e Moral, Arithmetica e Geometria. (BRASIL, 1874)

Vale ressaltar que apesar de, desde 1827, haver debates em relação às Aulas Preparatórias, segundo a análise de Oliveira (2006), somente em 1854 os Exames Gerais de Preparatórios foram instituídos pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo Ministro Couto Ferraz, que no seu artigo 112 determinou que os discípulos das Aulas e estabelecimentos particulares de Instrução Secundária fossem admitidos todos os anos, no mês de novembro, a Exames Públicos por escrito das matérias requeridas como Preparatórios à admissão nos Cursos Superiores.

Entre os prêmios dos alunos que se destacassem nos Exames estavam a isenção de direitos de matrícula no Colégio de Pedro II para tomar grau de bacharel em letras, se quisessem (§ 1.º), a mesma isenção nas academias de ensino superior (§ 2.º) e a preferência de admissão no Imperial Colégio como Repetidores (§ 3.º), sendo as notas conferidas as seguintes: “aprovado”, “aprovado com distinção” e “reprovado”. O legislador, no artigo seguinte, abria a possibilidade de, “para o futuro”, serem estendidos os concursos aos Exames de todas as matérias do Colégio de Pedro II, assegurando aos donos de estabelecimentos e professores particulares, no artigo 114, a publicação dos nomes dos alunos premiados e aprovados, com a declaração do Colégio ou Aula em que tivessem aprendido (BRASIL, 1854).

No mesmo ano, saíram os novos estatutos dos Cursos Jurídicos baixados com o Decreto n. 1.386, de 28 de abril, constituindo-os em Faculdades de Direito com um curso de cinco anos cada. Com relação aos requisitos de matrícula, nenhum aluno seria admitido sem que se mostrasse habilitado no conhecimento das Línguas Latina, Francesa e Inglesa “e nas seguintes materias”: Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, Retórica e Poética – esta exigida pela primeira vez – e História e Geografia (art. 53). A prova de tais habilitações, conforme o artigo seguinte, seria dada com a apresentação do diploma de bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II ou do título de aprovação obtido nos concursos anuais da Capital do Império, na forma do artigo 112 do regulamento de 17 de fevereiro, ou ainda da certidão de aprovação em exames perante os professores das Aulas Preparatórias de qualquer uma das Faculdades (BRASIL, 1854).

Com o Decreto n. 1.387, da mesma data, foram baixados os novos Estatutos das Faculdades de Medicina. O artigo 82 estabeleceu, para cada curso oferecido pelas faculdades, habilitações diferentes. Assim, para o Curso Médico, de seis anos, seriam exigidos exames de Latim, Francês, Inglês, História e Geografia, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e Álgebra até equações do primeiro grau; para o Farmacêutico, de três anos, os exames deveriam ser de Francês, Aritmética e Geometria; e para o Obstetrício, de dois anos, o candidato deveria mostrar-se habilitado em leitura e escrita, nas quatro operações da Aritmética e em Francês. Os exames seriam feitos perante professores públicos designados pelo Governo na Corte e pelo Presidente da Província na capital da Bahia (art. 83), estando deles isentos os que apresentassem diploma de bacharel em letras ou o título de aprovação dos exames gerais da Corte ou nas Faculdades, de acordo com o artigo 86 (OLIVEIRA, 2006, p.302-303).

Ao observar o ensino da Língua Francesa nos Cursos Preparatórios do Império, levando em consideração os pressupostos teóricos de Julia (2002) e Chervel (1990), evidenciamos os elementos constituintes fundamentais de uma Disciplina escolar: a existência de provas quantitativas, uma vez que os Exames Preparatórios deveriam ser realizados perante professores públicos, designados pelo Governo na Corte e pelo Presidente da Província na Capital da Bahia, com o objetivo de comprovar o domínio da gramática e da tradução adquiridos; as práticas de motivação e estimulação, uma vez que os alunos que se destacassem nos exames, receberiam como prêmio a isenção dos direitos de matrícula no Colégio de Pedro II para tomar grau de bacharel em letras, e se quisessem, a mesma isenção nas Academias de Ensino Superior, assim como a preferência de admissão no Imperial Colégio como

repetidores; os conteúdos de ensino, os quais estão evidenciados nos Estatutos dos Cursos Jurídicos, que afirmam que os alunos deveriam ser avaliados de acordo com os preceitos gerais da gramática e com as suas competências de traduzir em verso ou prosa (BRASIL,1878), e os exercícios, que apesar de não haver uma explicação evidenciada nos estatutos de como deveriam ser aplicados, infere-se que o fato de o ensino desse idioma está voltado para a realização dos Exames Preparatórios, os quais exigiam o domínio da gramática, da leitura e tradução, motivava a realização de exercícios focados no caráter instrumental da língua. Tal afirmação pode também ser verificada nos compêndios que circulavam nos anúncios de compra e venda dos jornais da época: gramáticas, dicionários e livros em francês³. Sendo assim, podemos constatar que a Língua Francesa, como matéria de ensino alcançou, no período estudado, o status de Disciplina escolar:

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas “inovações” que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições. (Julia, 2002, p.34)

Como podemos notar, a análise dos Estatutos de criação dos Cursos Jurídicos e das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, bem como a dos Decretos de 1854, citados anteriormente, no que se refere à exigência de Línguas Estrangeiras para a admissão dos estudantes, nos faz perceber a presença, notadamente forte, da cultura francesa na sociedade brasileira da época e o reconhecimento da necessidade do ensino do Francês para os cursos superiores, uma vez que, nesse idioma estariam escritos os melhores livros de Direito Natural Público e das Gentes, do Direito Marítimo e Comercial, assim como outros compêndios importantes para os referidos cursos.

2.3. O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA NO SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM E NO COLÉGIO DE PEDRO II

³ A segunda parte desta dissertação faz uma abordagem mais detalhada sobre os compêndios da época e os objetivos do ensino da Língua Francesa.

Segundo Oliveira (2006), independente da maneira como era concebida a ideia de um Liceu, ou de um Ateneu, nas diferentes Províncias do Império na década de 1830, tais estabelecimentos, vinculados às verbas provinciais, dificilmente poderiam se manter com prédio próprio, móveis, armários, aparelhos, diretor e um corpo docente e administrativo, razão por que, quando conseguiam sair do projeto e se efetivar, tinham duração efêmera, contribuindo para seu insucesso, além da falta de fundos, havia a concorrência da via mais fácil de acesso aos estudos maiores: as Aulas Preparatórias, que às vezes, como os próprios Ministros relatavam, duravam apenas alguns meses.

Nesse contexto, acontece o processo de conversão do Seminário de São Joaquim em Colégio de Pedro II, uma vez que, ao longo dos anos, o referido Seminário entrou em decadência e sofreu o abandono por parte da Câmara Municipal, o que levou o Governo a convertê-lo, primeiro, em escola profissional, na qual os alunos tinham acesso à instrução primária e às oficinas profissionalizantes que os preparavam para diferentes profissões. E em seguida, na maior Instituição de Ensino Secundário do Império.

Sendo assim, o decreto de lei de 12 de dezembro de 1831, aprovou os Estatutos do referido seminário e concedeu-lhe a função de cuidar e educar os meninos órfãos para que alcançassem profissões honestas e fossem úteis a si mesmos e à nação:

Sendo da obrigação dos governantes, independente dos sentimentos de humanidade, cuidar na sustentação e ensino dos meninos orphãos e desvalidos, a fim de que, convenientemente educados, com profissões honestas venham depois a ser uteis a si e á nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho: e suposto que o actual Seminario, conhecido nesta Côrte pela invocação *de* S. Joaquim tenha sido pelos fieis estabelecido com a mira em semelhante resultado; todavia achando-se hoje sobremaneira aberrado de sua primitiva instituição; porque em *vez de* limitar-se a receber esta porção da humanidade desvalida e precisada, tem sido obstruido com moços já crescidos, que se aplicam a estudos maiores e meramente especulativos; tirando-se assim ás desgraçadas crianças o pão e a instrucção, que a caridade dos primeiros instituidores lhes havia destinado: a Regencia querendo por tanto chamar este estabelecimento ao seu primitivo destino com aproveitamento dos referidos orphãos: Ha por bem, Approvando os estatutos, que lhe foram apresentados e com este baixam assignado por José Lino Coutinho, do Conselho de Sua Magestade Imperial Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, Ordenar, em Nome do Imperador, que elles sejam postos em plena execução e que o referido Seminario de S. Joaquim seja d'ora em diante por elles governado. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido e faça executar. (BRASIL, 1878)

Em relação aos conteúdos ensinados na instituição, além do ensino de Primeiras Letras, das Aulas de Matemáticas e das Oficinas, os seminaristas também poderiam ter Aulas de Língua Francesa e Inglesa, desde que os mestres que quisessem ensiná-las não fossem muito onerosos à instituição.

Art. 3º Além dos estudos marcados nos presentes estatutos para a educação dos orphãos, poder-se-há admitir o das línguas franceza, ou ingleza, se algum Mestre com condições pouco onerosas ao estabelecimento, se quizer encarregar do ensino de qualquer destes idiomas; precedendo ajuste com a Camara Municipal e aprovação do Governo (BRASIL, 1878).

Apesar da importância desse estabelecimento para a sociedade vigente, em 2 de dezembro de 1837, ele foi convertido em Colégio de Pedro II, tendo seus objetivos de ensino alterados e sendo frequentado por uma diferente classe de alunos, que pertencia à classe economicamente mais favorecida do Império, e enxergava o Ensino Secundário como ferramenta para o ingresso nos cursos superiores, fato que promoveu um novo olhar sobre o ensino da Língua Francesa que, a partir daí, passa a ser regulamentada e a fazer parte do currículo obrigatório da instituição recém-criada:

Art.1º O Seminário de S. Joaquim he convertido em Collegio de instrucção secundária.

Art.2º Este Collegio he denominado-Collegio de Pedro II.

Art. 3º. Neste Collegio serão ensinadas as línguas latina, grega franceza e inglesa; rhetorica e os princípios elementares de geografia, historia, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, physica, arithmetica, álgebra, geometria e astronomia (BRASIL, 1861).

Por ter sido criado com a finalidade de intensificar o controle do Governo Central em relação às Aulas do Ensino Secundário, e também por não ser mantido pelos escassos recursos das verbas provinciais, o referido colégio obteve sucesso no seu processo de criação e se tornou a mais importante instituição de Ensino Secundário do Império. Sendo ela, de acordo com os seus Estatutos de criação, a única autorizada a conceder Diploma de Bacharel em Letras aos alunos que fossem aprovados em todas as matérias (art. 234). Sendo o portador deste título desobrigado de fazer Exames de Preparatórios para entrar nos Cursos Superiores

do Império, bastando a apresentação do diploma para ter seu ingresso garantido. Tal determinação, no entanto, ficava dependente da aprovação do Poder Legislativo.

Como podemos observar no decreto de criação da referida instituição, havia a determinação do ensino da Língua Francesa que, de acordo com os estudos de Oliveira (2006) era iniciado no 3º ano com uma lição semanal, passando para duas, nos 4º e 5º anos. Dessa maneira, ao comparar o ensino de Francês no Seminário de São Joaquim e no Colégio de Pedro II, percebemos que na primeira instituição o ensino da referida Língua era facultativo e condicionado ao valor que os mestres pudessem cobrar, já na segunda, a matéria de ensino de Língua Francesa passa a fazer parte do currículo obrigatório da instituição, tendo seu próprio regulamento de ensino. Tal fato aponta para o início da consolidação do Francês como Disciplina escolar, que a partir daí, passa a ser constante nos currículos da Escola Secundária Brasileira e segue assim, até a reforma de 1971, quando as Línguas Estrangeiras deixaram de fazer parte do conteúdo obrigatório e a hegemonia da Língua Inglesa, na escola, já era incontestável.

3. AS PRIMEIRAS CADEIRAS DE FRANCÊS NAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1831-1837)

De acordo com os estudos de Oliveira (2006), em 1831, durante o exercício dos gabinetes formados pelas Regências, foi iniciado o processo de criação das Cadeiras de Língua Francesa em diversas Províncias do Império brasileiro. Tal processo teve início quando Manoel José de Souza França, Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça, encarregado interinamente do Império, assinou o Decreto de 07 de junho de 1831, criando três Cadeiras na capital da Província da Paraíba: uma de Retórica, Geografia e Elementos de História; uma de Filosofia Racional e Moral e outra de Língua Francesa:

A Regencia Provisoria, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II. Tem sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléia Geral: Art. 1º Haverão na cidade da Parayba uma cadeira de rhetorica, geografia, e elementos de historia , outra de filosofia racional e moral, e outra de francês (BRASIL, 1878).

É importante destacar que no dia 25 do mesmo mês e ano, outro Decreto, que posteriormente seria ampliado a todas as Províncias, foi assinado pelo referido Ministro, criando na cidade de Fortaleza, capital da Província do Ceará, as Cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Língua Francesa com o ordenado de seiscentos mil réis cada uma:

Art.1º Ficam creadas na Cidade de Fortaleza, Capital da Provincia do Ceará, as Cadeiras de filosofia racional e moral, rhetorica, geometria, e francez, com o ordenado de seiscentos mil réis cada uma. (BRASIL, 1878)

Porém, foi somente com o decreto de 11 de novembro de 1831, assinado por José Lino Coutinho, que a determinação de criação das Cadeiras de Língua Francesa passou a ser extensiva a todas as Províncias:

Art.1ºFica Extensiva a todas as Provincias do Imperio, a disposição do Decreto de 25 de junho de mil oitocentos e trinta e um, creando diversas cadeiras na Provincia do Ceará (BRASIL, 1878).

Assim, foram criadas as primeiras Cadeiras de Língua Francesa do Império em várias Províncias, dentre elas as de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, alvos desta pesquisa. Vale ressaltar que para a análise das Províncias anteriormente citadas, levou-se em consideração os

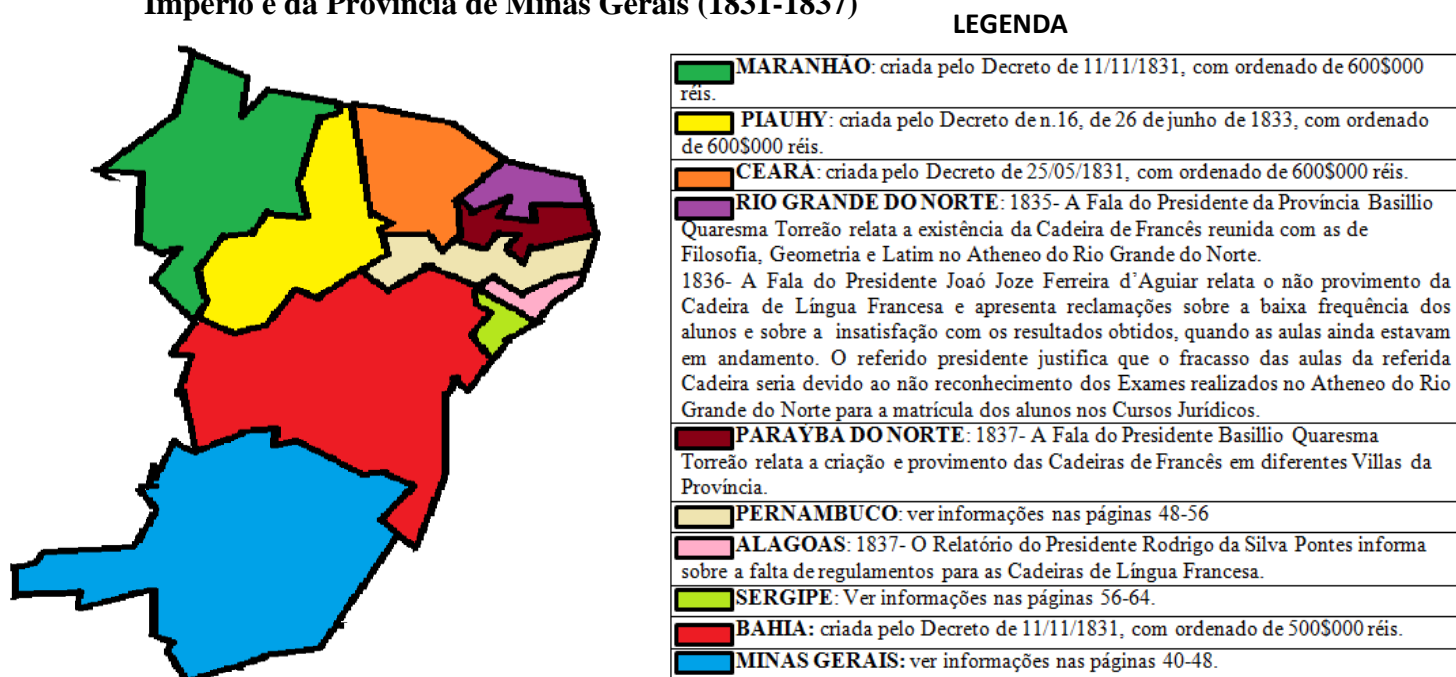
pressupostos teóricos de Chervel (1990), que considera a quantidade significativa de literatura educacional que cada época pode produzir em relação à sua escola: relatórios de inspeção, projetos de reforma, manuais didáticos, debates parlamentares, e a importância de utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica.

Cada época produziu sobre sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos, uma literatura frequentemente abundante: relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, prefácios de manuais, polêmicas diversas, relatórios de presidentes de bancas, debates parlamentares, etc. É essa literatura que, ao menos tanto quanto os programas oficiais, esclarecia os mestres sobre sua função e que dá hoje a chave para o problema.

O estudo das finalidades não pode, pois, de forma alguma, abstrair os ensinamentos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica (CHERVEL, 1990,p.190-191).

Nessa perspectiva, com o objetivo de nos aproximarmos da realidade vivenciada na Instrução Pública do Império, no que tange às Cadeiras de Língua Francesa, foram analisadas não somente as leis Imperiais, mas também os Relatórios Ministeriais, Regulamentos de Instrução Pública, Relatórios de Inspeção, Falas dos Presidentes das Províncias e jornais referentes ao período estudado.

FIGURA 1- Mapa da Situação Geral das Cadeiras de Língua Francesa do Norte do Império e da Província de Minas Gerais (1831-1837)



Fontes: Coleção das Leis do Império do Brasil (1831-1837) e Relatórios Presidenciais (1831-1837). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio> e <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acessado em: 20/10/2017. (Mapa produzido pela autora da dissertação).

3.1. PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Na Província de Minas Gerais, mesmo antes da lei de 11 de novembro de 1831, que decretava a criação de Cadeiras de Francês em todas as Províncias do Império, já havia anúncios oferecendo o ensino dessa língua, como nos mostra o jornal *O Universal* de 15 de outubro de 1830, em que o professor Antonio Jose Ribeiro Bhering, professor de Retórica da cidade de Mariana, informava que havia concluído o curso de Francês e Filosofia no corrente ano e que a partir de 3 de fevereiro do ano seguinte, em suas horas vagas, ensinaria Francês e Filosofia gratuitamente aos jovens mineiros:

Antonio José Ribeiro Bhering, tendo concluído no dia 2 do corrente o curso de Filosofia, e Francez á que se comprometteo por convite da Sociedade Filantropica do Ouro Preto, anuncia aos seus comprovincianos, que apesar de estar provido na Cadeira de Rhetorica desta cidade não deixará de concorrer com todas as suas forças para cumprimento de tão sagrados votos , aos quaes se tem ligado; por tanto assegura que no dia 3 de fevereiro do seguinte anno começará outro curso de Filosofia, e Francez nas horas vagas, ao qual poderão recorrer todos os jovens , que se quizerem aproveitar, na certeza de que nada dispendirão com o ensino; pois o Annunciante so aspira o aproveitamento da mocidade Mineira que por mil motivos lhe é tão cara. O Annunciante aproveita esta mesma ocasião para pagar o tributo de gratidao a todos os srs.da Sociedade Filantropica, que tão benigna e generosamente acolherão quando perseguido pelos inimigos da luz, e da liberdade. Marianna 11 de outubro de 1830 (*O Universal*, p. 8, 15 de out. 1830).

Apesar de já haver anúncios sobre o ensino de Língua Francesa, desde 1830, em Minas Gerais, é importante ressaltar que a criação da primeira Aula Pública na Província ocorreu através de um processo lento e gradativo que teve início quatro meses após o Decreto de 11 de novembro de 1831, com a abertura do concurso para o provimento da cadeira de Francês na Província, e somente foi concluído em 1834, com o anúncio do seu provimento:

O Conselho do Governo, em virtude da Resolução da Assembleia Geral, que manda crear diversas cadeiras nas Capitaes da Provincia mandou já pôr em concurso a Cadeira de Francez (*O Universal*, p. 3, 21 de mar.1832).

O fato de haver a abertura do concurso para o provimento da referida cadeira não garantiu que ela fosse rapidamente colocada em funcionamento, pois até setembro do mesmo ano, ela ainda não havia sido provida, como nos mostra o Relatório do fiscal Joze Pedro de Carvalho:

Existem providas nesta cidade as seguintes Cadeiras publicas: de Filosofia, de Anathomia, de Gramatica Latina, duas de Ensino Mutuo, e uma de Meninas, e restando a prover-se as de Geometria e Francez. (*O Universal*, p. 2, 12 de set.1832).

Um dos prováveis motivos para a demora do provimento das Cadeiras seria a falta de candidatos para ocupar a função devido aos baixos salários oferecidos, como nos mostra a fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1838, pelo Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro:

Em virtude da Lei Provincial n. 60 tem-se creado Aulas publicas de Lingoa Franceza, Filosofia, Rhetorica, Geografia, e História nas Villas do Príncipe, S. João d'El Rei, Campanha, Ayuruoca, e Formigas, para serem reunidas em Collegios com as de Latim, que já existem; mas com pezar se observa que postas á concurso, não tem apparecido muitos oppositores, quer Nacionaes, quer Estrangeiros, o que talvez se não deva attribuir á outra causa, se não á modicidade dos ordenados (MINAS GERAIS, 1838, p.28).

Sendo assim, a cadeira de Língua Francesa posta a concurso em 1832 só foi provida no ano de 1834, como nos mostra o anúncio do professor público Francisco Cirillo Ribeiro e Souza, que publicou no jornal *O Universal* de 2 de maio do mesmo ano, a data de início e o local para a matrícula dos alunos:

Francisco Cirillo Ribeiro e Souza, Professor Publico de Francez da Leal cidade de Marianna participa ao respeitavel Publico que no dia 5 do corrente mez terá lugar a abertura de sua Aula os srs que quizerem frequenta-la, dirijão-se a casa de sua residencia para se matricularem. Marianna 2 de Maio de 1834 (*O Universal* ,p. 4 , 02 de mai.1834).

Uma vez conhecido o processo de criação da cadeira de Língua francesa da Província de Minas Gerais, faz-se necessário uma análise sobre o espaço de ensino utilizado nas aulas.

Ao analisar o anúncio da primeira Aula Pública de Francês na Província de Minas Gerais, citado anteriormente, e o discurso do Presidente Antônio Costa Pinto na Assembleia Legislativa Provincial, publicado no jornal *O Universal* de 06 de fevereiro de 1837, podemos observar que a casa do professor era também o espaço que funcionava como escola para os estudantes, essa situação não colaborava para o bom desempenho das aulas, pois nem sempre os professores moravam em residências amplas o suficiente para acolher confortavelmente os alunos matriculados, o que provocava a dispersão dos estudantes e dificultava a atenção dos professores:

Nas Cidades, e Villas, onde só existem Escolas do 2º gráo, e mesmo em alguns Arraiaes populosos, nem sempre os Professores podem habitar Edifícios, que tenham sufficiente amplitude para receberem, e acomodarem todos os alumnos; é pois forçoso que muitos deles estejam fora das vistas dos Professores, o que por certo ocasionará algum detrimento á sua applicação, e moralidade; pelo que, Senhores, o Governo espera, que o habiliteis com os meios necessários para fazer arrendar, e mesmo construir, no lugares, em que isso for mais vantajoso, salas espaçosas, onde se estabeleção comodamente as sobreditas Escolas (*O Universal*, p. 5-6, 06 de Fev.1837).

Vale ressaltar que, apesar de as casas dos professores serem os locais predominantes para as Aulas Avulsas de Francês, também ocorria em Minas Gerais, em 1832, embora em instalações precárias e com recursos escassos, o ensino dessa Língua no Colégio de Mattosinhos, instituição regida pelo Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro e mantida por pensões de alunos e doações da Caza dos Mattosinhos:

Este Collegio é regido pelo Rd. P.M. Leandro Rabello Peixoto e Castro que reúne a uma solida virtude as necessárias luzes, e incançavel zello no aproveitamento da mocidade, que ali se educa: é mantido apenas pelos escassos reditos da antiga Caza de Mattosinhos, e ajudado por modicas pensões dos alumnos, que o frequentão; mas uma administração economica tem sido capaz de o aumentar consideravelmente no meio das dificuldades com que pereisa lutar quem ao mesmo passo que cura da educação moral, e scientifica dos estudantes, deve distrahir a sua atenção para a faectura do Edificio necessario a accomodação de todos os alumnos que para ele concorrem, e que não podem estar comodamente alojados em cubiculos, que forão edificados para um fim diferente, e sem o aceio indispensavel. A esta causa talvez se devam algumas faltas, que ainda se encontrão, e que so para o futuro poderão ser reparadas. Alli se contão as seguintes aulas: 1 de primeiras letras: 3 de gramatica Latina :1 de dita francêza: 1 de Arithmetica, Algebra, e Geometria:1 de Fiosofia Racional e Moral: 2 de música, o número total de alumnos é de 248 (*O Universal*, p. 2, 12 de set.1832).

Além das informações citadas anteriormente, os jornais de Minas Gerais nos concederam dados relevantes sobre o ensino de Francês, principalmente os que compreendem o período entre 1830 e 1837, que nos permitiram conhecer sobre o ensino dessa língua no projeto de criação do Curso de Estudos Mineralógicos e na proposta de criação de escolas na Província. Tais jornais também nos trouxeram informações importantes sobre ordenado e formas de contratação de professores, e também sobre o projeto de criação de Aulas de Francês nas Comarcas.

Dessa maneira, identificamos na proposta de criação do Curso de Estudos Mineralógicos uma preocupação do Conselho Geral da referida Província em criar Cadeiras de Preparatórios, inclusive uma de Língua Francesa para o ingresso no referido curso, que deveria ser criado com o objetivo de eliminar o estado estacionário em que se encontrava a

mineração na Província, ocasionado pela falta de conhecimentos científicos, principalmente na área de mineralogia, química e mecânica.

De acordo com o artigo 5 da proposta, nenhum aluno poderia ser matriculado no referido curso sem que fosse aprovado nos Exames Preparatórios de Língua Francesa, Desenho, Geometria e Trigonometria Retilínea e em Aritmética e Álgebra Elementar:

O Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes , considerando que a Arte das Minas consiste em muitos conhecimentos científicos , e especialmente em Mineralogia, Química, e Mechanica, e convencido de que o estado estacionário da Mineração nesta Provincia provem da falta de conhecimento destas sciencias, das quaes no pervir poderá ella titar uma fonte perene de riqueza, por isso que as suas montanhas encerrão incalculaveis productos do Reino Mineral, os quaes se achão até hoje desprezados ; resolveo a seguinte proposta

Art 1 Haverá na Provincia de Minas Geraes um Curso de Estudos Mineralogicos, compreendendo as seguintes Cadeiras: 1ª de Mechanica, e statistica; 2ª de Mineralogia, Geologia, e as noções mais geraes de phisica ; 3ª Quimica Elementar, e Docimasia; a 4ª de Exploração , Extracção das Minas, e trabalhos Montanisticos. Alem dessas haverão as de Estudos preparatórios.

Ast 5 Nenhum alumno se matriculará no Curso de Estudos Mineralogicos ,sem que preceda exame, e seja approved nos seguintes Estudos preparatórios: 1. na Lingôa Franceza: 2. Em Desenho: 3.Em Geometria, e em Trigonometria rectilinea: 4. Em Arithmetica, e Algebra Elementar (*O Universal*, p.01, 11 de abr. 1832).

Apesar de não haver na proposta uma justificativa para a exigência da Língua Francesa para a entrada no Curso de Estudos Mineralógico, pode-se inferir que um dos motivos seria o volume de obras e compêndios escritos em Francês utilizados nas aulas, uma vez que, nesse período, esse idioma era considerado universal e muitos manuais, livros e compêndios eram escritos em Francês, como observamos anteriormente na análise do ensino de Língua Francesa das Aulas de Comércio.

É interessante ressaltar que mesmo havendo o reconhecimento da importância de um Curso de Estudos Mineralógicos para a Província, o projeto para a sua criação, até o ano de 1837, não obteve sucesso, pois na sessão de 7 de fevereiro da Assembleia Legislativa Provincial, sob a presidência do Sr. Mello e Souza, foi suspensa a execução do decreto de 03 de outubro de 1832 que estabelecia o referido curso na província:

Seguiu-se o artigo-10-Fica revogado o Decreto de 6 de julho de 1832 , que creou um Collegio para a educação da mocidade Indiana; e suspensa a execução do de 3 de outubro de 1832 que estabelece um curso de estudos mineralógicos (*O Universal*, p.02,10 de fev.1837).

A Proposta de criação de 6 escolas na Província de Minas Gerais, apresentada pelo Conselho Geral da referida Província e publicada no Jornal O Universal de 1 de fevereiro de 1833, demonstrava o interesse de reunir as Aulas de estudos maiores em escolas instituídas em locais que possibilitassem um acesso mais fácil aos estudantes. Percebe-se também na referida proposta uma pretensão de ter um maior controle sobre o ensino, uma vez que nela se afirma que a educação da mocidade deveria ter como fonte sólidos princípios, religiosos, morais e políticos que deveriam contribuir para a formação do caráter nacional, sendo impossível enquanto as cadeiras dos estudos maiores estivessem isoladas em diversos pontos da Província.

O Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes considerando attentamente quanto importa ao bem da Sociedade, que a educação Publica se applicuem os meios mais próprios, para que a Mocidade se instrua com maior vantagem, bebendo em fonte pura solidos principios, que devem formar o carater Nacional; e convencido pela experiência, de que taes vantagens se não colhem de Estabelecimentos de Cadeiras de Estudos Maiores isoladas em diversos pontos da Provincia tão vasta; (*O Universal*, p.02, 1 de fev.1833).

Na proposta também houve uma preocupação com as matérias que seriam ensinadas, entre elas a de Língua Francesa, que deveria ser provida seguindo os moldes das outras Cadeiras dos Estudos Maiores:

Art 1. Ficam creadas na Provincia de Minas Geraes seis Collegios de Estudos Maiores: 1 . na Comarca do Ouro Preto: 2. , 3. na do Rio das Mortes; 4. na do Rio das Velhas; 5. na do Serro ; 6. na de Paracatú. Art. 3 Nesses Collegios ensinar-se hão as seguintes matérias – Gramatica Latina, franceza, e inglesa; Geografia , e Historia, Geometria , Rhetorica, e Filosofia. Art.4 Para o ensino dessas materias haverão os seguintes lentes-1. de Gramatica Latina; 2.da Franceza, e inglesa; 3. de Geografia, e Historia; 4. de Geometria; 5. de Rhetorica; 6. de Filosofia Art. 6 As Cadeiras de Francez, e Inglez, Geometria, e Historia novamente creadas serão providas pela mesma maneira que o são as de mais de Estudos Maiores (*O Universal*, p.02, 1 de fev.1833)

Em relação ao ordenado dos professores de Francês, o orçamento de receita e despesa da província de Minas Gerais para o ano financeiro de 1835 e 1836, publicado no jornal O Universal de 5 de Fevereiro de 1834, informa que tal ordenado, seria de 600\$000 réis e que o Seminário de Marianna receberia verbas para reunir as Cadeiras de Teologia Moral e Dogmática, História Eclesiástica, Filosofia, Retórica, Geometria e Francês nas suas instalações:

Art.2 ° O Presidente da Província em Conselho fica authorisado a despende no dito Anno Financeiro: §.3 Com a Instrução Pública incluindo Escollas de Primeiras Letras, Latinidade, Filosofia , Rhetorica, Geometria, Francez, Anatomia; e Desenho; ficando elevado a 500U000 reis os professores de Latinidade e fixados em 600U000 reis os de Filosofia , Rhetorica, Geometria , e Francez .46: 000U000. §12 Com os Parochos e seos Coadjuutores (inclusive o Cura da Catedral), e Guizamentos ás Matrizes; elevando-se a 600U000 reis a ordinaria para o Seminario de Marianna, com a obrigação de haver nele as Cadeiras de theologia Moral e Dogmática, e História Ecclesiástica; e ficando igualmente o presidente da Provincia authorisado a reunir desde já as Cadeiras de Filosofia, Rhetorica, Geometria, , e Francez no dito Seminario , onde os professores respectivos serão obrigados a ir ensinar (*O Universal*, p 01, 5 de fev.1834).

Já no que se refere às formas de contratação de professores, percebemos que em Minas Gerais, além de professores públicos concursados, como Francisco Cirillo Ribeiro e Souza e particulares, como o professor Alexandre Amedèe de Lavaisaiere, que anuncia aulas ministradas em sua residência, no Jornal O Universal de 27 de maio de 1835:

Alexandre Amedèe de Lavaisaiere Lente da Cadeira de Geometria desta Cidade, tendo do Governo a authorisação de abrir uma Aula particular de Francez, e Geografia Historica, participa a quem quiser seguir este Curso, que ele pertende o abrir no dia 1° de Junho, as 5 horas da tarde, em sua casa Rua direita numero 35 (*O Universal*, p. 4 , 27 de mai. 1835).

Havia também a possibilidade de se contratar professores estrangeiros, como nos mostra o registro da fala do Presidente Manoel Dias de Toledo na Fala de abertura da Assembleia Legislativa em 1° de fevereiro de 1836, registrada no jornal O Universal de 03 de fevereiro do mesmo ano, evidenciando o contrato do professor e o provimento da Cadeira de Francês frequentada por 5 alunos:

Vagando a de Lingoa Franceza resolveo o Governo conferi-la a um Estrangeiro por Contracto que se poderá rescindir no momento, em que o mesmo Governo julgar necessário: ella conta com presentemente 5 alumnos (*O Universal*, p.01, 3 de fev. 1836).

Outra informação importante em relação ao processo de criação das Cadeiras de Francês em Minas Gerais, identificada nos jornais da época, é o projeto de criação de Aulas de Francês nas Comarcas da Província. Tal projeto foi discutido na sessão da Assembleia Legislativa Provincial de 7 de fevereiro de 1837 , presidida pelo Sr. Mello e Souza e registrada no Jornal O Universal do dia 10 do mesmo mês e ano. Na referida sessão houve discussões sobre o projeto nº 87 de 1835 relacionadas à criação de Aulas de Estudos

Intermédios em Minas Gerais, que pretendia expandir as Aulas de Francês e de outras matérias para todas as Comarcas da Província:

Entrou em discussão o projeto n.º 87 de 1835 sobre a criação de aulas de Estudos intermédios. Art.1º Em cada uma Comarca da Provincia se estabelecerão Aulas de gramatica Latina, Francez, e Filosofia. A este artigo foi oferecida por Carvalho a seguinte Emenda: O Governo é authorisado a estabelecer Aulas de Gramatica Latina E Franceza, e de Fiolosofia naquelas Comarcas onde não houver Collegios Publicos, ou particulares, nos quais se ensinem essas matérias; e nas Comarcas que forem menos populosas formará circulos litterarios compostos de duas, em cada um dos quaes estabelecerá as mesmasAulas. Salva a redacção. Esta emenda foi sustentada por seu Author com as rasões que embora muito conviesse generalizar a instrução intermedia pelos diversos pontos da Provincia, importava todavia consultar o estado das finanças da Provincia ; que era conhecido o apuro que nos achavamos para fazer face, ás despesas urgentes e indispensaveis , e que convinha conciliar-se a vulgarização dessa instrução com os meios á disposição da Assembleia (*O Universal*, p 01, 10 de fev.1837).

Como podemos perceber, tal projeto, em seu artigo 1º, pretendia que em cada Comarca da Província se estabelecesse Aulas de Gramática Latina, Francês e Filosofia, porém a este artigo foi acrescentada uma emenda que autorizava o Governo a estabelecer as referidas Aulas somente nas comarcas onde não houvesse colégios públicos ou particulares que ensinassem tais matérias, devido ao mal estado financeiro da Província. Ao fim da discussão, considerando a importância de equilibrar as despesas provinciais, a emenda foi aprovada, decidindo que o professor de Gramática Latina, além de Poética Latina explicaria a de Gramática Nacional, o de Francês seria ao mesmo tempo professor de Geografia e História e o de Filosofia deveria ensinar também as noções gerais de Retórica. Foram igualmente aprovados nessa sessão os artigos 2º, 6º e 7º, determinando que o Governo deveria indicar o local das Aulas, levando em consideração a população da Vila da Comarca e a participação dos alunos nessas aulas, as quais deveriam ser frequentadas pelo maior número possível de estudantes das populações circunvizinhas, tendo em vista que as que tivessem número inferior a 10 alunos deveriam ser suprimidas, ficou também aprovado que o ordenado dos professores deveria ser de 400\$000 réis, mais gratificação paga pelos estudantes.

Finda a discussão foi aprovada a emenda; e os seguintes §§ do Art, 1º

§ 1º O Professor de Gramatica Latina, além de Poetica Latina explicará a de Lingua Nacional. §2º O de Francez será ao mesmo tempo Professor de Geografia , e Historia. § 3º O de Filosofia ensinará as noções geraes de Rhetorica.

Forão aprovados depois de breve discussão sobre alguns deles os seguintes:
 Art. 2º Estas Aulas serão collocadas em uma Villa da Comarca, que o Governo designará tendo atenção não só á população da Villa, como a que as Aulas sejam frequentadas pelo maior numero de alumnos das ponações circunvizinhas. Art.6º A Aula que não for habitualmente frequentada por 10 alunos ao menos será supprimida. Art.7º Os Professores terão de ordenado 400\$ rs e receberão dos alumnos a gratificação de 1 a 2 \$ rs mensais, marcada pelo Presidente da Provincia . A 3ª parte dos alunos poderá ser Dispensada do pagamento da gratificação a requerimento dos Paes que forem pouco abastados (*O Universal*, p 01, 10 de fev.1837).

Ao analisar as discussões da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na sessão de 07 de fevereiro de 1837, percebe-se que houve uma preocupação dos parlamentares em expandir as Aulas de Francês para todas as Comarcas da Província, porém o que podemos perceber ao analisar a Legislação a esse respeito é que a prioridade do momento era o orçamento provincial, o que comprometia a qualidade do ensino a ser expandido, uma vez que para reduzir o gasto com o ordenado de professores, um mesmo professor deveria ser responsável por ensinar mais de uma matéria. Vale dizer que o referido projeto deu origem a lei N.60 publicada em 12 de abril de 1837, decretando, além de outras coisas, que o professor de Língua Francesa também deveria dar noções de História e Geografia aos alunos:

Art. 2º Para reger estas Aulas o Governo nomeará tres professores com os seguintes encargos. O 1º professor ensinará Logica, Metafisica e Etica , e as noções de Rhetorica. o 2º professor ensinará a Lingoa Franceza, e explicará também as noções de Geografia e Historia. O 3º professor ensinará a Lingoa Latina, e a Poetica, tanto desta quanto da Lingoa Nacional (*O Universal*, p.2, 24 de abr.1837).

Com base nos dados analisados, podemos verificar que o processo de criação das primeiras Cadeiras de Francês na Província de Minas Gerais aconteceu de forma lenta e gradativa, levando em consideração que desde 1830 o ensino desse idioma aparecia em anúncios de jornais e que o provimento da primeira Cadeira Pública somente ocorreu em maio de 1834. Verificamos também que havia Aulas Públicas e particulares de Língua Francesa e que as duas modalidades enfrentavam problemas de espaço físico, pois a maioria delas era ministrada nas residências dos professores e nem sempre possuía instalações adequadas, tais aulas tinham um caráter instrumental e privilegiavam as habilidades de leitura e escrita. Vale ressaltar que a Legislação do período privilegiava a contenção de gastos, diminuindo os investimentos na Instrução Pública, o que ocasionou mais desafios para o ensino da Língua Francesa, uma vez que os professores das Cadeiras Públicas da referida Língua passaram a assumir a tríplice função de ensinar, além do Francês, História e Geografia. Levando em

consideração a proposta de criação do Curso de Estudos Mineralógicos, e os pressupostos teóricos de Chervel (1990), o qual afirma que:

Para que uma disciplina “funcione”, é necessário, com efeito, satisfazer as exigências internas que constituem aparentemente o seu “núcleo”. Por não levar isso em conta, o ensino fracassa, ou não atende senão a uma parte de seus objetivos (CHERVEL, 1990, p.201).

Podemos concluir que as Cadeiras de Língua Francesa em Minas Gerais se desenvolveram buscando atender às necessidades do público escolar e da sociedade mineira, que necessitava do Francês como uma ferramenta que funcionasse para as leituras e traduções de textos exigidos nos Exames Preparatórios requeridos na proposta de criação do Curso de Estudos Mineralógicos e nas instituições de Ensino Superior do Império.

3.2. PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO

Ao analisar os jornais da Província de Pernambuco, percebe-se que em 1826 já havia uma cadeira de Língua Francesa no Liceu de Recife, ocupada pelo professor Carlos Van Nes e frequentada por um bom número de alunos, como nos mostra o relato do vice-diretor do referido liceu:

Em observancia do Despacho retro do Exm. Snr. Presidente attesto, que o Suplicante Carlos Van Nes, o primeiro Professor das Lingoas franceza, e inglesa deste Liceu, principiou a lecionar nas duas aulas em 04 de abril de 1826, dando lições de manhã de Francez, e a tarde do Inglez, e se conservou neste exercicio até o fim do anno de 1828, porque no começo de 29 o Snr. Thomax Xavier Garcia de Ameida, então Prezidente da Provincia mandou suprimir essas cadeiras, por não serem fundadas em Lei ou ordem superior, desonerando ao Suplicante do exercicio dellas, quando tão necessarias se tornavão a educação literária da Mocidade. Do Livro das matriculas consta, que a Aula Francez foi frequentada em o 1º anno por 29 alunos, no segundo por 43, e no 3º por 42: o suplicante desempenhava com zelo, e assiduidade as obrigações do seu Ministério, apresentando no fim de cada anno lectivo aos exames publico do Liceo, consideravel numero de Discipulos aproveitados. A sua conduta moral era irreprehensivel, e se portava com dignidade. He quanto em testemunho da verdade posso atestar. Laurentino Antonio Moreira de Carvalho. Vice Director do Liceu (*Gazeta universal*, p.04, 18 de jun.1836).

Porém, entre os anos de 1829 e 1833 a referida Cadeira enfrentou diversos problemas para manter a sua permanência, principalmente por decisões políticas e burocráticas que culminaram na sua extinção em 1829, como fica evidenciado na Ata da Sessão Extraordinária do Conselho do Governo de 14 de fevereiro de 1829, publicada no jornal *Diário de Pernambuco* de 6 de maio do mesmo ano, que informa que a Cadeira de Língua Francesa do Liceu de Recife, ocupada pelo professor Carlos Van Nes, foi criada sem a autorização do Imperador, fato que conduziu o Conselho a declarar a referida cadeira como inexistente e solicitar ao Imperador que transferisse a de Olinda, onde já havia um professor de Francês, para a cidade de Recife:

O mesmo Snr. Presidente apresentou um requerimento de Carlos Van Nes, pedindo nova provisão para continuar no exercício da Cadeira de Lingoas Franceza, e Ingleza, de que é professor no Lycêo desta Cidade, dizendo o mesmo Snr. Presidente, que duvidava mandar passar a referida Provisão, em razão de que dita Cadeira fora criada sem ordem, nem Approvação de S.M
O IMPERADOR: resolveo o Conselho, que se julgasse, como não existente essa Cadeira; e que pedisse ao Mesmo Augusto Senhor a passagem da do Semunário de Olinda para o Lyceo desta, visto que já naquela mesma Cidade existia hum professor deste Idioma despachado para as escolas preparatórias do Curso Jurídico. E deo se por finda a sessão (*Diário de Pernambuco*, p.01, 06 de mai.1829).

Ao que tudo indica, o referido professor da cidade de Olinda seria Lourenço Trigo de Loureiro, que lecionava Língua Francesa nos Preparatórios para os cursos Jurídicos, como nos mostra outro anúncio do mesmo jornal, publicado em 09 de fevereiro de 1830:

Lourenço Trigo de Loureiro, professor da Lingoa Franceza como Preparatório do Curso Juridico de Olinda, anuncia ao respeitavel publico que a Aula da mencionada Lingua se abrira'no mesmo dia em que as do Seminario (*Diário de Pernambuco*, p.04, 09 de fev.1830) .

Como podemos perceber, através da referida Ata, a decisão do Conselho em tornar inexistente a cadeira de Francês e Inglês do Liceu de Recife levou o professor que a ocupava a fazer um requerimento pedindo nova provisão para continuar exercendo sua função, porém esse requerimento do Professor Carlos Van Nes, apesar de ter sido apresentado na sessão extraordinária do Conselho do Governo de 14 de fevereiro de 1829, somente em 1835 a Comissão de Instrução Pública divulgou um parecer sobre o assunto, sendo a favor da continuidade dele no seu cargo, como podemos verificar na publicação do jornal *Gazeta Universal*, de 18 de junho de 1836:

A Comissão de Instrução publica, examinando o Requerimento, razões, e documentos de Carlos Van Nes; Cidadão brasileiro he de parecer, que já havendo ocupado o suplicante a Cadeira de Inglez no Liceo desta Cidade, Cadeira que foi abolida pelo ex presidente Tomaz Chavier, fondado em não ter sido creada por Lei, e não por defeito, ou culpa do suplicante, que sendo este constantemente Preceptor da Mocidade, ensinando os inúmeros as lingoas Ingleza e Franceza, a sua falta de vista, que he muito antiga, o não deve desabilitar para ser admitido a concurso. Paço da Assembleia Provincia 30 de Abril de 1835(*Gazeta universal*, P.03-04, 18 de jun. 1836).

Sendo assim, de acordo com a ata da 18ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de 30 de abril de 1835, a resolução do parecer da Comissão Pública foi que o referido professor fosse admitido na cadeira de Língua Inglesa:

A comissão de instrução publica apresentou o seu parecer sobre a pretensão de Carlos Van Nês, o qual parecer foi que o requerente fosse admitido a concurso da cadeira da lingua inglesa, porem ficou adiado (*Diario de Pernambuco*, P.03-04, 11 de mai. 1835).

Apesar de adiada, tal decisão foi efetivada e Carlos Van Nes passou a ocupar a Cadeira apenas de Língua Inglesa do Liceu de Recife, como nos mostra um anúncio do próprio professor no jornal Diário de Pernambuco de 04 de março de 1836:

Carlos Van Nes professor da lingua inglesa no Liceo d'esta cidade tem a honra de notificar ao respeitável pode admitir no seu estudo particular, numero de quatro discípulos que queiram aprender Francez-Inglez- e Hespanhol, como também qualquer Sr. que queira aprender qualquer das lingoas pela manhã na sua residencia própria onde morar. Ensina também portuguez aos Snrs. que quiserem aprender. (*Diario de Pernambuco*, p.04, 04 de mar.1836).

Nota-se que havia uma lentidão para a resolução das questões administrativas no âmbito educacional, o que provocava um sentimento de insatisfação tanto nos professores quanto nos estudantes, que acabavam sendo prejudicados, por ficarem sem aulas por um grande período. Isso fica evidenciado na exclusão da Cadeira de Língua Francesa e Inglesa do Liceu de Recife, decisão tomada pelo presidente da Província Thomas Xavier Garcia de Almeida, que afetou diretamente o professor Carlos Van Nes, que ficou impedido de exercer suas funções, conforme nos mostra a Ata da Sessão Extraordinária do Conselho do Governo de 14 de fevereiro de 1829, citada anteriormente.

Os jornais da época nos mostram também que a decisão de retirar a Cadeira de Francês do Liceu de Recife provocou insatisfação não apenas no professor ocupante da

Cadeira, mas também nos estudantes, fato que se evidencia no jornal *Diário de Pernambuco* de 17 de junho de 1830, no qual um aluno da instituição critica o Presidente da Província pela retirada desta aula e informa que a mesma era frequentada por um grande número de alunos, sendo indispensável para o ingresso nas ciências jurídicas. O mesmo estudante destaca também a necessidade da continuação dessas aulas em Recife, para que os alunos não precisassem ir à Olinda somente para estudar a referida matéria, uma vez que na cidade já havia as outras aulas dos Preparatórios:

O Licêo desta cidade tinha entre outras aulas necessárias a de Francez, que eh indispensável preparatório dos que tem de se dedicar ao estudo das Sciencias Jurídicas , por assim estar ordenado nos seus Estatutos : ella era frequentada por hum grande numero de Alumnos, entre os quaes se vião pessoas de todas as classes, e dous anos que se existio aberta, foi de decidido interesse aos nossos Concidadãos. Mas em fim tomou posse da Prezidencia o Sr. T.X. e tanto bastou para, entre outros males com que nos mimoziou esse homem,vermos feixada aquele ualla!! (*Diario de Pernambuco*, p.01, 17 de jun. 1830).

Por que o Recife eh a Capital da Provincia, e por isso, assim como tem as autras aulas preparatórias, deve ter a de Francez por que não eh possível que os estudantes domiciliarios no Recife vão para a Cidade de Olinda somente estudar o Francez (*Diario de Pernambuco*, p.01, 17 de jun. 1830).

Com base no relato desse estudante, podemos perceber que a sociedade da época reconhecia a importância do ensino de Língua Francesa, não só pela influência cultural que essa Língua exercia no Brasil nesse período, mas também como uma ferramenta importante para o ingresso e desenvolvimento dos estudantes no Ensino Superior.

Apesar de a retirada da Cadeira de Francês do Liceu de Recife ter provocado insatisfação nos estudantes, levando à reivindicações e críticas ao governo provincial, somente em 1832, em conformidade com o decreto de 11 de novembro de 1831, o Conselho do Governo resolveu criar uma Cadeira de Língua Francesa no Liceu da referida cidade, a qual foi provida e ocupada pelo professor Felipe Lopes Netto Junior. O Governo autorizou também o ordenado de 600\$000 réis para os professores, como nos mostra o edital para o provimento dessa e de outras Cadeiras, publicado no *Jornal Diário de Pernambuco* de 2 de julho de 1832.

Sua Exc. o Senhor Presidente manda fazer publico, que o Conselho do Governo resolveo , que na conformidade do Decreto de 11 de

Novembro de 1831 fossem elevados á 600\$000 réis os ordenados das Cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Rhethorica, Geometria, e Gramatica Latina do Liceo desta Cidade, creando-se no mesmo uma Cadeira da Lingoa Franceza com igual ordenado; entrando todas em concurso para serem providas na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827. Convida a todos os Cidadãos Brasileiros que quizerem entrar no referido Concurso, a se apresentarem com as habilitações de estilo, dentro de 30 dias contados da data deste. Secretaria do Governo de Pernambuco 27 de Junho de 1832. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (*Diário de Pernambuco*, P.01, 02 de jul.1832).

De acordo com a Análise da ata da primeira Sessão Ordinária do Conselho do Governo em 1º de março de 1833, publicada no Jornal Diário de Pernambuco de 06 de março do mesmo ano, e na Legislação do período, verifica-se que além do concurso aberto em 1832, citado anteriormente, houve outro em 1833, por causa do decreto de 07 de agosto do mesmo ano, que determinava sobre a conversão do Seminário de Olinda em Colégio Preparatório das Artes para os Cursos Jurídicos e sobre a criação de Cadeiras e ordenados dos professores do referido Colégio e do Liceu de Recife:

Art . 2º. As cadeiras preparatorias do referido colegio, assim como as do Liceu do Recife, sobre as mesmas materias, terão o ordenado de seiscentos mil réis cada uma: as cadeiras de inglez, e francez de ambos estes estabelecimentos, terá cada uma quinhentos mil réis de ordenado.

Art. 3º. Crear-se-há uma cadeira de inglez, e francez em o Liceu do Recife, com o ordenado do artigo antecedente (BRASIL, 1874).

Tal decreto que reduziu o ordenado dos professores de Língua Francesa e acrescentou mais atribuições, pois os mesmos passariam a receber 500\$000 réis para ocupar uma Cadeira de Inglês e Francês, foi acatado pelo Conselho do Governo, que decidiu que a Cadeira de Língua Francesa fosse novamente posta a concurso, para atender aos novos critérios determinados pelo referido decreto:

O Senhor presidente para dar cumprimento ao Decreto de 7 de Agosto do anno passado sobre as cadeiras do Licèu, e Seminario de Olinda tornado Collegio das Artes preparatorias do Curso Jurídico consultou ao Conselho o qual resolveo que a Cadeira de Lingoa Franceza creada, e provida com o ordenado de 600\$000 réis, em virtude da lei de 11 de Novembro de 1831, fosse novamente posta a concurso com o ordenado de 500\$000 réis conforme a disposição do Artigo 3. do citado decreto de 7 de Agosto, o qual exige que o professor da Lingoa Franceza seja igualmente professor da

Lingoa Ingleza, devendo o atual professor continuar em exercicio durante os trinta dias do concurso (*Diário de Pernambuco*, p.01, 06 de mar. de 1833)

As referidas alterações da Cadeira de Língua Francesa também provocaram insatisfação no professor que a ocupava, Felipe Lopes Netto Junior, o qual dirigiu um requerimento ao Conselho do Governo queixando-se de ter sido injustiçado pela mal interpretação do Conselho em relação às Resoluções de 25 de junho de 1831 e de 11 de novembro do mesmo ano, como podemos verificar na Ata da Sexta Sessão Ordinária do Conselho do Governo em 13 de março de 1833:

Despachou-se hum requerimento de Felipe Lopes Netto Junior Professor da Cadeira da Lingoa Franceza do Liceo desta Cidade, a qual o Conselho havia resolvido pôr a Concurso para ser provida em pessoa que soubesse igualmente a Lingoa Ingleza, segundo a disposição do Decreto de 7 de Agosto do anno passado, queixando-se o referido Felipe Lopes de que o Conselho havia sido injusto, ou havia mal entendido o referido Decreto á vista das Resoluções de 25 de junho de 1831, e 11 de Novembro do mesmo anno (*Diário de Pernambuco*, p.01, 21 de mar.1833).

Apesar da lentidão burocrática e dos diversos constrangimentos ocasionados pela retirada da Cadeira de Língua Francesa e Inglesa do Liceu de Recife, da redução do ordenado e da exigência em relação ao professor de Francês ser também o de Inglês, em julho de 1833 a Cadeira de Francês do referido liceu já havia sido provida, como nos mostra o anúncio do jornal *Diário de Pernambuco* de 03 de julho de 1833:

Acha-se aberta a Aula da Lingoa Franceza do Licêo d'esta Cidade do Recife, as pessoas, que n'ela se quiserem matricular dirijão-se ao mesmo Liceo. (*Diário de Pernambuco*, p.04, 03 de jul.1833) ⁴.

Nessa perspectiva, tomando como base a análise da cadeira de Francês no liceu de Recife e levando em consideração a função das disciplinas escolares, de acordo com Chervel (1990):

Mas essa instrução esta inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em cada caso colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa (CHERVEL, 1990, p. 188).

Podemos perceber que o ensino de Língua Francesa tinha a finalidade educativa de preparar os alunos para o ingresso no Ensino Superior, através das Cadeiras Preparatórias que os capacitavam para realizar os Exames que davam acesso aos Cursos Jurídicos, tal fato

⁴ As fontes consultadas não informaram quem era o professor do liceu nesse período.

evidencia a função das Disciplinas escolares, que segundo o referido autor, é colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa.

3.2.1. Ensina-se Francês: breve análise dos anúncios de ofertas do ensino de Língua Francesa no jornal Diário de Pernambuco (1830-1836)

Os anúncios de ofertas de ensino de Língua Francesa no jornal Diário de Pernambuco nos permitem conhecer algumas características do sistema educacional do período estudado, trazendo assim informações importantes sobre o perfil dos professores e professoras, seus locais de ensino, ordenado recebido e os objetivos do ensino da Língua Francesa da época.

As ofertas de aulas de Francês nos jornais da Província demonstram que o ensino da Língua Francesa era ofertado também por professores particulares que lecionavam em suas próprias residências ou em estabelecimentos alugados para esse fim, como nos mostra o anúncio do professor Mr. Garcie:

Todo o moço ou menino que quiser aprender o idioma francez , com toda a perfeição gramatical, dirija-se a Mr. Garcie, cujo methodo facil de ensinar tem feito já conseguir no conhecimento do dito idioma a muitas pessoas n'um bem curto espaço de tempo; no Recife beco do Monteiro no segundo andar do sobrado N°1 (*Diário de Pernambuco*, p.02, 06 de fev.1830).

Já em relação às Aulas Públicas, é importante ressaltar, que além de serem ministradas em escolas e em edifícios nacionais, também aconteciam nas residências dos professores ou em locais alugados por eles, tal fato ocasionava uma desigualdade nas despesas assumidas com essas Aulas, uma vez que alguns professores gastavam com aluguéis caros, enquanto outros ficavam isentos dessa despesa por ocuparem prédios públicos ou por terem seus aluguéis pagos pelo Estado, como nos mostra o Relatório da Assembleia Geral Legislativa, do Ministro Joaquim Vieira da Silva Souza em 1834:

O mesmo tem lugar a respeito das casas. A Lei manda aplicar para o estabelecimento das Escolas os edificios Nacionnaes, onde os houver; e como no Municipio, e dentro mesmo da Cidade se experimenta grande falta deles, resulta daqui o estarem alguns Professores pagando avultados alugueis

para as suas, ao mesmo tempo que outros poupão essa despesa, por ocuparem prédios Nacionaes, ou alugados pela Nação: e o não se ter podido ainda montar algumas pelo methodo, que a mesma lei ordena (BRASIL,1835, p.13).

O Jornal diário de Pernambuco de 30 de maio de 1836, trás outra característica da educação da época: o interesse da população pelas Aulas Preparatórias, especialmente pelas de Língua Francesa, tal interesse se dava também pelo fato de haver na Província os Cursos Jurídicos, que exigia o conhecimento do Francês e de outras matérias como pré-requisito para a entrada na instituição.

Procura-se uma pessoa capaz de ensinar primeiras letras , lingoas Farnceza, e Latina, e mais algum preparatório, em um Engenho proximo a esta praça: quem se achar nestas circunstancias dirija se a loja de tartarugneire, D. 6, na rua larga do Rosario, ou a casa de Antonio Herculano de Souza Bandeira na rua de S. Pedro Novo em Olinda. (*Diário de Pernambuco*, p.04, 30 de mai.1836)

Dessa maneira, ao analisar a legislação e os jornais da época, percebemos que a Cadeira de Língua francesa do Liceu de Recife, entre os anos de 1829 e 1833, passou por diversas alterações: extinção em 1829, por sua criação ter sido realizada sem a autorização do imperador, sendo criada e provida oficialmente apenas em 1832; redução de salário e a exigência de uma só Cadeira para o ensino das Línguas Inglesa e Francesa, em cumprimento ao decreto de 07 de agosto de 1833. Tais alterações provocaram a insatisfação de alunos, que utilizavam jornais da época para criticar a decisão do Governo em retirar a Cadeira de Francês do Liceu de Recife, e de professores que tiveram suas funções suspensas e seus salários reduzidos. A análise dos anúncios dos jornais da Província de Pernambuco nos possibilitou também conhecer algumas características do sistema educacional do período recortado, como: perfil dos professores, seus locais de ensino e qual função exercia o ensino de Língua Francesa no período analisado. Nesse contexto, podemos evidenciar os processos de transformação e constituição de uma disciplina, segundo Chervel (1990):

As leis que mudam as línguas, dizia um obscuro filósofo do século XX, são as leis que as criam. Dá-se o mesmo com as disciplinas ensinadas. Sua transformação como sua constituição estão inteiramente inscritas em dois pólos: o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescentes a instruir. Pois é ao mesmo tempo através das finalidades e através de seus alunos que elas participam da cultura e da vida social de seu tempo (CHERVEL, 1990, P. 198).

Sendo assim, fica claro que as transformações ocorridas tanto na Legislação educacional da época, quanto na Cadeira de Língua Francesa do Liceu de Recife aconteceram com o objetivo de alcançar o interesse dos alunos e da classe social mais favorecida economicamente, que pretendiam que o ensino da Língua Francesa tivesse a finalidade de dar acesso aos cursos de Ensino Superior.

3.3. PROVÍNCIA DE SERGIPE

De acordo com Nunes (1984), o início do processo de organização do Ensino Secundário em Sergipe se deu em 1830, a partir da criação das Cadeiras Preparatórias de Retórica, Filosofia, Geometria, Francês, Geografia e História, que funcionavam no sistema de Aulas Avulsas e passaram, a partir de 1833, a funcionar de forma centralizada no Liceu de São Cristóvão.

A análise de Lima (2005) nos permitiu perceber que a centralização das Aulas Preparatórias no Liceu trouxeram mudanças significativas para a Instrução Secundária em Sergipe, pois foi a partir dessa decisão que passou a existir um interesse pela estruturação do Ensino Secundário na Província. Outra importante mudança aconteceu em relação aos locais e conteúdos de ensino, que nas Aulas Avulsas eram decididos pelos professores e a partir de então passaram a ser atribuições dos Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública. Além dessas alterações, passou a existir também uma presença mais forte e definidora da Igreja Católica nas questões educacionais. Sendo assim, todas essas transformações fizeram com que os professores públicos, muito mais que os particulares, se sentissem retraídos para exercer suas funções, pois estavam sujeitos à censuras e punições, caso não obedecessem às imposições do Governo e da Igreja.

É importante ressaltar que o ano de 1833 foi de fundamental importância para a Instrução Pública em Sergipe, pois a partir desse momento dá-se início à estruturação do Ensino Secundário na Província, através da centralização das Cadeiras Preparatórias no Convento dos Carmelitas em São Cristóvão, da criação de Estatuto e de cargos de direção, vice-direção e secretariado e da realização de concurso para o provimento das Cadeiras Públicas, o qual, segundo os estudos de Lima (2005), foi realizado em 1832, na capital da Província com o objetivo de ocupar as vagas das Cadeiras de Filosofia Racional e Moral,

Geometria, Francês e Retórica. Dessa maneira, após a realização do concurso, o Liceu de São Cristóvão, no ano de sua fundação, contava com 5 Cadeiras Preparatórias, dentre elas uma de Francês, 4 lentes, 1 diretor e um vice-diretor, como nos mostra o quadro da estrutura administrativa do Liceu em 1833:

QUADRO 1- Estrutura Administrativa do Liceu de São Cristóvão em 1833

CADEIRAS	LENTESES	DIRETOR	VICE-DIRETOR
Francês	Joaquim Maurício Cardoso ⁵	Frei Jose dos Prazeres Bulhões	Joaquim Maurício Cardoso
Geografia	Frei Jose dos P. Bulhões		
Filosofia	Manuel Ladislau Aranha Dantas Manuel Hertêncio A. Pereira		
Latim	Manuel Ladislau Aranha Dantas		
Retórica	Joaquim Maurício de Cardoso		

Fonte: LIMA, Aristela Aristides de. 2016. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense**: um estudo das práticas e representações do ensino secundário na província de Sergipe: (1847-1855). Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-UFS, P.29.

Vale ressaltar, que a estruturação do Liceu se deu através da iniciativa do Presidente Jose Joaquim Germiniano de Moraes Navarro, que em 1834 formalizou a autorização através de ofício:

Devendo-se reunir todas as cadeiras de ensino Público no Liceu novamente criado, instalado no Convento do Carmo desta Cidade, cumpre-me que V.S. comunique os respectivos Professores que ai devem desempenhar as funções de seu Magistério, conseguindo-lhes as salas para as respectivas aulas, e incumbindo-se V.S. de requisitar por obséquio a cadeira do ex-professor Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, para servir na aula de Latim, podendo certificar que será indenizado brevemente no valor da mesma (SERGIPE,1834).

⁵ De acordo com os estudos de Nunes (1984), Joaquim Maurício Cardoso foi um professor baiano radicado em Sergipe, desde 1829, que lecionou Primeiras Letras em Estância (Vila Santa Luzia) e a partir de 1833, ensinou Francês em São Cristóvão, retornando, porém, à Estância em 1835 para, após o concurso, ocupar a Cadeira de Retórica e Poética, até a extinção em 1838. Foi pai de outro ilustre professor, o sergipano Brício Maurício de Azevedo Cardoso, progenitor de um dos mais destacados governantes de Sergipe, o Dr. Maurício Graco Cardoso (1922/1926).

Segundo a análise de Lima (2005), em 1834, período de estruturação do Ensino Secundário em Sergipe, a Província possuía somente 160.462 habitantes, sendo considerada, portanto, uma Província pequena que representava apenas 3% da população total do Império. Tanto a pequenez, quanto as suas precárias condições financeiras e conflitos políticos dificultaram a permanência do Liceu de São Cristóvão, que apesar de cumprir o papel de reunir todas as Cadeiras de Ensino Secundário e de possibilitar a criação de Estatutos, em 1835, teve o seu funcionamento suspenso por causa da decisão da Assembleia Provincial de não permitir nenhuma despesa com um estabelecimento que atendia a uma pequena quantidade de alunos:

Sem fazer despesas, ele ainda funcionou no ano de 1834. Mas um dos primeiros atos da Assembléia Provincial instalada nos começos de janeiro de 1835, a Lei de 25 do mesmo mês, suspendia o funcionamento do Liceu “por não poder a Província concorrer com as despesas do seu custeio e pelo diminuto número de alunos freqüentes às matrículas das diversas aulas (NUNES, 1984, p.51)”.

Com o fechamento da referida instituição, por ordem do Presidente da Província, as Aulas de Francês e as outras Preparatórias voltaram a funcionar no sistema de Cadeiras Isoladas, sob a administração dos professores e em suas próprias casas:

Para o Diretor do Liceu desta Cidade. Ilmo. Sr. De ordem de S. Excia. participo a V.S. para a sua inteligência, a fim de que haja de fazer publicar onde convier, que a Assembléia Legislativa Provincial houve por bem dissolver o Liceu desta Cidade, mandando por isso o Exmo. Sr. que os respectivos Professores que o acompanham, passem já a dar aula em suas casas, até ulterior resolução a respeito. Secretaria da Presidencia de Sergipe, 3 de fevereiro de 1835. Ilmo. Sr. Diretor do extinto Liceu desta Cidade Pe. José dos Prazeres Bulhões. Braz Diniz Villas Boas (SERGIPE, 1835).

Sendo assim, o Ensino Secundário em Sergipe, até 1847, continuou a ser ofertado através das Aulas Públicas, no sistema das Aulas Avulsas e da iniciativa de particulares. Nessa perspectiva, vale ressaltar as implicações que o Ato Adicional de 1834 teve em todo o Império, inclusive em Sergipe, que promovendo a descentralização do Ensino Secundário, permitiu que cada Província o administrasse de acordo com sua condição financeira, fato que, segundo Nunes (1984), provocaria uma grande disparidade educacional entre as Províncias, caso não houvesse os estudos Preparatórios, os quais foram estabelecidos pelo Poder Central como requisito para o ingresso nos cursos superiores e contribuíram para uma unificação dos

objetivos de ensino, uma vez que, tanto em Sergipe, quanto nas outras Províncias brasileiras, os estabelecimentos de Ensino Secundário, quer públicos, quer particulares, para alcançarem êxito diante da sociedade e serem frequentados pelos alunos que buscavam os estudos superiores, se voltaram para o ensino das Disciplinas requeridas pelos Preparatórios.

Dessa maneira, o Poder Público oferecia, em 1834, aos 70,8% da população de pessoas livres que viviam em Sergipe, pois escravos não tinham direito à escola, as seguintes Cadeiras Preparatórias: Francês, Latim, Retórica, Filosofia e Geometria. Destaca-se no quadro a seguir, a relevância do ensino da Língua Francesa no período, uma vez que o número de alunos matriculados na referida Disciplina era significativamente maior que o das outras.

QUADRO 2- Aulas Preparatórias da Província de Sergipe em 1834

CADEIRAS	NÚMERO	SITUAÇÃO	PROFESSORES	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
Francês	1	Provida	Joaquim Maurício Cardoso	12
Latim	8	Providas	Não informados nas fontes consultadas	Não informados nas fontes consultadas
Retórica	1	Vaga	-----	-----
Filosofia	1	Provida	Manuel Ladislao Aranha Dantas	3
Geometria	1	Provida	Fr. José dos Praseres Bulhões	2

Fonte: NUNES, Maria Thetis. **Historia da Educação em Sergipe**, Aracaju: Paz e Terra, 1984./ *Relatório da Comissão encarregada de examinar as relações vindas das diversas Aulas da Província, de 21 de janeiro de 1834*. Arquivos Particulares-Arquivo Epifânio Dória, Caixa 14, Doc.04. (Quadro elaborado pela autora da dissertação).

3.3.2 Processo de criação das cadeiras de língua francesa na província de Sergipe

É no contexto de estruturação do Ensino Secundário que acontece, em 1830, a criação da primeira Cadeira de Língua Francesa de Sergipe, por decisão do Conselho Geral da Província e com um ordenado de 600\$000. Tal ato foi motivado pelas exigências das

Faculdades brasileiras, que a partir de 1827, de acordo com a lei de 11 de agosto do mesmo ano, passou a exigir dos alunos que quisessem se matricular nos Cursos Jurídicos, além da certidão que comprovasse idade superior a 15 anos, os certificados de aprovação na Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria.

Na província de Sergipe, assim como em Minas Gerais e Pernambuco, as Cadeiras de Francês estavam voltadas para os estudos Preparatórios, funcionando, até 1832, no sistema de Aulas Avulsas e a partir de 1833, segundo a análise de Lima (2005), passou a funcionar no Liceu de São Cristóvão, junto com as outras Cadeiras do ensino secundário. Com a centralização das Cadeiras Preparatórias no referido Liceu, localizado no Convento dos Carmelitas, na capital da Província, as cadeiras de Francês, assim como todas as de estudos Preparatórios, passaram a ser providas através da realização de concurso, sendo que o primeiro, de acordo com os estudos da mesma autora, foi realizado em 1832, na capital e apresentou apenas um concorrente à Cadeira de Francês: o professor Joaquim Maurício Cardoso, que foi aprovado e passou a exercer suas funções.

A falta de candidatos dispostos a concorrerem às vagas das Cadeiras Preparatórias foi uma problemática muito presente nas primeiras décadas do século XIX, não era fácil encontrar, na Província sergipana, pessoas qualificadas para lecionarem as Disciplinas exigidas no Ensino Secundário, fato que se comprova através do ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito ao ministro Luis Coutinho, em junho de 1832:

As cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, novamente criadas pelo Decreto de 11 de novembro do ano passado se acham em concurso, sem terem até agora opositores, que com dificuldade aqui apareceram com a necessária capacidade para tais cadeiras, achando-se porém já provida a de francês criada pelo mesmo decreto (SERGIPE,1832).

Além da dificuldade de se encontrar pessoas hábeis para ocupar as Cadeiras Preparatórias, inclusive as de Língua Francesa, a baixa remuneração desestimulava os que tinham as requeridas habilidades, sendo assim, de acordo com os estudos de Nunes (1984), na tentativa de solucionar o problema, o Conselho Geral, em 1834, ordenou a elevação do ordenado das Cadeiras de Retórica, Geometria, Filosofia e Francês para 800\$000 réis e as de Latim da capital e de Estância para 600\$000 réis.

QUADRO 3 - Ordenados dos Professores de Francês de Sergipe (1833-1835)

ANO	VALOR
1833	Até 30 de maio= 500\$000 réis De 31 de maio à 18 de junho=700\$000 réis A partir de 19 de junho 600\$000 réis
1834	800\$000 réis
1835	600\$000 réis

Fontes: RECOPIADOR SERGIPANO, p.03, jun.1833; NUNES, Maria Thetis. **Historia da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984; FRANCO, Candido Augusto. **Compilação das Leis Provinciais 1835-1880**. Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879.(Quadro elaborado pela autora da dissertação)

Vale ressaltar que, desde o final do século XVIII, as dificuldades financeiras para o pagamento de professores na Província de Sergipe era um problema constantemente enfrentado, de acordo com Nunes (1984), os professores sergipanos, nesse período, ficaram sem reajuste de ordenado por cerca de 30 anos, além de receberem seus pagamentos com constantes atrasos. Ao observar a tabela anterior, podemos perceber que de 1833 até 1835 também não houve um aumento de ordenado que, de fato, fosse motivador para atrair pessoas para a carreira do Magistério, promovendo a continuação da dificuldade de se encontrar candidatos hábeis para concorrer às Cadeiras Preparatórias, inclusive à de Língua Francesa.

Além dos obstáculos enfrentados para se encontrar pessoas hábeis para o ensino de Francês e das outras matérias do Ensino Secundário sergipano, outro problema existente, no período estudado, foi a dificuldade de permanência dessas Cadeiras, principalmente entre 1830 e 1854, tanto na capital, quanto na Vila de Estância, que à época exercia significativa influência no setor econômico e cultural da província⁶. Tal fato pode ser percebido através da Legislação educacional do período, que constantemente apresentava leis de criação e de extinção das referidas Cadeiras. Sendo assim, a cadeira de Francês da capital, que havia sido criada em 1830 por decisão do Conselho Geral da Província, foi extinta em 1838, pelo decreto N. 6 de 16 de Fevereiro do mesmo ano, sendo novamente criada pela Lei N. 139 de 10 de Fevereiro de 1845:

DEC.N.6 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1838.

Art. 2º Ficão suprimidas as seguintes cadeiras:

⁶ Comprova-se, assim, a importância que essa vila assumia não só na área econômica como no setor cultural da Província. Contava com três escolas de Primeiras Letras, e a partir de 1835 com as Cadeiras preparatórias. A vila também alcançou êxito no desenvolvimento do ensino privado, atendendo uma clientela numerosa, constituída pelos filhos dos senhores de engenho. (NUNES, 1984, p.57)

§ 1. As de rhetorica, geometria, francez e filosofia desta Capital. (SERGIPE, 1879, p.206)

LEI N.139 DE 10 DE FEVEREIRO DE 1845

Art. 1º. Ficão creadas nesta Capital as cadeiras da lingua franceza, filosofia racional e moral, geometria e rhetorica (SERGIPE, 1879, p.207).

A mesma instabilidade aconteceu com a Cadeira de Língua Francesa de Estância, criada em 1835, pelo decreto de 5 de março do mesmo ano, extinta pelo decreto de 16 de fevereiro de 1838, e novamente criada pela Resolução N. 398 de 21 de Junho de 1854:

LEI DE 5 DE MARÇO DE 1835

Art.1º. Ficam creadas na villa constitucional da Estancia trez cadeiras preparatorias, isto é, uma de filosofia racional e moral, outra de rhetorica e poetica, e outra de francez, com o ordenado anual de 600\$ cada uma (SERGIPE,1879, p.176).

DEC.N.6 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1838.

Art. 2º Ficão suprimidas as seguintes cadeiras:

§ 2º. As de rhetorica, filosofia e francez da villa de Estancia (SERGIPE, 1879, p. 176-177).

RESOL. N.398 DE 21 DE JUNHO DE 1854

Art.1º Ficam creadas nas cidades de Laranjeiras e Estancia, além das cadeiras de Latim, que já nelas existem, as cadeiras de Philosophia, francez, geometria, e geografia e historia (SERGIPE, 1879, p.177).

Como podemos perceber, a manutenção e permanência das Cadeiras de Língua Francesa foi uma problemática enfrentada durante o período estudado. Tal situação pode ser justificada por dois fatores: primeiro, o desequilíbrio orçamentário que, de acordo com os estudos de Nunes (1984) era um problema constantemente enfrentado pela Província, fato que levou o presidente José Elói Pessoa da Silva, no ano de 1838, a assinar um decreto suprimindo diversas Cadeiras, inclusive a de Língua Francesa da capital e da Vila de Estância. Segundo, o fato de a população economicamente mais favorecida, constituída por proprietários rurais, preferir que seus filhos estudassem nas instituições particulares, ou que fossem enviados para realizar seus estudos em outras Províncias mais desenvolvidas, com a finalidade de cursarem as disciplinas exigidas para o ingresso nas Academias do Império, o que causou uma baixa taxa de matrícula nas Cadeiras Públicas Preparatórias existentes e

desmotivou o Governo a lutar pela continuidade desse tipo de ensino, como fica evidenciado na Fala do Vice-Presidente Manuel Joaquim Fernandes de Barros à Assembleia Legislativa Provincial em janeiro de 1836:

Quanto ás outras Aulas, de Geometria, Rhetorica, Logica, Francez, etc., creio, Senhores, que as que estão providas se devem conservar; mas as outras deste gênero , que por lei são criadas, não devem prover: pois o pequeno número de alumnos, que frequentão as existentes nos dá a conhecer, que ellas de pouco proveito são para os nossos co-habitantes. (*Noticiador sergipense*, p.01, 5 de fev.1836)

Temos finalmente quatorze Cadeiras de preparatórios providas, que contão cento e secenta e quatro discipulos, não tendo algumas mais de hum até dous alumnos (*Noticiador sergipense*, p.02, 5 de fev.1836).

A baixa frequência de alunos, aliada às dificuldades financeiras enfrentadas pela Província sergipana motivaram a criação da lei de 22 de março de 1836, que autorizava o governo a suspender os ordenados dos professores que não tivessem em suas Aulas a quantidade mínima determinada de alunos matriculados, inclusive os das Aulas Preparatórias, nas quais as de Língua Francesa se encontravam inseridas e precisavam ter no mínimo 6 alunos para que os ordenados de seus professores não fossem suspensos:

LEI DE 22 DE MARÇO DE 1836

Art.13. O Governo fica autorizado a suspender os ordenados d'aquelles professores de primeiras letras, que tiverem menos de dezesseis discípulos; das professoras que tiverem menos de oito; das de preparatórios, e grammatica latina, que tiverem menos de seis: cessará esta disposição logo que constar ao Governo por informação das Camaras respectivas, que aquelles professores tem conseguido o indicado numero (SERGIPE, 1879, p.141).

Ao analisar os dados referentes à Província de Sergipe, no período estudado, percebemos que o processo de criação das Cadeiras de Francês foi motivado pela Lei de 11 de agosto de 1827 que criou os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, exigindo certificado de aprovação nos Exames Preparatórios, inclusive no de Língua Francesa. Tal fato evidencia que uma “disciplina escolar se encontra presa entre os objetivos que lhe são conferidos e o público ao qual se dirige”. (JULIA, 2002, p.60). Sendo assim, a criação da referida Cadeira ocorre em 1830 e coincide com o início do processo de estruturação do Ensino Secundário na Província

sergipana. Inicialmente, o ensino dessa Língua aconteceu no sistema de Aulas Avulsas e a partir de 1833, passou a funcionar de forma centralizada no Liceu de São Cristóvão. É importante destacar que a criação dos concursos públicos para docentes das Cadeiras Preparatórias foi uma importante iniciativa, pois contribuiu para a estruturação do Ensino Secundário em Sergipe, aproximando-o do modelo de ensino desenvolvido nas outras Províncias do Império.

Destarte, a análise e comparação das fontes nos permitiu identificar a distância existente entre os objetivos enunciados e o desenvolvimento do ensino realizado, também nos levou a concluir que o processo de criação das Cadeiras de Francês em Sergipe enfrentou diversos obstáculos: dificuldades de encontrar professores qualificados, ordenados desestimulantes e dificuldade de manutenção das Cadeiras criadas devido às precárias condições financeiras da província e da baixa frequência dos alunos.

3.4. COMPÊNDIOS E PROFESSORES DE FRANCÊS

A análise do *Relatório da Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das diversas Aulas da Província* de Sergipe e dos jornais da época nos trouxe informações relevantes acerca dos compêndios mais utilizados e dos professores nas províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. É importante lembrar que, durante o período estudado, o Ensino Secundário estava em processo de estruturação nas três províncias. Assim, as Cadeiras de Língua francesa funcionavam no sistema de Aulas Avulsas, e, na maior parte do período em estudo, tanto a escolha dos compêndios, quanto a do local onde as Aulas seriam ministradas eram responsabilidades atribuídas aos professores, que, nesse contexto, enfrentaram muitos obstáculos: baixos salários, falta de uniformização de métodos de ensino e locais inadequados para o desenvolvimento de suas Aulas. Com base na análise dos jornais da época e de trabalhos relacionados ao ensino de Francês nas Províncias do Império, foi possível identificar a Província, o nome e o local de trabalho de 12 professores das três províncias que são alvos dos nossos estudos:

QUADRO 4- Professores de Francês de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe: 1826-1837

PROVÍNCIA	PROFESSOR	LOCAL DE ENSINO
MINAS GERAIS	João Ribeiro	Sociedade Promotora da Instrução Pública
	Boaventura Bardy	Residência do professor
	Domíngos Jose da Cunha	Não informado
	Antonio Jose Ribeiro Bhering	Residência do professor
	Francisco Cirillo Ribeiro e Souza	Residência do professor
	Alexandre Amedée de Lavaissaiere	Residência do professor
PERNAMBUCO	Carlos Van Nes	Liceu da Recife
	Lourenço Trigo de Loureiro	Preparatórios para os Cursos Jurídicos de Olinda
	Felippe Lopes Netto Junior	Liceu da Recife
	Mr. Garcia	Não informado
	Padre Joaquim Antonio da Oliveira Leitão	Residência do professor
SERGIPE	Joaquim Mauricio Cardoso	Liceu de São Cristóvão

LAGES. Rita Cristina Lima, **O ensino de francês na instrução pública em Minas Gerais entre 1831 e 1855**. 2007. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação de Minas Gerais-UFMG, Minas Gerais./ *O Universal*. Ouro-Preto, 1831-1837. Typografia do Universal./ *Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 1831-1839. Typografia do Diário.(Quadro produzido pela autora da dissertação).

Em relação aos compêndios de Francês citados nesta pesquisa são, possivelmente, os mais utilizados no contexto em análise, uma vez que não houve, durante todo o período estudado, Regulamentos do Governo que determinassem o material de ensino a ser utilizado pelos professores. Sendo assim, o fato de eles terem sido encontrados em anúncios de compra e venda nos jornais de Minas Gerais e Pernambuco nos leva a deduzir que o uso desse material era frequente nas Aulas de Língua Francesa:

Anúncio no Jornal O Universal de Minas Gerais

Precisa-se comprar os seguintes livros: Aventuras de Telemanco, em Francez, 3 exemplares. Grammatica Franceza de Lhomond. Dictionarios Francez Portuguez, e vice versa. Quem os tiver para vender dirija-se á Typographia do Universal, onde achará com quem tratar (*O Universal*, p.4, Ago.1836).

Anúncios no Jornal Diário de Pernambuco

Gramaticas francezas em quatro partes, por Hamonnière, Guia de conversação em Francez e Portugues (*Diário de Pernambuco*, p.3, Set.1830).

Um Compendio de geografia universal do novo methodo, e uma grammatica franceza du Lemon: anuncie (*Diário de Pernambuco*, p.3, Fev.1835)

Nas fontes analisadas, relacionadas à Província de Sergipe, não foram encontrados anúncios de compra e venda de compêndios, porém no *Relatório da Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das diversas Aulas da Província*, de 21 de Janeiro de 1834, há um relato sobre a precariedade dos compêndios utilizados nas Aulas, o que, segundo o documento, retardava o desenvolvimento das ideias dos alunos:

Quanto aos livros cada um ensina pelo impresso, ou manuscrito, que julga mais acomodado, vendo-se alguns na obrigação não só de procurarem folhetos, livros, etc, como até de copiarem pedaços para lhes darem a ler, do que resulta não pouco atraso á mocidade, que não sendo imbuída em compêndios methodicos, retarda infalivelmente o desenvolvimento das suas ideias (SERGIPE, 1834).

Nessa perspectiva, identificamos através dos anúncios de compra e venda dos jornais da época alguns compêndios possivelmente utilizados para o ensino de Língua Francesa nas províncias de Minas Gerais e Pernambuco, assim como as precárias condições do material didático utilizado em Sergipe, citadas no *Relatório da Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das diversas Aulas da Província*. Vale lembrar, que o fato de o Ensino Secundário está em processo de estruturação nas três províncias, não permitiu que houvesse uma padronização para os compêndios, ficando os professores responsáveis pela elaboração do seu próprio material de ensino. Dessa maneira, esta pesquisa nos levou a identificar alguns possíveis compêndios utilizados nas Aulas de Francês, no período recortado, como: a *Grammatica Franceza de Lhomond*⁷; dicionários francês –português; e português- francês;

⁷ A dissertação de Oliveira (2016), intitulada: “A institucionalização do ensino do francês no Brasil: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810-1832)” faz uma análise detalhada do referido compêndio (p.82-85).

Gramatica franceza em quatro partes, por Hamonnière e um Guia de conversação em Francês e Português. Ao levar em consideração que tais materiais de ensino circulavam nos anúncios de jornais de Minas Gerais e Pernambuco, podemos concluir que eles sinalizam para a existência de um ensino voltado tanto para o aspecto instrumental, quanto comunicativo da Língua, uma vez que, além de gramáticas e dicionários, também há um guia de conversação Francês e Português.

FIGURA 2 – Folha de Rosto e Índice da Gramática Francesa: *Éléments de la Grammaire Française* par Lhomond (1836)

ÉLÉMENTS
DE LA
GRAMMAIRE FRANÇAISE
PAR LHOMOND;

ÉDITION /
CORRIGÉE, ANNOTÉE ET ENRICHIE,
POUR LA PREMIÈRE FOIS,
DE DICTÉES ANALYTIQUES ET ORTHOGRAPHIQUES
EN REGARD DU TEXTE;

PAR M.-A. PEIGNÉ.

OUVRAGE ADOPTÉ
PAR LE CONSEIL ROYAL DE L'INSTRUCTION PUBLIQUE.

PRIX : { Broché .. 50 centimes.
Cartonné .. 60 centimes.



PARIS,

ISIDORE PESRON, LIBRAIRE-ÉDITEUR;
13, PAVÉE SAINT-ANDRÉ-DES-ARCS.

V
1226
#2g.1.

1836

1836

TABLE DES MATIÈRES.

	Pages
PRÉFACE	7
INTRODUCTION.	9
Des Voyelles <i>longues</i> et des Voyelles <i>brèves</i>	10
CHAPITRE I ^{er} . — Du NOM ou SUBSTANTIF.	12
Formation du <i>pluriel</i> dans les Substantifs	14
CHAPITRE II. — De l'ARTICLE.	16
CHAPITRE III. — De l'ADJECTIF.	18
Formation du <i>féminin</i> dans les Adjectifs; — du <i>pluriel</i>	20-22
Accord des Adjectifs avec les Substantifs.	22
Noms et Adjectifs de <i>nombre</i>	26
CHAPITRE IV. — Du PRONOM.	28
Pronoms <i>personnels</i>	1b.
Règle des Pronoms	32
Autres sortes de Pronoms.	1b.
Pronoms <i>possessifs</i> ; — <i>démonstratifs</i> ; — <i>relatifs</i> ; — <i>interrogatifs</i> ; — <i>indéfinis</i>	32-36
CHAPITRE V. — Du VERBE	36
Verbes auxiliaires <i>avoir</i> ; — <i>être</i>	42-44
Conjugaisons des Verbes.	46-52
Exercices sur les Verbes.	54
Des Temps <i>primitifs</i>	55
Verbes <i>irréguliers</i>	60
Accord des Verbes avec leur sujet.	64
Régime des Verbes actifs.	66
Verbes <i>neutres</i> ; — <i>réfléchis</i> ; — <i>impersonnels</i>	68-71
CHAPITRE VI. — Du PARTICIPE	72
Accord du Participe présent; — du Participe passé avec le <i>sujet</i> ; — avec le <i>régime</i>	72-76
CHAPITRE VII. — De la PRÉPOSITION.	78
CHAPITRE VIII. — De l'ADVERBE.	82
CHAPITRE IX. — De la CONJONCTION.	84
CHAPITRE X. — De l'INTERJECTION.	86
REMARQUES sur chaque espèce de mots.	1b.
— sur l' <i>Orthographe</i> de quelques mots.	104
De la PUNCTUATION	1b.
Autres signes orthographiques.	106
LOCUTIONS vicieuses.	108

FIN.



Fonte : Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k423763g/f1.item.zoom>. Consultado em 15/01/2018.

3.5 AS CADEIRAS PREPARATÓRIAS E OS OBJETIVOS DO ENSINO SECUNDÁRIO NAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS, PERNAMBUCO E SERGIPE

Os quadros estatísticos dos Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda e das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, presentes nos Relatórios Ministeriais, referentes ao período de 1833 a 1837, comprovam, através da naturalidade dos alunos matriculados nas referidas instituições, os quais pertenciam às diversas Províncias do Império, inclusive à Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, que, de fato, o ensino de Francês e das outras Aulas Preparatórias, no período estudado, esteve voltado para promover o ingresso aos Cursos Superiores. O fato de as Cadeiras Preparatórias serem mais procuradas pela população economicamente mais favorecida contribuiu para que houvesse uma baixa frequência de alunos nas Aulas Públicas Preparatórias das Províncias menos desenvolvidas, como observamos anteriormente, na análise da província de Sergipe⁸, uma vez que, essa parte da população preferia matricular seus filhos na rede particular de ensino, como acontecia na Província Sergipana, especificamente na Vila de Estância, que segundo os estudos de Nunes (1984), alcançou, durante o período estudado, êxito no desenvolvimento do ensino privado, atendendo uma clientela numerosa, constituída pelos filhos dos senhores de engenho, ou enviá-los para realizar seus estudos Preparatórios nas Províncias mais desenvolvidas, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia, onde já havia os Cursos Jurídicos e as Faculdades de Medicina.

É provável que essa matrícula dos jovens estudantes nos Cursos Preparatórios das Províncias ou cidades mais desenvolvidas tenha continuado durante todo o século XIX, como nos mostra a literatura da época, através do conto “A missa do galo”, de Machado de Assis, publicado em 1899 na obra “Páginas Recolhidas”, no qual o personagem Nogueira relata que saiu de Mangaratiba para estudar os Preparatórios no Rio de Janeiro:

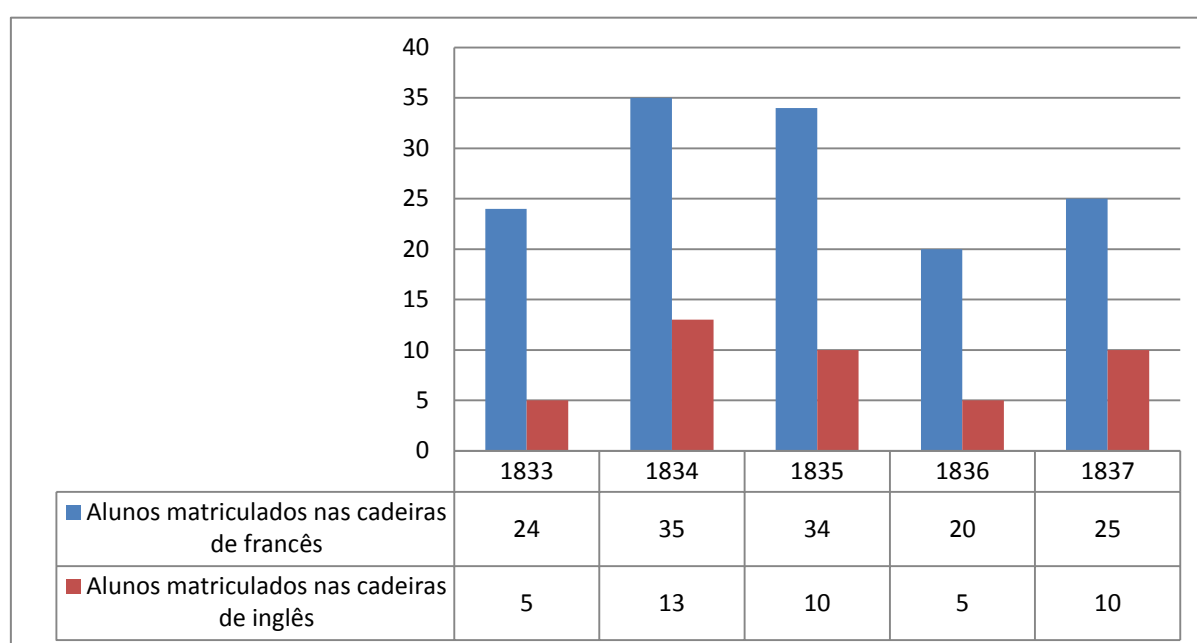
A casa em que eu estava hospedado era a do escrivão Meneses, que fora casado, em primeiras nupcias, com uma de minhas primas. A segunda mulher, Conceição, e a mãe desta acolheram-me bem quando vim de Mangaratiba para o Rio de Janeiro, mezes antes, a estudar os preparatórios (ASSIS, 1937, p.77).

O gráfico de matrícula dos alunos nas Cadeiras Preparatórias de Língua francesa e Inglesa da Corte, entre os anos de 1833 e 1837, além de apontar para a preferência pelos Preparatórios das Províncias mais desenvolvidas, ao levar em consideração a quantidade de alunos que frequentavam essas Cadeiras, também demonstra a supremacia da Língua Francesa em relação à Inglesa, uma vez que o número de alunos matriculados nas Cadeiras de Francês era maior que os matriculados nas de Inglês. Tal fato pode ser justificado por dois

⁸ Ver página 61-63

fatores: primeiro, a exigência da Língua Francesa como pré-requisito para a entrada na maioria dos Cursos Superiores do Império. Segundo, o fato dessa Língua ser considerada universal, nesse período, o que proporcionava um grande número de compêndios e manuais escritos nesse idioma.

FIGURA 3- Gráfico dos Alunos Matriculados nas Cadeiras de Francês e Inglês da Corte (1833-1837)



Fonte: Relatórios Ministeriais dos anos de 1833 a 1837. Disponível em: <http://www-pps.crl.edu/brazil/ministerial/império>. Consultado em 20/11/2017. (Gráfico produzido pela autora da dissertação).

Ao considerar que o principal objetivo do ensino de Francês no período estudado era o ingresso nos cursos superiores do Império, a análise das matrículas dos referidos cursos, presente nos quadros a seguir, foi fundamental para identificar a presença de alunos das Províncias em análise matriculados neles. Foi possível observar também, que entre os anos de 1833 e 1837, houve uma maior preferência dos alunos de Minas Gerais pela matrícula nos Cursos Jurídicos de São Paulo e nas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro, e dos de Sergipe e Pernambuco pelos Cursos Jurídicos de Olinda:

QUADRO 5- Alunos Mineiros, Pernambucanos e Sergipanos Matriculados nas Instituições de Ensino Superior do Império (1833-1834)

Ano	Instituição de ensino superior	Naturalidade/número de alunos matriculados		Ano	Instituição de ensino superior	Naturalidade/número de alunos matriculados	
1833	Cursos Jurídicos de Olinda	Minas Gerais	2	1834	Cursos Jurídicos de Olinda	Minas Gerais	1
		Pernambuco	69			Pernambuco	68
		Sergipe	4			Sergipe	3
	Cursos Jurídicos de São Paulo	Não informado			Cursos Jurídicos de São Paulo	Minas Gerais	42
						Pernambuco	3
						Sergipe	0
	Faculdade de Medicina da Bahia	Não informado			Faculdade de Medicina da Bahia	Nos relatórios consultados não constam matrículas de estudantes mineiros, pernambucanos ou baianos.	
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Minas Gerais			26	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Minas Gerais	23
	Pernambuco			1		Pernambuco	1
	Sergipe	0	Sergipe	0			

Fonte: Relatórios ministeriais dos anos de 1833 a 1835. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>. Consultado em: 15/08/2017. (Quadro produzido pela autora da dissertação).

QUADRO 6 - Alunos Mineiros, Pernambucanos e Sergipanos Matriculados nas Instituições de Ensino Superior do Império (1835-1836)

Ano	Instituição de ensino superior	Naturalidade/número de alunos matriculados		Ano	Instituição de ensino superior	Naturalidade/número de alunos matriculados	
1835	Cursos Jurídicos de Olinda	Minas Gerais	0	1836	Cursos Jurídicos de Olinda	Minas Gerais	0
		Pernambuco	68			Pernambuco	56
		Sergipe	4			Sergipe	4
	Cursos Jurídicos de São Paulo	Minas Gerais	26		Cursos Jurídicos de São Paulo	Minas Gerais	17
		Pernambuco	3			Pernambuco	1
		Sergipe	0			Sergipe	0
	Faculdade de Medicina da Bahia	Não informado			Faculdade de Medicina da Bahia	Minas Gerais	0
	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Minas Gerais	25			Pernambuco	1
		Pernambuco	1			Sergipe	2
		Sergipe	0		Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Minas Gerais	28
		Pernambuco	1				
		Sergipe	0				

Fonte: Relatórios Ministeriais dos anos de 1833 a 1837. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>. Consultado em: 15/08/2017. (Quadro produzido pela autora da dissertação).

Os pressupostos teóricos de Chervel (1990) e Julia (2001) que afirmam que as Disciplinas escolares são inseparáveis das finalidades educativas e constituem “um conjunto complexo” que não se reduz aos ensinos explícitos e programados (JULIA, 2002, p.33) ficam constatados através da análise dos quadros estatísticos das instituições de ensino superior do Império, do gráfico de alunos matriculados nas Cadeiras Preparatórias de Inglês e Francês da Corte, assim como da Fala do presidente da Província sergipana, uma vez que tais dados nos

levam a concluir que o ensino nas Aulas Preparatórias, inclusive nas Cadeiras de Língua Francesa, em Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, apresentou, no período estudado, a finalidade de permitir o acesso aos cursos superiores. Além disso, o fato de as Cadeiras de Francês terem sido criadas em conjunto com as outras Preparatórias evidencia o caráter solidário dessa matéria, de acordo com Julia (2002, p.62), que afirma que uma Disciplina escolar nunca se encontra sozinha na escola, mas é solidária tanto com outras Disciplinas, quanto com a pressão dos exames e concursos que condicionam o funcionamento das classes que os precedem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas Leis Imperiais, Relatórios Ministeriais, Regulamentos de Instrução Pública, Relatórios de Inspeção, Falas dos Presidentes das Províncias e jornais referentes ao período estudado, podemos concluir que o processo de criação das primeiras Cadeiras de Francês nas Províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe foi motivado pelas exigências das faculdades brasileiras, que a partir de 1827, de acordo com a lei de 11 de agosto do mesmo ano, passou a exigir dos alunos que quisessem se matricular nos cursos jurídicos, além da certidão que comprovasse idade superior a 15 anos, os certificados de aprovação na Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. Tal Lei foi responsável por várias e importantes transformações no Ensino Secundário do período estudado, pois foi a partir dela que esse nível de ensino se voltou para as Aulas Preparatórias, que tinham como objetivo preparar os alunos para os exames de ingresso ao Ensino Superior. Tal fato contribuiu para a existência de muitos debates sobre a criação das Cadeiras Preparatórias, inclusive as de Língua Francesa, nas Províncias, e sobre o provimento de professores, o que motivou a necessidade de Leis específicas que regulassem a qualificação, o ingresso e o ordenado dos profissionais docentes, assim como as localidades em que deveriam ser providos. Nesse contexto, o Ministro José Lino Coutinho assinou o decreto de 11 de novembro de 1831, determinando a criação das Cadeiras de Francês para todas as Províncias do Império.

A análise das fontes citadas anteriormente nos permitiu entender como se deu o processo de criação dessas primeiras Cadeiras de Francês em três Províncias: Minas Gerais, Pernambuco e Bahia e nos conduziu à compreensão das finalidades do ensino de Língua Francesa, das condições dos professores e dos possíveis compêndios utilizados entre 1831 e 1837. Foi possível também concluir que tal processo de criação enfrentou obstáculos semelhantes nas três Províncias, dentre os quais podemos citar: baixos ordenados, dificuldade de permanência das Cadeiras criadas, precários locais de ensino e falta de Regulamentos e de padronização dos compêndios para o desenvolvimento das Aulas.

Apesar de o processo de criação das Cadeiras de Língua Francesa apresentar obstáculos semelhantes nas três Províncias, é importante destacar que cada uma delas também apresentou aspectos particulares. Destarte, em Minas Gerais, a Legislação do período

privilegiava a contenção de gastos, diminuindo os investimentos na Instrução Pública, o que ocasionou mais desafios para o ensino da Língua Francesa, uma vez que os professores das Cadeiras públicas da referida Língua passaram a assumir a tríplice função de ensinar, além do Francês, História e Geografia. Já na Província de Pernambuco, a Cadeira de Língua Francesa do Liceu de Recife, entre os anos de 1829 e 1833, passou por diversas alterações: extinção em 1829, por sua criação ter sido realizada sem a autorização do Imperador, sendo criada e provida oficialmente apenas em 1832; redução de salário e a exigência de uma só Cadeira para o ensino das Línguas Inglesa e Francesa, em cumprimento do Decreto de 07 de agosto de 1833. Tais alterações provocaram a insatisfação dos alunos, que utilizavam jornais da época para criticar a decisão do Governo em retirar a Cadeira de Francês do Liceu de Recife, e de professores que tiveram suas funções suspensas e seus salários reduzidos. Em Sergipe, o fato de a população economicamente mais favorecida preferir que seus filhos estudassem nas instituições particulares, ou que fossem enviados para realizar seus estudos em outras Províncias mais desenvolvidas, com a finalidade de cursarem as Disciplinas exigidas para o ingresso nas Academias do Império, causou uma baixa taxa de matrícula nas Cadeiras Públicas Preparatórias de Francês existentes e desmotivou o Governo a lutar pela continuidade desse tipo de ensino.

É importante ressaltar que o levantamento e análise de dados desta pesquisa nos permitiu concluir também que, nas três Províncias estudadas, a finalidade do ensino da Língua Francesa era capacitar os alunos para os Exames Preparatórios que davam acesso às instituições de Ensino Superior do Império, principalmente aos Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda e às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

Concluímos, dessa maneira, que o ensino de Francês, nas Aulas Públicas, centrado nos Exames Preparatórios, impediu que novas metodologias e outras habilidades da Língua fossem desenvolvidas no período, uma vez que apenas a leitura, escrita e tradução eram ensinadas. Por outro lado, houve também aspectos positivos: primeiro, a gratuidade, que tornava a aprendizagem da Língua Francesa e das outras Disciplinas Preparatórias mais acessível, levando em consideração que tanto o Colégio de Pedro II quanto os melhores Liceus do período estudado eram muito caros. Segundo, a contribuição dessas Aulas para o desenvolvimento da Disciplina, pois, atendendo aos anseios da comunidade estudantil da época, ela ganhava espaço na sociedade, que cada vez mais a enxergava como instrumento fundamental para o acesso ao ensino superior, até tornar-se uma Disciplina constante no currículo da Escola Secundária brasileira, algo instituído desde 1837, com a fundação do

Colégio de Pedro II, até, pelo menos, a reforma de 1971, quando as Línguas estrangeiras deixaram de fazer parte do conteúdo obrigatório e a hegemonia da Língua Inglesa na escola já era incontestável.

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS

1 - LEGISLAÇÃO

BRASIL. (1836). **Legislação Brasileira, ou Collecção Chronologica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Imperio do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831** inclusive, colligidas pelo Conselheiro José Paulo de Figuerôa Nabuco Araújo. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villineuve e comp., 1836.

BRASIL.(1861b). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1837**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.

BRASIL. (1874). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1873**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BRASIL. (1863a). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1838**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863.

BRASIL.(1863). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1840**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863.

BRASIL. (1878a). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. (1878b). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1828**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. (1874). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1873**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BRASIL. (1875). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1831**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BRASIL. (1854). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1854**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.

BRASIL. (1891). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1810**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891.

BRASIL. (1906). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1832**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. (1907). **Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1833**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

SERGIPE. (1879). FRANCO, Candido Augusto Pereira. **Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe (1835 a 1880)**. Aracaju: Typ. De F. das Chagas Lima, 1879.

2 - RELATÓRIOS MINISTERIAIS

BRASIL. (1833). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1833 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1833.

BRASIL. (1834). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1834.

BRASIL. (1835). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1835 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Joaquim Vieira da Silva e Souza. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1835.

BRASIL. (1836). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Jose Ignacio Borges. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1836.

BRASIL. (1837). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1837 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Paulino Limpo de Abrêo. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1837.

BRASIL. (1838). **Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio** apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado interino Bernardo Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1838.

3 - FALAS E RELATÓRIOS PRESIDENCIAIS

ALAGOAS. 1837. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial** na abertura da terceira sessão ordinária no dia 12 de janeiro de 1837 pelo Exm. Snr da Província Rodrigo Sousa da Silva Pontes. Alagoas. Typographia do Diario-Impr.F. T D'Aquino.

RIO GRANDE DO NORTE. 1835. TORREAO. Basilio Quaresma. **Fala do Presidente da Província dirigida a Assembleia Provincial no ano de 1835**. Manuscrito.

RIO GRANDE DO NORTE. 1836. AGUIAR. Joaó Joze Ferreira de. **Fala do Presidente da Província dirigida a Assembleia Provincial no ano de 1836**. Typografia Fidedigna de J.N. de Mello.

PARAYBA DO NORTE. 1837. TORREAO. Basilio Quaresma. **Fala do Presidente da Província dirigida a Assembleia Provincial no ano de 1837**. Typografia Paraibana.

MINAS GERAIS. 1838. RIBEIRO, Jose Cesario de Miranda. **Fala do Presidente da Província dirigida a Assembleia Provincial no ano de 1838**. Typografia do Correio de Minas.

4 - ESTATUTOS

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Portugal. 1772. **Estatutos da Universidade de Coimbra** compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta de Providencia Literaria creada pelo mesmo senhor para a restauração das Sciencias, e Artes Liberaes nestes Reinos, e todos Seus Dominios ultimamente roborado por Sua Magestade na sua Lei de 28 de agosto deste presente anno. Lisboa: Na Regia Officina Typographica: MDCCLXXII.

5 - OFÍCIOS E RELATÓRIOS DE COMISSÕES

SERGIPE. 1835. **Ofício do secretário da Presidência Brás Diniz Villa-Boas** ao diretor do Liceu de São Cristóvão, Jose dos Prazeres Bulhões, sobre o fechamento do referido liceu, datado de 03 de fevereiro de 1835. APES, G¹280.

SERGIPE. 1834. **Ofício do Presidente José Germiniano de Moraes Navarro** ao diretor do Liceu de São Cristóvão, Jose dos Prazeres Bulhões, sobre a reunião de todas as cadeiras do ensino preparatório no liceu, datado de 17 de março de 1834. APES, G¹280.

SERGIPE. 1832. **Ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito** ao Ministro Coutinho, sobre as cadeiras vagas por falta de opositores, datado de 12 de junho de 1832. APES, G¹276.

SERGIPE. 1834. **Relatório da Comissão encarregada de examinar as relações vindas das diversas Aulas da Província** de Sergipe, datado de 21 de janeiro de 1834. Arquivos Particulares- Arquivo Epifânio Dória, Caixa 14, Doc-04.

6 - PERIÓDICOS

O UNIVERSAL. Ouro-Preto, 15 de outubro de 1830. Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 21 de março de 1832.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 21 de março de 1832.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 12 de setembro de 1832.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 02 de maio de 1834.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 06 de fevereiro de 1837.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 11 de abril de 1832.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 10 de fevereiro de 1837.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 01 de fevereiro de 1833.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 05 de fevereiro de 1834.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 27 de maio de 1835.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 03 de fevereiro de 1836.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 10 de fevereiro de 1837.Typografia do Universal

_____.Ouro-Preto, 24 de abril de 1837.Typografia do Universal

GAZETA UNIVERSAL. Pernambuco, 18 de junho de 1836. Typografia de M.M. V& Comp

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, 06 de maio de 1829. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 09 de fevereiro de 1830. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 11 de maio de 1835. Typografia de Pinheiro e Faria.

_____. Pernambuco, 04 de maio de 1836. Typografia de M.F de Faria.

_____. Pernambuco, 17 de junho de 1830. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 02 de julho de 1832. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 06 de março de 1833. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 21 de março de 1833. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 03 de julho de 1833. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 06 de fevereiro de 1830. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 30 de maio de 1836. Typografia de M.F de Faria.

_____. Pernambuco, 09 de fevereiro de 1832. Typografia do Diário de Pernambuco.

_____. Pernambuco, 27 de setembro de 1838. Typografia de M.F de Faria.

_____. Pernambuco, 30 de março de 1839. Typografia de M.F de Faria.

NOTICIADOR SERGIPENSE. São Cristóvão, 01 de fevereiro de 1836. Typografia de Silveira.

O RECOPIADOR SERGIPANO. Villa Constitucional de Estância, 10 de julho de 1833, Typografia de Silveira.

_____. Villa Constitucional de Estância, 26 de março de 1832, Typografia de Silveira.

LIVROS E ARTIGOS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Historia da Instrução Pública no Brasil (1500-1889) (1889)** Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC/INEP /Comped, 2000.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889).** Tradução: Antonio Chizzotti. Brasília: INEP / PUC SP, 1989.

ASSIS, Machado de. **Páginas Recolhidas.** Rio de Janeiro: Garnier, 1899.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos / Edusp, 1971.

BETHELL, Leslie. Cultura. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Crise colonial e independência: 1830 - 1889.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2011.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Crise colonial e independência: 1830 - 1889.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2011.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Instituições culturais e de educação superior no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação:** fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. et. al (Orgs.). **A construção Nacional 1830-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. **História da fundação do Colégio Real dos Nobres**. Coimbra: Atlântida, 1959.

CHAGAS, R. Valnir C. **Didática especial de línguas modernas**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

CHAGAS, Valnir. **Educação Brasileira: o ensino de 1.0 e 2.0 graus (antes, agora e depois?)**. São Paulo: Saraiva, 1980.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, nº. 2, 1990, p. 177-229.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1835.

FALCON, Francisco Calazans. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1993.

FALCON, Francisco Calazans. **O Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1989.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1972.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia**. Tradução: Oscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira / Thomson Learning, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Cassimiro, MACEDO, Elisabete (Orgs). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002, p. 37-71.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 01,2001, p.09- 44.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro (1862-1863)**. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.

NUNES, Maria Thetis. **Historia da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)**. São Cristóvão: Editora UFS / Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. São Paulo: Pontes, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal: (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014.

RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Tomo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **A Construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária (perspectiva histórica e teórica)**. São Paulo: Nacional, 1969.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. Evolução histórica da engenharia no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 397, n. 158, p. 1.107-1.116, out./dez. 1997. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/documentos-textuais.html>. Acesso em: 18 ago. 2014.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da engenharia no Brasil. O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. **Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia**, n. 50, p. 3-21, jan. 2003. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim50.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

TREVISAN, Leonardo. **Estado e Educação na história brasileira, 1750-1900**. São Paulo: Moraes, 1987.

TESES E DISSERTAÇÕES

ABREU, Ricardo do Nascimento. **Os Oficiais do Exército Brasileiro e a Formação da Elite Intelectual Sergipana no Século XIX (1822-1889)**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – SE. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=es_ES&id=136. Acesso: 01 jul. 2017.

BARBOSA, Sara Rogéria Santos. **O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente**. 2012. 159f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1565>. Acesso em: 10/09/2017

CARDOSO, João Escobar. **A formação da historiografia da literatura brasileira: uma história dos cânones escolares no Brasil (1759-1890)**. 2011. 202f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe - SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/2327>. Acesso em: 10/09/2017

GUIMARÃES, Anselmo. **Panaméricas utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)**. 2014. 167f. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe - SE. Disponível em <http://bdtd.ufs.br/handle/tede/1623>. Acesso em 10/09/2017

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no Século XIX.** 2013. 265f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação de Minas Gerais em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9FYFES/tese.rita._cristina.lima.lages.tese..2013.pdf?sequence=1. Acesso em: 10/09/2017

LAGES, Rita Cristina Lima. **O ensino de francês na instrução pública em Minas Gerais entre 1831 e 1855.** 2007. 143f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação de Minas Gerais em: [ww.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LMFF-7BLMH5](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LMFF-7BLMH5). Acesso em: 10/09/2017

LIMA, Aristela Aristides de. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na província de Sergipe: (1847-1855).** 2005. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-UFS

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. **A universidade de Coimbra e a reforma pombalina.** 2013. 103f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe - SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1557>. Acesso em: 10/09/2017

OLIVEIRA, Kate Constantino Pinheiro de Andrade: **A institucionalização do ensino de francês no Brasil: o caso da academia real militar do Rio de Janeiro (1810-1882).** 2016. 110f. Dissertação de Mestrado. Aracaju: Universidade Tiradentes-Unit.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890).** 2006. 378f. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade. São Paulo.

SANTANA, Marcle Vanessa Menezes. **A profissão docente como prática ilustrada: o caso dos primeiros professores de inglês do Brasil.** 2012. 141f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/2259>. Acesso em: 10/09/2017

SANTOS, Elaine Maria. **Entre a tradição e a inovação: professores e compêndios de inglês do século XIX.** 2017. 328f. Tese de Doutorado- Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão.

SANTOS, Mariângela Dias. **A instituição do ensino de primeiras letras no Brasil (1757-1827).** 2011. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe SE Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1759>. Acesso em: 10/09/2017

SÃO JOSÉ, Elisson Souza de. **As Armas e as letras inglesas: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810-1832).** 2015. 78f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe-SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1654?mode=full>. Acesso em: 10/09/2017

SILVA, Amanda Carvalho. **Português para inglês ver: os primórdios do ensino de português como língua estrangeira (1758-1773).** 2012. 122f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe SE. Disponível em:

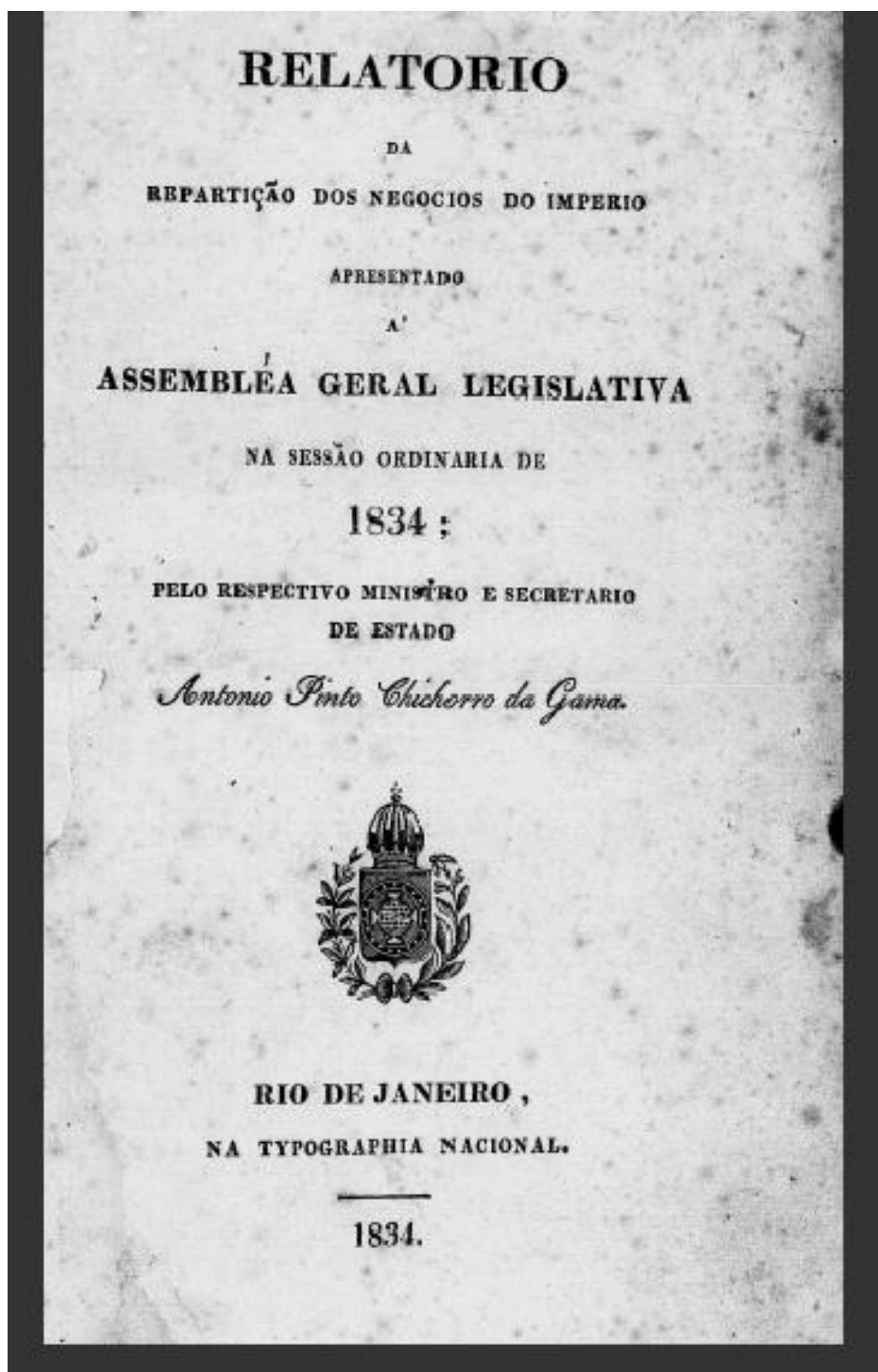
https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/2335/1/AMANDA_CARVALHO_SILVA.pdf. Acesso em: 10/09/2017.

SOUZA, Álvaro César Pereira. **Sob as luzes das reformas pombalinas da instrução pública:** a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1830). 2011(Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe SE Disponível em: https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1758/1/ALVARO_CESAR_PEREIRA_SOUZA.pdf. Acesso em: 10/09/2017.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel do ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846).** 2012. 116f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe SE. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/2329>. Acesso em: 10/09/2017.

ANEXOS

Anexo 1: Quadros estatísticos do relatório do Ministro Antonio Pinto Chichorro da Gama (1834)



N. 3.

*Quadro Estatístico do resultado dos trabalhos do anno lectivo do Curso Juridico de
S. Paulo em 1833.*

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1. ^o	2. ^o	3. ^o	4. ^o	5. ^o		
Matriculário-se.....	38	35	46	89	57	265 (a)	O numero d' Estudantes, que em cada anno sahirão Plenamente Approvados, suppõe-se ser o indicado; e bem assim o dos que tirarão Carta; não obstante nada conste a tal respeito, da informação recebida.
Forão Approvados. { Plenamente.	30	24	32	68	55	209 (b)	
{ Simpliciter..	2	6	4	12	1	25 (c)	
„ Reprovados.....	4	3	5	5	..	17 (d)	
„ Premiados.....	
Deixarão de fazer acto.....	2	1	3	3	..	9 (f)	
Perdêrão o anno.....	..	1	2	1	1	5 (g)	
Tirarão Carta.....	56 (h)	
Doutorário-se.....	

— NATURALIDADE DOS ESTUDANTES. —

(a)
 (b)
 (c)
 (d)
 (f)
 (g)
 (h)

} Ignorão-se as naturalidades, por não terem ainda vindo as informações respectivas.

N. 4.

*Quadro Estatístico do resultado dos trabalhos do anno lectivo do Curso
Juridico de Olinda em 1833.*

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1. ^o	2. ^o	3. ^o	4. ^o	5. ^o		
Matriculário-se.....	61	38	65	69	40	273 (a)	Nenhum dos que deixarão de fazer acto, compareceo a tirar Ponto.
Forão Approvados { Plenamente.	53	32	48	59	39	231 (b)	
	3	3	10	5	1	22 (c)	
„ Reprovados.....	2	„	„	„	„	2 (d)	
„ Premiados.....	„	„	„	„	„	„	
Deixarão de fazer acto.....	3	2	7	4	„	16 (e)	
Perderão o anno.....	„	1	„	„	„	1 (f)	
Tirarão Carta.....	„	„	„	„	„	40 (g)	
Doutorário-se.....	„	„	„	„	„	2 (h)	

— NATURALIDADE DOS ESTUDANTES. —

	R. de Janeiro	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Parahiba	R. Gr. do N.	Ceará	Piauhy	Maranhão	Pará	Minas	Portugal
(a)	10	124	4	9	69	8	4	21	2	14	3	2	3
(b)	10	99	4	7	62	6	4	16	2	14	3	1	3
(c)	„	14	„	„	5	1	„	2	„	„	„	„	„
(d)	„	1	„	„	1	„	„	„	„	„	„	„	„
(e)	„	10	„	2	1	„	„	3	„	„	„	„	„
(f)	„	„	„	„	„	1	„	„	„	„	„	„	„
(g)	2	23	„	„	11	2	„	1	„	1	„	„	„

(h) Não consta por ora a naturalidade dos que se Doutorário.

N. 5.

*Quadro Estatístico do resultado dos trabalhos do anno lectivo do Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro em 1833.*

	ANNOS.						TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1. ^o	2. ^o	3. ^o	4. ^o	5. ^o	6. ^o		
Matricularão-se.....	27	66	34	18	10	15	170 (a)	Da somma total, 16 matricularão-se no 1. ^o anno do Curso Medico, não tendo tido residencia nas Escólas Medico-Cirurgicas; 11 derão-se á matricula do mesmo anno, tendo residencia na Escola Medico-Cirurgica desta Corte; e 143 são propriamente estudantes desta ultima Escola. Todos os matriculados em a nova Escola se destinárão ao Curso Medico.
Forão Approvados { Plenamente.	20	43	26	10	8	8	115 (b)	
{ Simpliciter.	5	17	3	6	..	2	33 (c)	
„ Reprovados	1	3	..	1	..	5 (d)	
Deixárão de fazer acto.....	1	1	2 (e)	
Perdêrão o anno.....	1	5	2	2	1	4	15 (f)	
Formárão-se.....	10 (g)	
Doutorárão-se.....	

— NATURALIDADE DOS ESTUDANTES. —

	R. de Janeiro	Bahia	Pernambuco	Ceará	M. Grosso	Goyaz	Minas	S. Paulo	S. Pedro	Portugal	Suissa	Italia	Gôa
(a)	116	3	1	1	1	1	26	2	9	7	1	1	1
(b)	73	1	1	1	1	1	23	1	6	5	1	..	1
(c)	27	1	3	1	1
(d)	4	1	..
(e)	1	1
(f)	11	1	2	1
(g)	7	1	1	..	1

N. 8. — Quadro Estatístico das Aulas Menores Publicas, creudas nas Provincias abaixo indicadas, organizado segundo os elementos ultimamente recebidos.

PROVINCIAS.	1. ^{as} LETRAS.				LATIM	RHETORICA	FILOSOFIA	GRECO	FRANCEZ.	INGLEZ	GEOMETRIA	COMMERCIO	AGRICULTURA	MUZICA	
	PARA ME- NINOS.		PARA ME- NINAS.												
	Providas	Vagos	Providas	Vagos											
Minas.....	83	33	9	5	8	2	1	1	1	1	1	1	1	1	(a)
Goyaz.....	15	8	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(b)
Espirito Santo..	9	8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(c)
Pará.....	16	17	1	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(d)
Sergipe.....	25	1	4	1	8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(e)
São Paulo.....	33	31	4	5	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	(f)
Parahyba.....	27	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(g)
St. Catharina..	12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(h)
Alagôns.....	22	4	1	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(i)
Bahia.....	156	15	27	0	6	1	6	1	6	1	6	6	1	1	(j)
Maranhão.....	27	4	7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
S. Pedro.....	34	10	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	(k)
Somma.....	557	65	79	14	14	14	1	13	1	13	6	1	2		

OBSERVAÇÕES.

- (a) Ha tambem huma Aula de Desenho, e Historia vaga; e outra d'Anatomia, Cirurgia e Arte Obstetricia.
- (b) Das 23 Escolas de 1.ª Letras para Meninos, apenas 8 são d'Ensino Mutuo, e destas achão-se 2 vagas.
- (c) Das 17 Escolas de 1.ª Letras, 1 he d'Ensino Mutuo: frequentão-nas 301 Alumnos, e 16 a de Latim.
- (d) Ha tambem 2 Collegios de educação, a saber 1 de Meninos, e outro de Meninas, com os quaes se despende annualmente 1:000\$ rs.
- (e) Nas 25 Escolas de 1.ª Letras para Meninos, inclue-se 1 d'Ensino Mutuo.
- (f) 1,459 Alumnos frequentão as 33 Aulas de 1.ª Letras, e 57 as de Latim. Ha tambem 1 Aula de Theologia, 1 d'Escreitura Sagrada, e 1 de Historia Ecclesiastica; das quaes achão-se vagas as 2 primeiras.
- (g) São todas d'Ensino Mutuo; mas á excepção de huma, ou outra, o são sómente no nome.
- (h) Das 12 Escolas de 1.ª Letras para Meninos, 2 são d'Ensino Mutuo: ellas, e 1 das de Meninas são frequentadas por 425 Alumnos, e 35 Alumnas.
- (i) As Aulas, não comprehendendo as de 1.ª Letras, são frequentadas por 77 Alumnos.
- (j) Ha tambem 1 Aula de Desenho, 1 de Theologia, e 1 de Geometria e Mecanica applicada às Artes, e Officios.
- (k) Nas 34 Escolas de 1.ª Letras para Meninos, incluem-se 3 d'Ensino Mutuo.

N.B. Das Provincias de Pernambuco, Piahy, Ceará Rio Grande do Norte, e Matto Grosso, não se obtiverão esclarecimentos a respeito.

N.

Quadro Estatístico das Aulas Menores Publicas, creadas
se achão vagas, ou providas, e do

MUNICIPIOS.	ESCOLAS DE 1. ^{as} LETRAS.						AULAS DE LATIM.		
	Para Meninos.			Para Meninas.					
	Vagas.	Providas.	N.º d'Alumnos.	Vagas.	Providas.	N.º d'Alumnas.	Vagas.	Providas.	N.º d'Alumnos.
Cidades do	Rio de Janeiro...	3	9	551	5	...	1	2	91
	Cabo Frio...	1	2	57	...	1	6	...	1
	Campos...	1	3	215	...	1	49	...	1
	Praia Grande...	...	2	126	1
	Rezende...	1	1
	Ilha Grande...	1	1
	Paraty...	...	2	87	1	...	21
	Magé...	1	1	1
	Nova Friburgo...	2	1	19	1	...	13
	Parahiba do Sul...	2	1	36
Villas de	Valença...	2	1	58
	Iguassú...	2	1
	Itaborahy...	2	1	45	...	4
	Cantagallo...	...	2	24
	Vassouras...	1	1
	Macabé...	2
	S. João de Príncipe...	1
	Itaguahi...	...	1	94
	Barra Mansa...	1
	S. João da Barra...	1
TOTAL.	...	26	29	1,372	6	2	72	4	6

	...	55	8	...	10

— De Abril de 1835

Creadão-se 8 Cadeiras, a saber:

- 4 de Primeiras Letras, para Meninos.
1 de Filosofia.
1 de Rhetorica.
1 de Francez.
1 de Arithmetica, Geometria, e Algebra.

7

na Provincia do Rio de Janeiro, com declaração das que
numero d'Alumnos que as frequentão.

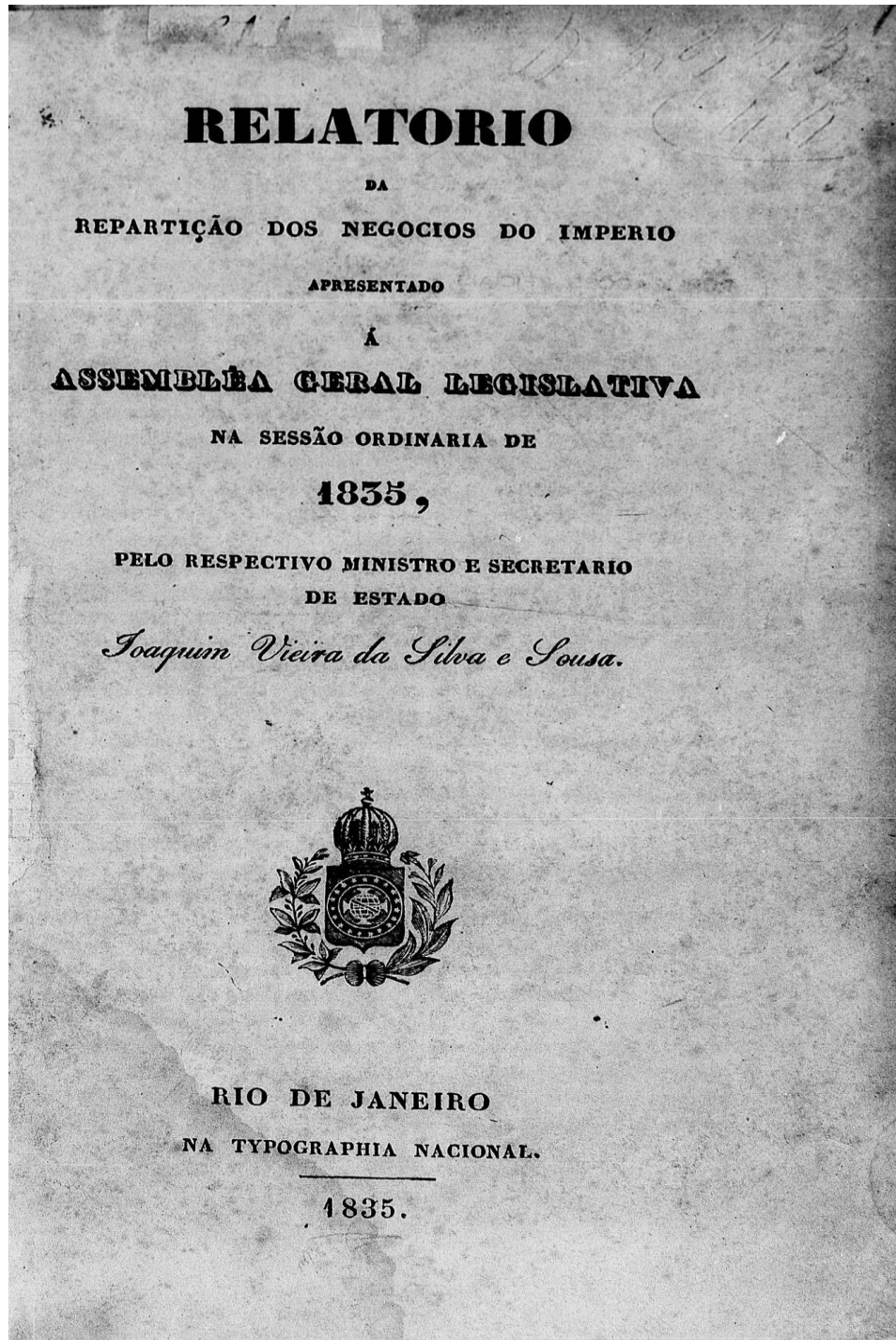
OUTRAS AULAS.			OBSERVAÇÕES.
Vagas.	Providas.	N.º d'Alumnos.	
(a) 1	(b) 6	155	(a).... De Geometria.
(c) 2	(d) 2	(e)	Filosofia.... com 34 Alumnos.
			Rhetorica.. .. 11
			Grego.... .. 3
			(b).... Francez.... .. 24
			Inglez.... .. 5
			Commercio.. 78
			155
			(c).... Rhetorica
			Filosofia.
			(d).... Francez.
			Arithmetica, Geometria, e Algebra.
			(e).... Nenhum Alumno, por serem as 2 Cadeiras recen-
			tamente providas.
3	8	155	No n.º de 1,372 alumnos de Primeiras Letras, não se com-
11			prehendem os que frequentão a Aula actualmente provida
			em cada hum dos Municipios d'Iguassú, Vassouras, e Ma-
			gé, por não terem chegado os esclarecimentos a respeito;
			sendo por igual motivo que tambem se não indica o nú-
			mero dos que contem a aula de Latim da Villa de Rezende.

a Março de 1834 —

Elevarão-se os Ordenados de 9 ditas; a saber:

- 5 de Primeiras Letras; e destas { 2 a 400U000.
 3 a 300U000.
1 de Latim..... a 500U000.
1 de Filosofia..... { a 600U000.
1 de Rhetorica.....
1 de Francez.....

Anexo2 : Quadros estatísticos do relatório do Ministro Joaquim Vieira da Silva e Sousa (1835)



N.º 1. — QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DO CURSO JURIDICO
DE S. PAULO EM 1834.

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º		
Matricularão-se.....	28	35	37	41	80	221 (A)	
Forão Approvados (Plenamente.	15	34	30	34	77	190 (B)	
(Simpliciter..	1	3	2	1	7 (C)	
„ Reprovados.....	9	1	3	2	15 (D)	
„ Premiados.....							
Deixarão de fazer Acto.....	3	2	2	7 (E)	
Perdêrão o anno.....		1	1	1	2 (F)	
Tirarão Carta.....						78 (G)	
Doutorarão-se.....							

NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.																
	RIO DE JA- NEIRO.	BAHIA.	ALAGOAS.	PERNAM- BUCO.	CEARÁ.	MARA- NHÃO.	MATTO GROSSO.	GOYAZ.	MINAS.	S. PAULO.	SANTA CA- THARINA.	S. PEDRO.	CAYENA.	PORTUGAL.	ILHA DA MADEIRA.	LOANDA.
(A)	65	18	1	3	1	2	4	1	42	49	1	26	1	3	1	3
(B)	53	12	1	2	1	2	2	1	40	44	1	23	1	3	1	3
(C)	2	3	1	1
(D)	8	1	3	3
(E)	2	2	1	1	1
(F)	1	1
(G)	22	7	1	1	21	18	1	5	2

N.º 3. QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO EM 1834.

	ANNOS.						TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º		
Matricularão-se.....	28	29	60	32	18	6	173 (A)	<p>Da somma total, 17 matricularão-se no 1.º anno do Curso Medico, e 14 no 2.º anno do mesmo Curso, não tendo tido residencia nas Escolas Medico-Cirurgicas; 11 derão-se á matricula do mesmo 1.º anno, e 15 á do 2.º, tendo residencia na Escola Medico-Cirurgica desta Corte; e 140 são propriamente Estudantes, desta ultima Escola.</p> <p>Dos matriculados em a nova Escola, 4 se destinão ao Curso Pharmaceutico, e 27 ao Curso Medico; e huma mulher, natural de Pariz, ao Curso particular de Partos.</p> <p>Dos Doutorados 4 erão já Cirurgiões Formados, e 3 Cirurgiões Approvados pela Escola Medico-Cirurgica desta Corte.</p>
Forão Approvados..	26	17	27	16	10	6	102 (B)	
{ Plenamente.....							35 (C)	
{ Simpliciter.....							22 (D)	
„ Reprovados.....	1	3	13	3	2	...	22 (D)	
Deixarão de fazer Acto.....	...	2	2	...	1	...	5 (E)	
Perdêrão o anno.....	1	1	3	4	9 (F)	
Formarão-se.....	2 (G)	
Doutorarão-se.....	7 (H)	

NATURALIDADES DOS ESTUDANTES.

	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	PERNAMBUCO.	CEARÁ.	MATTO GROSSO.	GOYAZ.	MINAS.	S. PAULO.	S. PEDRO.	PORTUGAL.	SUISSA.	FRANÇA.	ITALIA.	GÓA.	BUENOS AYRES.
(A)	99	2	1	1	1	1	23	1	7	5	1	1	1	1	1
(B)	58	1	1	1	1	1	25	1	7	3	1	1	1
(C)	26	4	...	2	1	1	...
(D)	19	1	1	1
(E)	5
(F)	8	1
(G)	1	1
(H)	1	5	1

N.º 4. — QUADRO ESTATISTICO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DA FACULDADE
DE MEDICINA DA BAHIA EM 1834.

	ANNOS.						TOTAES.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º		
Matricularão-se.....	15	5	9	5	9	43 (A)	
Forão Approvados { Plenamente.	13	2	7	3	5	30 (B)	
{ Simpliciter..	1	1	3	5 (C)	
„ Reprovados.....	
Deixarão de fazer Acto.....	1	1	1	3 (D)	
Perderão o anno.....	1	2	1	1	5 (E)	
Formarão-se.....	
Doutorarão-se.....	

NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.			
	BAHIA.	ALAGOAS.	MARANHÃO.
(A)	41	1	1
(B)	29	1
(C)	5
(D)	2	1
(E)	5

N.º 2. QUADRO ESTATISTICO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DO CURSO JURIDICO DE OLINDA EM 1833.

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º		
Matricularão-se.....	26	56	39	64	69	254 (A)	A falta de comparecimento de alguns Lentes, desde Outubro até Dezembro, fez com que deixassem de fazer Acto 23 Estudantes do 1.º Anno; e esta ultima circumstancias tendo contribuido para que senão procedesse á designação dos Premiados, decido a Congregação, que a execução do Cap. 12 dos Estatutos, ácerca dos Premiados, tivesse lugar no principio do anno de 1835.
Forão Approvados..	2	56	34	52	68	212 (B)	
						10 (C)	
„ Reprovados.....				1		1 (D)	
„ Premiados.....							
Deixarão de fazer Acto.....	23		2	4		29 (E)	Cinco forão os Candidatos ao Doutoramento; dos quaes sahirão Reprovados 2 naturaes de Pernambuco; Approvados Plenamente 2, sendo 1 do Ceará e outro de Pernambuco; e Simpliciter 1 da Bahia.
Perderão o anno.....	1			1		2 (F)	
Tirarão Carta.....						69 (G)	Os 3 Doutorados Formarão-se no anno de 1833.
Doutorarão-se.....						3 (H)	

NATURALIDADES DOS ESTUDANTES.

	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	SERGIPE.	ALAGOAS.	PERNAMBUCO.	PARAHIBA.	R. G. DO NORTE.	CEARÁ.	PIAUHY.	MARANHÃO.	PARÁ.	MATTO GROSSO.	MINAS.	S. PEDRO.	PORTUGAL.
(A)	11	102	3	10	68	7	5	21	2	15	3	1	1	1	4
(B)	10	87	2	8	54	6	4	18	2	13	3	1	1	3
(C)		7	1		2										
(D)					1										
(E)	1	8		2	9	1	1	3		2				1	1
(F)					2										
(G)	2	38		10	17	1	2	5		1	1		1		
(H)		1			1			1							

N.º 3. QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO EM 1834.

	ANNOS.						TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º		
Matricularão-se.....	28	29	60	32	18	6	173 (A)	<p>Da somma total, 17 matricularão-se no 1.º anno do Curso Medico, e 14 no 2.º anno do mesmo Curso, não tendo tido residencia nas Escolas Medico-Cirurgicas; 11 derão-se á matricula do mesmo 1.º anno, e 15 á do 2.º, tendo residencia na Escola Medico-Cirurgica desta Corte; e 140 são propriamente Estudantes, desta ultima Escola.</p> <p>Dos matriculados em a nova Escola, 4 se destinárão ao Curso Pharmaceutico, e 27 ao Curso Medico; e huma mulher, natural de Pariz, ao Curso particular de Partos.</p> <p>Dos Doutorados 4 erão já Cirurgiões Formados, e 3 Cirurgiões Approvados pela Escola Medico-Cirurgica desta Corte.</p>
Forão Approvados.....	26	17	27	16	10	6	102 (B)	
{ Plenamente.....	6	15	9	5	35 (C)	
{ Simpliciter.....	
„ Reprovados.....	1	3	13	3	2	...	22 (D)	
Deixárão de fazer Acto.....	...	2	2	...	1	...	5 (E)	
Perdérão o anno.....	1	1	3	4	9 (F)	
Formárão-se.....	2 (G)	
Doutorarão-se.....	7 (H)	

NATURALIDADES DOS ESTUDANTES.

	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	PERNAMBUCO.	CEARÁ.	MATTO GROSSO.	GOYAZ.	MINAS.	S. PAULO.	S. PEDRO.	PORTUGAL.	SUISSA.	FRANÇA.	ITALIA.	GÓA.	BUENOS AYRES.
(A)	99	2	1	1	1	1	23	1	7	5	1	1	1	1	1
(B)	58	1	1	1	1	1	25	1	7	3	1	1	1
(C)	26	4	...	2	1	1	...
(D)	19	1	1	1
(E)	5
(F)	8	1
(G)	1	1
(H)	1	5	1

Anexo 3: Quadros estatísticos do relatório do Ministro Jose Ignacio Borges (1836)



**N. 1. QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO
DO CURSO JURIDICO DE S. PAULO, EM 1835.**

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.						
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º								
Matricularão-se	43	20	35	38	41	177 (A)	So hum Estudante, natural do Rio de Janeiro, formado neste anno, apresentou Theses para o grau de Doutor, e ha de defende-las em Março de 1836.						
Forão approvados { Plenamente.....	25	16	33	28	40	142 (B)							
» { Simpliciter.....	3	2	1	6	1	13 (C)							
» Reprovados.....	6	2				8 (D)							
» Premiados.....													
Deixarão de fazer Acto.....	4					8 (E)							
Perderão o anno.....	5		1	1		6 (F)							
Tirarão Carta.....						41 (G)							
Doutorarão-se.....													
NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.													
	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	PERNAMBUCO.	CEARÁ.	MARANHÃO.	MATTO GROSSO.	GOYAZ.	MINAS.	S. PAULO.	S. PEDRO.	PORTUGAL.	MADEIRA.	LOANDA.
(A)	56	13	3	1	3	4	2	26	40	23	4	1	1
(B)	45	11	2	1	2	3	2	23	31	16	4	1	1
(C)	3		1						4	5			
(D)	4				1			1	2				
(E)	3	2				1			1	1			
(F)	1							2	2	1	1		
(G)	11	6	2			1		9	9	2	1		

Anexo 4: Quadros estatísticos do relatório do Ministro Antonio Paulino Limpo de Abrêo
(1837)

RELATORIO
DA
REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO
APRESENTADO
Á
ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA
NA SESSÃO ORDINARIA DE
1837,
PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE
ESTADO

Antonio Paulino Limpo de Abrêo.



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1837.

N. 6. QUADRO ESTATISTICO DAS AULAS PUBLICAS MENORES, CREADAS NO MUNICIPIO DA CORTE, COM DECLACÃO DAS QUE SE ACHÃO VAGAS, OU PROVIDAS, E DO NUMERO DE ALUMNOS QUE AS FREQUENTÃO.

DENOMINAÇÃO DAS AULAS.	ESTADO DAS AULAS.			NUMERO DE ALUMNOS.	OBSERVAÇÕES.
	VAGAS.	PROVIDAS.	TOTAL.		
Primeiras Letras (Para Meninos...	1	4	5	111	<p>(A) Com quanto se achem providas 11 Aulas de Primeiras Letras para Meninos, cumpre notar que somente 10 estão em exercicio.</p> <p>(D) Dos 60 Alumnos, que frequentão a Aula do Commercio, pertencem 36 á do primeiro anno, e 24 á do segundo.</p>
(Para Meninas...	2	(A) 11	13	568	
Latim.....		2	3	110	
Philosophia.....		1	1	38	
Rhetorica.....		1	1	13	
Grego.....		1	1	2	
Francez.....		1	1	34	
Inglez.....		1	1	10	
Geometria.....	1	1		
Commercio.....		1	1	(B) 60	
<i>Somma..</i>	4	24	28	941	

**N. 3. QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DA
FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO EM 1836.**

	ANNOS.						TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º		
Matricularão-se	60	49	18	21	41	0	195 (A)	Do numero total dos Estudantes, 61 pertencem á Academia Medico Cirurgica, e 134 á Escola de Medicina, 18 dos quaes se destinárão ao Curso Pharmaceutico.
Forão Approvados. { Plenamente	29	35	15	10	29	5	123 (B)	
» Reprovados. { Simpliciter	14	0	2	4	8	34 (C)	
Deixárão de fazer Acto.....	14	1	4	2	21 (D)	
Perdérão o anno.....	3	3 (E)	
Formarão-se	3	4	1	3	2	1	14 (F)	
Doutorárão-se.....	4 (G)	
	10 (H)	

NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.														
	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	PERNAMBUCO.	CEARÁ.	MARANHÃO.	MATTO GROSSO.	MINAS.	GOYAZ.	S. PAULO.	S. PEDRO.	MONTEVIDEO.	BUENOS AYRES.	PORTUGAL.	SUISSA.
(A)	125	4	1	2	2	2	28	2	4	14	1	1	5	1
(B)	69	4	1	1	2	2	21	1	4	9	1	1	5	1
(C)	20	1	4	1	2
(D)	10	2	8
(E)	3
(F)	12	1
(G)	2	1	1
(H)	4	4	1	1

**N. 4. QUADRO ESTATISTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA EM 1836.**

	ANNOS.						TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º		
Matricularão-se.....	18	16	14	3	8	1	60 (A)	
Forão Approvados. { Plenamente.....	16	10	18	3	5	1	48 (B)	
{ Simpliciter.....	1	4			2		7 (C)	
» Reprovados.....		2					2 (D)	
Deixarão de fazer Acto.....								
Perderão o anno.....	1		1		1		3 (E)	
Formarão-se.....								
Doutorarão-se.....							1 (F)	

NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.									
	RIO DE JANEIRO.	BAHIA.	SERGIPE.	ALAGOAS.	PERNAMBUCO.	MARANHÃO.	PARÁ.	S. PEDRO.	IRLANDA.
(A)	1	44	2	6	1	2	1	1	1
(B)	1	36	2	4	1	2	1	1
(C)	5	2					
(D)	2							
(E)	1	1	1
(F)	1							

N. 6. QUADRO ESTATISTICO DAS AULAS PUBLICAS MENORES CREADAS NO MUNICIPIO DA CORTE, COM DECLARAÇÃO DAS QUE SE ACHÃO VAGAS, OU PROVIDAS, E DO NUMERO DE ALUMNOS QUE AS FREQUENTÃO.

DENOMINAÇÃO DAS AULAS.	ESTADO DAS AULAS.			NUMERO DE ALUMNOS.	OBSERVAÇÕES.
	VAGAS.	PROVIDAS.	TOTAL.		
Primeiras Letras { Para Meninas.	1	5	6	132	Com quanto se achem providas 5 Aulas de Primeiras Letras para Meninas, e 10 ditas para Meninos, cumpre notar que somente se achão em exercicio 3 das primeiras, e 8 das segundas.
{ Para Meninos.	4	10	14	588	
Latim		3	3	90	
Philosophia		1	1	28	
Rhetorica		1	1	12	
Grego		1	1	2	
Francez		1	1	20	
Inglez		1	1	5	
Geometria	1		1		
Commercio		1	1	51	
Somma.	6	24	30	928	

Anexo 5: Quadros estatísticos do relatório do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos (1838)

RELATORIO
DA
REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO
APRESENTADO
Á
ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA
NA SESSÃO ORDINARIA DE
1838

PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO
DE ESTADO INTERINO

Bernardo Pereira de Vasconcellos.



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1838.

N. 1. — QUADRO ESTATÍSTICO DO RESULTADO DOS TRABALHOS DO ANNO LECTIVO DO CURSO
JURIDICO DE S. PAULO EM 1837.

	ANNOS.					TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º		
Matricularão-se.....	14	4	25	18	33	94 (a)	Não houve Doutoramentos, mas apresentarão Theses, que terão de defender em Março, 3 estudantes já formados, sendo hum do anno de 1834, outro de 1836, e o terceiro de 1837.
Forão Approvados.. { Plenamente.....	8	3	15	10	31	67 (b)	
{ Simpliciter.....	1	1	...	7	1	10 (c)	
» Reprovados.....			1			1 (d)	
» Premiados.....							
Deixarão de fazer Acto.....	5	...	0	1	1	13 (e)	
Perderão o anno.....			3			3 (f)	
Tirarão Carta.....						28 (g)	
Doutorarão-se.....							

NATURALIDADE DOS ESTUDANTES.

	RIO DE JANEIRO.	ESPIRITO SANTO.	BAHIA.	PERNAMBUCO.	CEARÁ.	MARANHÃO.	MATO GROSSO.	GOV. AZ.	MINAS.	S. PAULO.	RIO GRANDE DO S.	PORTUGAL.	LOANDA.
(a)	20	1	3	1	1	2	1	2	14	24	14	1	1
(b)	21	1	2	1	1	2	11	15	11	1	1
(c)	1	1	3	5	1
(d)	1
(e)	5	...	1	1	1	...	3	2
(f)	2	1
(g)	10	...	1	1	...	1	3	0	0

N. 5. — QUADRO ESTATISTICO DAS AULAS PUBLICAS MENORES CREADAS NO MUNICIPIO DA CORTE, COM DECLARAÇÃO DAS QUE SE ACHÃO VAGAS, OU PROVIDAS, E DO NUMERO DE ALUMNOS QUE AS FREQUENTÃO.

DENOMINAÇÃO DAS AULAS.	ESTADO DAS AULAS.			Numero de Alunos.	OBSERVAÇÕES.
	Vagas.	Providas.	Total.		
Primeiras Letras. { Para Meninas		6	6	277	Com quanto se achem providas as 14 Aulas de Primeiras Letras para Meninos, cumpre observar que somente 9 estão em exercicio, por não terem ainda tomado posse os Professores das das Freguezias de Inhauma, Paquetá, Guaratiba e Campo Grande, nem o interino da de Irajá.
{ Para Meninos		14	14	708	
Latim.	1	2	3	91	
Philosophia.		1	1	36	
Rhetorica.		1	1	12	
Grego.		1	1	2	
Francez.		1	1	25	
Inglez.		1	1	10	
Geometria.	1		1		
Commercio.		1	1	80	
Somma.	2	28	30	1.241	